

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JEFFERSON ALENCAR DO NASCIMENTO VIEIRA

**ANÁLISE DAS AÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO DO PROCESSO
SELETIVO DE DISCENTES SOB O ASPECTO DA MATRIZ OCC NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**

ARIQUEMES

2024

JEFFERSON ALENCAR DO NASCIMENTO VIEIRA

**ANÁLISE DAS AÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO DO PROCESSO
SELETIVO DE DISCENTES SOB O ASPECTO DA MATRIZ OCC NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração em Rede Nacional da Fundação Universidade Federal de Rondônia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Walterlina Brasil

Ariquemes, RO

2024

Dedico ao meu pai (in memoriam), por sempre ter sido o maior incentivador pelos estudos na base da minha família.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecer à Deus, por tudo em minha vida, pela família maravilhosa que tenho, pelas oportunidades e conquistas até aqui. E, a conclusão do mestrado, será mais um sonho realizado.

Agradecer à Fundação Universidade Federal de Rondônia por todo crescimento profissional e pessoal que sempre me proporcionou, dentre eles está o conhecimento adquirido pelos excelentes profissionais docentes, que transmitiram todos seus conhecimentos e fiz o máximo possível para assimilar seus ensinamentos.

Aos docentes do PROFIAP – UNIR, corpo técnico-administrativo do programa, departamento e núcleo que está vinculado, em especial à Coordenadora Profa. Dra. Marlene Valério dos Santos Arenas, por sua dedicação extrema ao mestrado profissional em administração e visando sempre a manutenção e melhoria na qualidade de formação de seus alunos.

À minha, querida e sábia, Orientadora Profa. Dra. Walterlina Brasil, por toda a sua dedicação para comigo, paciência e incansável forma de me guiar durante todo o estudo, principalmente nessa fase final pela busca da conclusão e obtenção do título.

Gratidão infinita à minha mãe por todo amor e carinho que sempre teve e demonstra todos os dias, às minhas filhas pela alegria e otimismo que motivam o meu viver, à minha irmã que me inspira pela sua dedicação à família e ao trabalho e à minha esposa por todo o companheirismo e ternura que sempre me dedicou. Obrigado!

RESUMO

O presente estudo cumpre o objetivo de analisar como os recursos do orçamento recebido pelo governo federal para a UNIR, por meio do Ministério da Educação (MEC) para divulgação dos processos seletivos de ingresso de discentes, com propósito de ampliar a concorrência nas vagas para os cursos, foram investidos pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Considerou como base empírica o fato de que a legislação sobre Matriz OCC e os órgãos de controle determinam o número de alunos novos matriculados anualmente, é um dos fatores considerados nos indicadores, como taxa de sucesso e obtenção do valor do aluno equivalente, para a distribuição do orçamento público às IFES. A problemática partiu da análise dos procedimentos de divulgação dos processos seletivos, especialmente aqueles alinhados ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é o principal mecanismo de acesso a UNIR a partir de 2012 e não havia uma política de divulgação dos processos seletivos assegurada por investimento da Universidade. Como hipótese do estudo, entendemos que uma política de divulgação é essencial para a melhoria dos indicadores da Matriz OCC da UNIR, porque um maior número de inscritos levaria a mais candidatos matriculados, portanto potencialmente capaz de produzir um número maior de formados. O estudo foi sustentado a partir da Teoria Institucional (Zucker, 1977; Scott, 1995; DiMaggio e Powell, 1983; Selznick, 1957), em razão de que essa Teoria apresenta uma abordagem que examina como regras, normas e estruturas sociais influenciam comportamentos organizacionais e individuais. A metodologia quanti-qualitativa é definida como de tipo exploratória e descritiva, natureza aplicada, a partir de análise de dados secundários e levantamentos em fontes oficiais sobre a Matriz OCC e os dados de fluxo na UNIR. Atendeu ao objetivo de analisar como a UNIR pode aprimorar suas ações de divulgação do processo seletivo, utilizando a Teoria Institucional para entender os contextos normativos, culturais e regulatórios que influenciam essas práticas. Descrevendo o fluxo de ingresso nos cursos de graduação no período de 2012 a 2021, verificando como ocorre a divulgação dos processos seletivos, identificando os parâmetros de concorrência e o alcance para efetivação de matrículas, assim como apresentar o perfil dos participantes nos últimos processos seletivos – de 2020 a 2022 –, visando melhorar os aspectos e subsidiar as ações de divulgação da UNIR. A partir dos resultados obtidos e proposta relacionada à gestão dos recursos orçamentários e apontar mecanismos que desenvolvam a propagação das ações de divulgação, que visem a efetivação do máximo de matrículas de ingressantes, elevando o nível desse indicador na UNIR para a Matriz OCC. Por essa razão, como produto da pesquisa, se pretende a apresentação de proposta de minuta de Edital de Acesso aos Cursos Presenciais de Graduação da UNIR, por meio de Instrumento de Regulação.

Palavras-chave: UNIR; ENEM; Processos Seletivos; Matriz OCC-Universidades; Divulgação.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze how the funds from the budget received by the federal government for UNIR, through the Ministry of Education (MEC), to publicize the selection processes for student admission, with the aim of increasing competition for places on the courses, were invested by the Federal University of Rondônia Foundation (UNIR). Its empirical basis was the fact that the legislation on the OCC Matrix and the control bodies determine that the number of new students enrolled each year is one of the factors considered in the indicators, such as the success rate and obtaining the equivalent student value, for the distribution of the public budget to the IFES. The problem arose from an analysis of the procedures for publicizing the selection processes, especially those aligned with the National High School Exam (ENEM), which has been the main mechanism for access to UNIR since 2012, and there was no policy for publicizing the selection processes guaranteed by the university's investment. As a hypothesis of the study, we believe that a publicity policy is essential for improving the indicators of UNIR OCC Matrix, because a greater number of applicants would lead to more enrolled candidates and therefore potentially produce a greater number of graduates. The study was based on Institutional Theory (Zucker, 1977; Scott, 1995; DiMaggio and Powell, 1983; Selznick, 1957), since this theory presents an approach that examines how rules, norms and social structures influence organizational and individual behaviour. The quantitative and qualitative methodology is defined as exploratory and descriptive, applied in nature, based on secondary data analysis and surveys of official sources on the OCC Matrix and flow data at UNIR. It met the objective of analyzing how UNIR can improve its actions to publicize the selection process, using Institutional Theory to understand the normative, cultural and regulatory contexts that influence these practices. Describing the flow of admission to undergraduate courses from 2012 to 2021, verifying how the selection processes are publicized, identifying the parameters of competition and the scope for enrollment, as well as presenting the profile of participants in the last selection processes - from 2020 to 2022 - in order to improve aspects and subsidize UNIR publicity actions. Based on the results obtained and a proposal related to the management of budgetary resources and to point out mechanisms that develop the propagation of dissemination actions, which aim to achieve the maximum enrollment of newcomers, raising the level of this indicator at UNIR to the OCC Matrix. For this reason, as a product of the research, the aim is to present a proposal for a draft Notice of Access to UNIR Undergraduate Courses, by means of a Regulatory Instrument.

Keywords: UNIR; ENEM; Selection Processes; Matrix OCC-Universities; Disclosure.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Painéis Estratégicos: Total de Aluno Equivalente de Graduação da UNIR.....	16
Figura 2 - Estatísticas de TAEG's na UNIR no período de 2018 a 2022.....	30
Figura 3 - Exemplos de atos normativos de aprovação de vestibulares e PSD-UNIR e publicadas em jornal impresso no ano de 1987.....	48
Figura 4 - Publicações sobre o ENEM de 2024, como forma de ingressar nos cursos da UNIR.....	52
Figura 5 - Publicações da CPSD sobre o ENEM de 2024, como forma de ingressar na UNIR	52
Figura 6 - Dados da Ação Extensão cadastrada no SIGAA/Extensão/UNIR.....	83
Gráfico 1 - Percentual de candidatos de acordo com a etnia declarada - 2020 a 2022.....	78
Gráfico 2 - Percentual de candidatos de acordo com a deficiência declarada - 2018 a 2022..	79
Gráfico 3 - Percentual de candidatos de acordo com o gênero declarado de 2020 a 2022.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Orçamento Anual da UNIR proveniente da Matriz OCC.....	31
Tabela 2 - Fluxo de Inscrições do PSD-UNIR (2012 a 2021).....	55
Tabela 3 - Frequência Absoluta e Relativa: Meio de Informação que Mais Utiliza x Meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR – 2020.....	64
Tabela 4 - Frequência Absoluta e Relativa: Meio de Informação que Mais Utiliza x Meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR – 2021.....	65
Tabela 5 - Frequência Absoluta e Relativa: Meio de Informação que Mais Utiliza x Meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR – 2022.....	66
Tabela 6 - Número de inscrições anuais e concorrência geral do PSD-UNIR (2012 a 2021).	72
Tabela 7 - Quantidade de Inscritos por Processo Seletivo Anual por meio do ENEM.....	72
Tabela 8 - Inscrições anuais para o ENEM no Brasil e no Estado de Rondônia.....	73
Tabela 9 - Inscrições para UNIR e a relação do percentual para o ENEM em Rondônia	74
Tabela 10 - Concorrência por Campi e Ano do Processo Seletivo da UNIR por meio do ENEM.....	74
Tabela 11 - Concorrência, por Áreas do Conhecimento (Núcleos e Campi), dos PSD's da UNIR.....	75
Tabela 12 - Taxa de Sucesso nos cursos de graduação da UNIR de 2012 a 2021.....	76
Tabela 13 - Comparativo percentual do Preenchimento de Vagas Ofertadas pela Taxa de Sucesso.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas anteriores sobre políticas de ingresso nas Universidades Federais....	37
Quadro 2 - Exemplos de Universidade com Processos de Avaliação Seriada (Seletiva).....	43
Quadro 3 - Formas de ingresso adotadas pelas universidades federais brasileiras.....	44
Quadro 4 - Atos Normativos, a partir da adesão do ENEM, como PSD-UNIR.....	50
Quadro 5 - Questionário Socioeconômico aplicado no Processo Seletivo UNIR de 2020..	59
Quadro 6 - Memória de divulgação dos PSD's de graduação da UNIR no <i>Instagram</i>	67
Quadro 7 - Memória de divulgação dos PSD's de graduação da UNIR no <i>Facebook</i>	69
Quadro 8 - Cronograma do ENEM 2023 e 2024.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE – Assistência Equivalente

ASCOM – Assessoria de Comunicação

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPSD – Coordenadoria de Processo Seletivo de Discentes

DIRCA – Diretoria de Registro de Controle Acadêmico

DIRCOF – Diretoria de Contabilidade e Finanças

DPDI – Diretoria de Planejamento e Informação

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EQAC – Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científico

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituição Federal do Ensino Superior

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação do Brasil

OCC – Orçamento de Custeio e Capital

PAS – Processo Seletivo de Avaliação Seriada

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PIBEC – Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura

PNE – Plano Nacional de Educação

PPA – Plano Plurianual

PROFIAP – Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PcD – Pessoa(s) com Deficiência

PSD – Processo Seletivo de Discentes

PSD-UNIR – Processo Seletivo de Discentes da Universidade Federal de Rondônia

PTT – Produto Técnico-Tecnológico

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SERCA – Secretaria de Registro e Controle Acadêmico

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.2 O MODELO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS COM BASE NA TAXA DE SUCESSO.	15
1.3 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	17
1.4 OBJETIVOS DO ESTUDO	18
1.4.1 OBJETIVO GERAL.....	18
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.5 JUSTIFICATIVA	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 TEORIA INSTITUCIONAL E A DIVULGAÇÃO COMO CARACTERÍSTICA DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	22
3 ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE ACESSO E TAXAS DE SUCESSO NO ENSINO SUPERIOR.....	26
3.1 PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	26
3.2 ORÇAMENTO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.....	27
3.3 MATRIZ OCC.....	29
4 INSTRUMENTOS E POLÍTICAS DE APOIO AO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL	35
4.1 INSTRUMENTOS DE APOIO: POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	36
4.1.1 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE 2014-2024).....	36
4.1.2 ESTUDOS DE POLÍTICAS DE INGRESSO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL	37
4.2 INSTRUMENTO DE ACESSO: PROCESSOS SELETIVOS	40
4.2.1 ACESSO A PARTIR DO ENEM.....	41
4.2.2 SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU)	42
4.2.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO SERIADA (PAS).....	43

5 PROCESSO SELETIVO DE DISCENTES DE GRADUAÇÃO NA UNIR.....	48
6 METODOLOGIA.....	54
6.1 ANÁLISE SECUNDÁRIA DE INFORMAÇÕES	56
6.1.1 OS SUJEITOS DA PESQUISA	57
6.1.2 OS DADOS E SUAS FONTES.....	58
6.1.3 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS	60
6.1.4 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	60
6.1.5 ANÁLISE DESCRITIVA	61
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	62
7.1 SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS PROCESSOS SELETIVOS	63
7.1.1 MEIOS DE INFORMAÇÃO QUE OS CANDIDATOS MAIS UTILIZAM E COMO OBTÉM INFORMAÇÕES SOBRE O PSD-UNIR	63
7.1.2 MEMÓRIA DE DIVULGAÇÃO DOS PROCESSOS SELETIVOS	67
7.2 SOBRE OS DADOS DE CONCORRÊNCIA DOS CURSOS	71
7.2.1 EVOLUÇÃO DA PROCURA POR VAGAS NA UNIR	71
7.2.2 REFLEXOS DA CONCORRÊNCIA E INGRESSO DE DISCENTES SOBRE A MATRIZ OCC.....	75
7.3 PERFIL DOS PARTICIPANTES NOS PROCESSOS SELETIVOS	77
7.3.1 ETNIA	78
7.3.2 DEFICIÊNCIA	79
7.3.3 GÊNERO	80
7.4 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO (PTT): MINUTA DE EDITAL DE ACESSO AOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UNIR, POR MEIO DE INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	99
ANEXOS	114

INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar os processos seletivos de discentes da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), por meio de um estudo sobre a sua divulgação e das inscrições realizadas, embasada nas políticas de acesso aos cursos de graduação, com a adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de ingresso, a partir do ano de 2012 e por ser o principal meio de concorrência desde então. Destacando a importância da Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (OCC), que define a alocação de recursos pelo Ministério da Educação (MEC) às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Durante o ano de 2022, divulgara-se a notícia¹ de que havia a necessidade da Instituição ampliar o êxito orçamentário para garantir o pleno funcionamento da IFES, dentro do escopo constitucional². Este foi mobilizador e singular porque defendia que: “A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) [...] tem se organizado para planejar sua atuação de acordo com as melhores práticas de gestão, o que necessariamente inclui o alinhamento entre o uso de recursos e os índices acadêmicos” (UNIR, 2022).

É desejável que à medida que a atuação para atividade fim³ cresce, pode originar o fortalecimento de um círculo virtuoso, refletindo-se na sociedade onde: a garantia do acesso à educação superior promove para a instituição a ampliação do número de alunos ingressantes; por sua vez melhora as chances de conclusão por estes estudantes, que impacta positivamente o investimento da própria Universidade em termos de crescimento de recursos orçamentários. Consideramos as ações de divulgação cruciais para alimentar este círculo.

Nesta introdução inicialmente oferecemos a contextualização da UNIR, que enfrenta desafios comuns a instituições públicas, como a necessidade de visibilidade e atração de candidatos qualificados. O estudo parte de dados históricos, para compreender como as organizações incorporam procedimentos e práticas que estão institucionalizados na sociedade visando a eficiência e comprometimento a padrões racionais. Para isso nos baseamos na Teoria Institucional (Zucker, 1977; Scott, 1995; DiMaggio e Powell, 1983; Selznick, 1957). Por seus

¹ Disponível em <https://servidor.unir.br/noticia/exibir/23745>: Matriz OCC unir amplia esforços de planejamento e ações de gestão.

² O Pró-Reitor de Planejamento em exercício, realçava que a Universidade pública tem como atividade fim o ensino, pesquisa e extensão.

³ Nas universidades caracterizada pela sua atuação principal e em normas constitucionais, de acordo com o código de classificação das atividades-fim das IFES (https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/codigo-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-e-destinacao-de-documentos-de-arquivo/copy_of_portaria_n0922011_codigo_de_classificacao_de_documentos_.pdf)

importantes precursores da Teoria Institucional, esta resumidamente explora a maneira como as instituições influenciam o comportamento organizacional e a conformidade com as expectativas sociais.

Também foi considerado no estudo – e a partir dos postulados de Meyer e Rowan (1977) – que o ambiente pode determinar o desenvolvimento e a cultura social. Assim como se baseia que as organizações devem mostrar à população a sua legitimidade e que merecem a sua manutenção e desenvolvimento.

1.1 Contextualização

O Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2022⁴ informa que a população total de Rondônia é de 1.581.196. O Censo é apresentado a partir das Mesorregiões⁵ (Madeira-Mamoré e Leste Rondoniense). Segundo o qual a mesorregião Madeira-Guaporé - com 10 municípios, incluindo a capital do Estado, totalizam 636.735 habitantes; e a Leste Rondoniense - com 42 municípios - totalizam 944.461 habitantes (Apêndice F). A distribuição da população é importante para este estudo, por tratarmos da Universidade Federal de Rondônia que é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) multicampi, como veremos posteriormente.

Na Mesorregião Madeira-Guaporé, encontram-se dois campi da UNIR, no município de Porto Velho e Guajará-Mirim. Juntos, até 2023, somam 34 cursos de graduação, com oferta de 1410 vagas anualmente. Já a Mesorregião do Leste Rondoniense é sediada por 06 (seis) campi da UNIR nos municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena, com total de 22 cursos, em que ofertam 1380 vagas em graduação superior anualmente. Proporções essas que serão analisadas no decorrer desse estudo, por campi, áreas de conhecimento, inscrições para os processos seletivos, com base nos índices de concorrência para o ingresso.

No decorrer deste estudo, demonstramos como a população de Rondônia participa na quantidade de inscrições para o ENEM e no Processo Seletivo de Discentes da Universidade Federal de Rondônia (PSD-UNIR). A abordagem importa quanto a relação de concorrência para o ingresso nessa única Instituição de tipo Universitária, federal e pública, do Estado. A

⁴ Publicado no Diário Oficial da União em 31 de agosto de 2023.

⁵ Essa definição de mesorregião pelo IBGE se dá a partir do ano de 1990 (IBGE, 1990 e 2017). As mesorregiões geográficas são definidas em função das dimensões naturais e determinantes sociais que, como aponta Magnago (1995), possibilitam uma identidade regional como a realidade que se forma ao longo do tempo pela sociedade

Teoria Institucional orienta o nosso olhar, a partir desse ponto de vista, em que é preciso compreender a interdependência do orçamento das IFES à quantidade de alunos e vice-versa e seus dados de fluxo com impacto financeiro, por meio da Matriz OCC.

A concorrência repercute na quantidade de matrículas, que, por sua vez, possui relação com o índice de permanência, e consequente análise da taxa de sucesso dos cursos de graduação presenciais da UNIR. E isso é levado efetivamente em consideração para composição do orçamento das instituições federais de ensino superior. A Teoria Institucional orienta o nosso olhar, a partir desse ponto de vista, em que é preciso compreender a interdependência do orçamento das IFES à quantidade de alunos e vice-versa e seus dados de fluxo com impacto financeiro, por meio da Matriz Orçamentária de Custeios e Capital (OCC).

Nas universidades públicas federais, há um o modelo de alocação de orçamento considerando uma matriz de contabilização de recursos, sobre a qual acontece a institucionalização de um padrão, objetivando maior eficiência desses recursos no formato de “arranjo”⁶ dentro da organização pública.

1.2 O Modelo de Alocação de Recursos com Base na Taxa de Sucesso.

A Matriz OCC vigente foi definida pela Portaria do Ministério da Educação do Brasil (MEC) de nº 651, de 24 de julho de 2013, com vigência para distribuição orçamentária a partir do ano de 2014. Estabelece que para a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão das IFES os recursos orçamentários são definidos por meio dos dados referidos: a) aos alunos matriculados; b) a produtividade acadêmica por meio das taxas de sucesso mensuradas pelas aprovações e realização do curso dentro do prazo médio previsto; c) a quantidade de concluintes anuais; d) as avaliações externas que acontecem dos cursos e dos discentes; entre outros.

Assim, o MEC estabelece o orçamento que será distribuído para cada IFES e, por essa razão, o fluxo do ingresso e conclusão é um dos fatores decisivos e que mais influenciam no próprio orçamento que é recebido pela IFES. A UNIR define a Matriz OCC como:

[...] o instrumento de distribuição anual de recursos destinados à manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Universidades. A elaboração da Matriz se pauta em indicadores de eficácia e de eficiência, sendo o principal deles o "aluno equivalente", definido com base no modelo inglês, elaborado pelo Higher Education Founding Council for England (HEFCE), além de indicadores de pesquisa e de produção. (UNIR, [s.d.])

⁶ Formalização em políticas e procedimentos, para cumprimento de metas governamentais (TOLBERT e ZUCKER, 1999).

No ano de 2023 a UNIR criou e apresentou à comunidade universitária, os Painéis Estratégicos, que demonstram o Total de Aluno Equivalente de Graduação (TAEG), com a participação da UNIR com relação as outras IFES, a visão geral dos cursos com relação à Matriz OCC, TAEG da UNIR, a participação no TAEG da UNIR, estatísticas gerais desse TAEG com relação à UNIR, metodologia para realização desse cálculo e simulações de TAEG, conforme tela inicial dessa página (link) institucional, com informações abertas:

Figura 1 – Painéis Estratégicos: Total de Aluno Equivalente de Graduação da UNIR



Fonte: Página da DPDI/UNIR, 2024.

Que se encontra disponível no sitio da Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento e Informação, que faz parte da Pró-Reitora de Planejamento (PROPLAN) da UNIR (<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibmVIMDI0OTktZDY0NC00NWU3LTkwODMtMTM4NmMxZDJlZTI3IiwidCI6IjRkMmVkMTIiLTY4ZTA0tNGVIYy05MzA5LTlxNDQ0ZmIzNWExYiJ9&pageName=ReportSection5ea0d492455207606d1b>). Bem como define que o Aluno Equivalente “é o principal indicador utilizado para fins de análise dos cursos de manutenção das Instituições Federais de Educação Superior – IFES, nas rubricas referentes ao orçamento de custeio e capital (OCC), a Matriz OCC”.

Contudo, o que se pretende no presente estudo, não é analisar o Aluno Equivalente, mas sim, os níveis de concorrência dos candidatos nos processos seletivos anuais dos cursos de graduação, que influencia no ingresso de discentes, a partir do número efetivo de matrículas que gera efeitos na taxa de sucesso dos cursos e, por fim, repercute nos indicadores de Aluno Equivalente. E isso, reflete no orçamento da UNIR.

1.3 Problemática da Pesquisa

Embora o estudo tenha sido revisado ao longo da execução da pesquisa, convém abordar o contexto, problemática e motivação inicial do estudo. A proposta do estudo esteve motivada por apontar argumentos favoráveis ao incremento da divulgação dos processos seletivos, de modo a que passem a ser mobilizadas pela divulgação institucional junto à comunidade e que, se desenvolvidas no âmbito da IFES, são um importante fator que auxilia para o aumento do número geral de inscritos na UNIR. Defendemos que ao ampliar a concorrência por vaga nos editais anuais do processo seletivo, contribuindo para a efetivação das matrículas, há maiores chances de influência no orçamento da UNIR. Portanto, ampliar capacidade de atração de candidatos conforme o número de vagas ofertadas esteve como uma premissa e objeto desse estudo, pois é basilar para melhoria das chances de concorrência, matrículas efetivas e de permanência (FERREIRA, 2017; BERGAMASCHI, BRITO e DOEBBER, 2018). Assim, um número de concluintes que não somente estabilizam, mas ampliam o orçamento da instituição.

Para o conhecimento sobre a forma de ingresso e os processos seletivos anuais, foram analisadas também informações sobre o meio como essa informação chega a população e atrai propensos candidatos. Para isso, foram levadas em consideração que no Brasil, aproximadamente, 76% da população utiliza a internet para acessar pelo menos uma mídia social (DATAREPORTAL, 2024). Dentre elas está o *Whatsapp*, instalado em 99% dos aparelhos com suporte a essa tecnologia e acesso à internet no país, o *Youtube*, utilizado para assistir vídeos por 87% dos brasileiros, e as redes sociais, como Instagram e *Facebook*, são acessadas por 83% pessoas que utilizam a internet como meio de comunicação (IBGE, 2024).

No contexto contemporâneo, as mídias e redes sociais emergem como novos espaços institucionais que influenciam as organizações. Ainda no caso estudado, nos apoiando na Teoria Institucional podendo ela ser atualizada para considerar como essas plataformas digitais criam novas normas e expectativas sociais. As mídias sociais facilitam a disseminação rápida de práticas e ideias, ampliando o alcance do isomorfismo mimético.

Em todo o percurso deste estudo, foi preciso refletir acerca da relação entre a ampliação da divulgação à população do Estado de Rondônia como um esforço institucional fundamental para o aumento das inscrições, elevando o nível de concorrência, e assim a possibilidade da efetivação de matrícula em todos os cursos da UNIR. Isso faz com que, além de um problema, seja uma forma de verificar se os recursos financeiros da IFES estão sendo diretamente relacionados a um dos fatores da Matriz OCC – que é o número de ingressantes –, que trazem

orçamento para as universidades, para formação de vários indicadores⁷.

Por sua vez, diante da abordagem teórica, foram realçadas que as ações de divulgação devem refletir a missão institucional de promover a educação inclusiva e de qualidade, alinhando-se aos objetivos estratégicos da universidade. Este recorrido leva a seguinte pergunta: Como a matriz OCC (Objetivos, Conteúdos e Critérios) pode ser aplicada para sistematizar e otimizar as ações de divulgação do processo seletivo, garantindo que sejam estratégicas e eficazes? As questões subsidiárias foram: 1. como ocorrem as inscrições para os processos seletivos dos cursos de graduação presenciais da UNIR, levando em consideração a maneira e temporalidade que acontece a divulgação? 2. há investimento de recursos orçamentários nesse sentido? Para alcançar uma resposta, estabelecemos três variáveis: a) identificação dos processos e tipos de divulgação utilizados; b) informação sobre os custos para as atividades de divulgação; e, c) quais os índices de concorrência em cada PSD-UNIR, refletindo na quantidade de matrículas ao longo dos anos. Ao final, buscar correlacionar as respostas aos dados de fluxo, quanto a terminalidade (taxas de conclusão).

Com isso, considerando todos esses questionamentos, é preciso buscar compreender como as ações de divulgação dos processos seletivo de discentes são realizadas e como se pode aprimora-las, levando em consideração as práticas realizadas a partir da legislação geral e interna vigente, o ambiente cultural e social que a instituição está inserida, utilizando a Teoria Institucional.

1.4 Objetivos do Estudo

Em vista da problemática apresentada e para a realização da pesquisa, os objetivos se apresentam como geral e específicos, a seguir:

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar como a UNIR pode aprimorar suas ações de divulgação do processo seletivo, utilizando a Teoria Institucional para entender os contextos normativos, culturais e regulatórios que influenciam essas práticas.

⁷ Como exemplo: aluno equivalente, de produção e de pesquisa. Modelo de indicadores de eficiência e qualidade.

1.4.2 Objetivos Específicos

a) Descrever o fluxo para o ingresso nos cursos de graduação na UNIR quais foram as políticas de ingresso existentes na UNIR para os cursos de graduação, meio das notas do ENEM.

b) Verificar como ocorre a divulgação os processos seletivos dos cursos de graduação presenciais da UNIR, a partir da adesão ao ENEM com dados relacionados a disponibilidade de recursos financeiro-orçamentários para investimento em divulgação e apoio às etapas necessárias dos processos seletivos da UNIR, no período de 2012 a 2021

c) Identificar os parâmetros de concorrência aos cursos da UNIR, e o alcance quanto a efetivação do máximo de matrículas de ingressantes, impactando na Matriz OCC diante dos dados sobre a evolução (positiva ou negativa) da efetivação de matrículas para alunos novos e taxas de sucesso (concluintes no tempo do curso).

d) Apresentar o perfil dos participantes nos processos seletivos de discente da UNIR, visando melhorar os aspectos e subsidiar ações de divulgação.

e) Propor instrumento de regulação institucional, referente a minuta (modelo) de edital de acesso aos cursos presenciais, que subsidie a divulgação dos Processos Seletivos da UNIR por meio dos editais do ENEM, como produto técnico-tecnológico do PROFIAP.

1.5 Justificativa

O tema se justifica como contribuição às discussões sobre Políticas Públicas para o Ensino Superior brasileiro, associadas ao incremento orçamentário. Assim como entender como a UNIR tem desenvolvido sua política de acesso à educação superior nos cursos de graduação e o espaço que a divulgação tem participado em tal política. Isso se deve, como aborda Gil (2017), pelo estudo ser definido de acordo com a afinidade, da preocupação e até curiosidade despertada pelo pesquisador, de acordo com seu local de trabalho ou contato com outras pesquisas e pesquisadores que abordam sobre o estudo.

No ano de 2012 a UNIR passou a adotar o Exame Nacional do Ensino Médio como forma principal e inicial de ingresso de novos discentes nos cursos de graduação. Não menos importante, a Lei de Cotas nº 12.711/2012, passou a vigor no edital do processo seletivo de 2013 desta IFES. Contudo, ao longo dos anos, até o termino do presente estudo, houve uma redução na concorrência e do número de ingressantes por intermédio da efetivação de

matrículas nos diversos cursos da UNIR.

A Resolução nº 577/2023/CONSEA-UNIR, que trata de Política de Ingresso nos Cursos de Graduação da UNIR, regulamenta que “para concorrer às vagas oferecidas nos cursos de graduação da UNIR, o candidato deve ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) [...] §2º Os processos seletivos de ingresso na graduação adotarão, prioritariamente, o ENEM como critério de seleção[...]”. Esta, foi revogada pela Resolução nº 727/CONSEA, de 10 de outubro de 2024, que estabelece que “para concorrer às vagas oferecidas nos cursos de graduação da UNIR, o candidato deve ter realizado um dos dez últimos Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou concluído o Ensino Médio”. Isso demonstra a tendência pela continuidade do ENEM para seleção dos discentes, ampliando apenas o número de resultados do exame que podem ser utilizados.

O período estudado representa mudanças na forma de ingresso e, portanto, a necessidade de refletir quanto as evidências de que os índices de concorrência para as entradas na UNIR têm diminuído a cada ano, com a utilização do ENEM como critério de seleção. Que aponta para a necessidade de se buscar entendimento que esclareça a redução das inscrições e/ou apresente propostas de solução para sua ampliação, em todos os cursos. Assim a elevação da concorrência gera possível aumento da taxa de sucesso, portanto do orçamento.

Ademais, essa foi uma das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do quinquênio 2019-2024 da UNIR, vigente no período em estudo, especialmente composto para o indicador de Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceito de Curso (CC) que tem como responsável a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), com o objetivo de consolidação os cursos e a melhoraria na qualidade do ensino dos cursos de graduação:

k) Elevar em 10% anual a taxa de sucesso dos cursos de graduação da UNIR.
 RESPONSÁVEL: Coordenação Pedagógica e de Monitoramento – PROGRAD
 DESCRIÇÃO: Elevar em 10% anual a taxa de sucesso dos cursos de graduação da UNIR.
 VENCIMENTO: 31/12/2024
 ESPERADO: 10,00
 MÍNIMO: 5,00
 MÁXIMO: 20,00 (PDI 2019-2024, p. 245)

Como definiram Carvalho e Oliveira (2014), toda atividade, seja ela política ou administrativa, que se destine a democratizar o acesso às vagas da educação superior, tem o seu devido valor. Mas, Sguissardi (2015) destaca que é preciso que haja um grau importante na igualdade de condições para que os candidatos possam alcançar uma vaga na educação superior. Esse é um dos pontos que se propõe este estudo, versando, ainda, para um produto que possa contribuir com essa almejada democratização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo parte sob o aspecto histórico e buscando compreender a partir do aporte teórico que terá como fundamento a Teoria Institucional que, a partir dos postulados de Meyer e Rowan (1977). E no que se propõe a pesquisa, a partir de referencial teórico vinculado ao acesso universitário da forma mais ampla e justa possível, e no que se refere às funções governamentais, Saviani (2007) já destacava que as decisões são tomadas pelo Estado.

Seja no contexto da administração pública de forma geral, município, estado ou país, direcionando os rumos que devem ser traçados para a educação nacional, em que há o estudo, a implementação e a execução. Somado a isso, Dias Sobrinho (2013) defende que incentivos e ações do governo federal para com a educação - desde o ensino fundamental até o ensino superior e suas especializações - refletem numa sociedade mais justa e, inclusive, na economia da nação, que se torna mais desenvolvida.

Este referencial tratará em subcapítulo específico de políticas adotadas para inclusão utilizada pelas IFES, tratando sobre como a informação poderá chegar a toda população, independente de condição financeira. Como retrata Almeida (2009) que políticas sociais defendem o acesso aos direitos que tem o cidadão e isso faz com que as ações governamentais diminuam as desigualdades sociais, nisso se inclui o acesso igualitário à educação superior.

O processo de divulgação e a forma como a informação flui são fatores relevantes para o êxito de políticas públicas. E, conforme apresenta Serres (2013), na atualidade a informação deve estar acessível à população, desde a forma de ensinar até a maneira como a informação chega às pessoas para se ter acesso à educação, influenciando inclusive no modo que o aluno ingressa em uma IFES.

Para tudo isso, a instituição pública de ensino superior precisa cada vez mais se atualizar e acompanhar a evolução tecnológica, chegando ao público e trazendo essas novas pessoas para a Universidade.

Ademais, Kunsch (2016) já indicava que a comunicação, via divulgação institucional, tem que ser mais produzida, com novas técnicas, devido a evolução constante do acesso à informação, que é importante à gestão pública, incluindo a transparência. Além disso, pelo princípio da transparência, definindo-a como ativa, as informações podem ser disponibilizadas de maneira proativa pela administração pública, nos sites e redes sociais institucionais (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018).

2.1 Teoria Institucional e a Divulgação como Característica do Princípio da Publicidade

A Teoria Institucional, que se foca na influência do ambiente social ou cultural sobre as organizações, proporcionando contribuições importantes para a gestão do serviço público, das organizações e às instituições (FACHIN; MENDONÇA, 2003). Seus principais influentes são Zucker, 1977; Scott, 1995; DiMaggio e Powell, 1983; Selznick, 1957. Esta teoria evidencia e discute os motivos pelos quais os processos organizacionais são legitimados e as práticas que são criadas nas organizações, por meio da institucionalização, ampliando as perspectivas de sobrevivência, racionalizando o trabalho organizacional que prevalece na sociedade, como definido pelos seus precursores Meyer e Rowan (1977). Assim, a institucionalização é vista como uma busca por legitimidade e automanutenção, que ao mesmo tempo que apontam condutas e atitudes, também restringem e controlam (SCOTT, 2008).

É preciso compreender que a partir de 1950 as organizações passaram a ter um sistema considerado como aberto. Com isso o ambiente cultural, legal e normativo passou a influenciar o comportamento das instituições. Que, como meio de compreensão desse fenômeno organizacional, foi utilizada a abordagem por meio da Teoria Institucional (SVENDSEN; HAUGLAND, 2011). Corroborando com Mintzberg *et al* (2000) chamou de “ponto de vista” que se preocupou com as pressões enfrentadas pelas organizações, de outras organizações e pelo próprio fato de ser uma organização também, que ficou conhecido como Teoria Institucional.

Além disso, o campo organizacional é considerado como o centro dessa teoria, em que acontecem as interações entre as organizações, que estas se relacionam e se influenciam paralelamente, isso legitima a sobrevivência das organizações e tendem a se homogeneizar, como destacam Cavalluzzo e Ittner (2004).

O comportamento organizacional se divide em duas visões (MEYER, ROWAN, 1977), a determinista que visualiza o ambiente para definição da estratégia e a voluntarista em que as organizações são capazes de controlar o ambiente. Assim, dentro da visão determinista, há influências internas e externas, para formação de um padrão. Com essa influência, as organizações tendem a ter uma similaridade nas suas estruturas e procedimentos, pelo ambiente em que estão inseridos, levando ao isomorfismo (CARVALHO, VIEIRA, 2003).

Este isomorfismo é a tendência de as organizações serem tão parecidas, apontadas por dois tipos: o isomorfismo competitivo que é gerado pela pressão do mercado, no sentido mais amplo do termo; e o isomorfismo institucional que busca a legitimidade. Assim enfatizavam

Meyer (1979) e Fennell (1980), porque em ambos os tipos, é preciso a adaptação da organização à sociedade.

Ainda quanto ao isomorfismo, DiMaggio e Powell (1983) destacaram que este é dividido em três mecanismos: a) o coercitivo, em que as organizações precisam se adaptar dentro do cenário ou ambiente que é inserido; b) o mimético, em que uma organização imita a outra, visando obter o mesmo resultado de sucesso; c) o normativo, quando as organizações são mais voltadas para a modernidade, usando prática padronizada e de acordo com a atualidade, valorizando a formação e profissionalização coletiva dos recursos humanos nas organizações.

A institucionalização, segundo Tolbert e Zucker (1999), pode ser dividida em três fases: a habituação, chamada de pré-institucionalização, quando as organizações tendem a um comportamento padronizado, que quando enfrentam problemas similares, acabam adotando as mesmas soluções estratégicas de outras organizações; a objetivação, conhecida como semi-institucionalização, caracteriza-se pelo desenvolvimento da estrutura organizacional, que os gestores e avaliadores decidem quais valores devem ser atribuídos em determinada organização; e a sedimentação que é conhecida como institucionalização final, é aquela fase determina a continuidade da estrutura organizacional de geração em geração.

No contexto institucional, considerando os processos de gestão e da comunicação nas organizações, passou-se a dar mais importância à divulgação institucional, como sinaliza Kunsch (2007), em que essa característica da comunicação foi se tornando cada vez mais elaborada. Com isso, é preciso se considerar o princípio da publicidade na administração pública, como define Di Pietro (2023), em que o Estado por meio de seus ministérios ou secretarias, órgãos e instituições, têm o dever de divulgar e ampliar essa divulgação, dos atos praticados pela administração.

Assim deve ocorrer, principalmente, nas ações que ensejam concorrência, que pelo enfoque deste estudo está voltado para o processo seletivo de discentes. Tal como apontou Santos (2013), que se deve trabalhar a divulgação dos cursos por meio do público e do próprio meio social em que ele está inserido, utilizando-se dessa comunicação como elemento estratégico e diferencial.

Outrossim, Pinho (2004) já definia e distinguia publicidade de propaganda, onde está ligada à persuasão, já aquela não. E Vasquez (2006) destaca que a publicidade não tem ligação com a comunicação persuasiva de ideias, pois ela se volta para o sentido de divulgação, de tornar público e informar. Dessa forma, o que se pretende fazer é ampliar a publicidade dos processos seletivos de novos alunos, mediante a divulgação como aspecto da comunicação.

A partir disso, Faria (2015) aborda que o ato de comunicar sofre mudanças ao longo dos anos, diante de todo contexto envolvido, inclusive alterando-o. Assim, no processo corrente de divulgação é preciso sempre se readequar, tendo como exemplo a mudança do impresso para o meio digital, que é crescente entre as pessoas pela busca de informação pelo que se interessa.

E, com relação a esse interesse, segundo Wolton (2010), há uma resistência pelas pessoas de receber informações que não as interessam. Em que, ainda segundo o autor, os receptores filtram e priorizam as informações, e para que a comunicação ocorra é preciso que a divulgação ocorra de forma mais eficiente, objetiva e precisa, envolvendo recursos materiais e humanos da instituição pública. Borba (2019) apresenta isso, abordando a importância da informação e da transparência, como forma de comunicação com a sociedade, por meio das redes sociais, em um estudo que demonstra a utilização do *Facebook* para a construção de um espaço público virtual.

Considerando o aspecto legal, aos quais se subordinam às instituições públicas, assim como aquelas assim categorizadas, há a Lei de Acesso à Informação, conhecida como LAI, que regula o acesso às informações, promulgada pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que em seu art. 3º assegura o direito à informação, que dentre uma de suas diretrizes está a divulgação das informações que são de interesse público, independente de provocação motivada:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:
 I - **observância da publicidade como preceito geral** e do sigilo como exceção;
 II - **divulgação de informações de interesse público**, independentemente de solicitações;
 III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
 IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
 V - desenvolvimento do controle social da administração pública (Brasil, 2011) (grifo nosso).

Para isso é preciso considerar todas, ou pelo menos a maioria, do público que vai receber a informação divulgada, sob o aspecto de seus interesses e expectativas. Que, conforme Wolton (2010), a população é o objeto da divulgação sobre determinada ação institucional, muitas vezes filtra, organiza e até se recusa a receber um conteúdo. Logo, se faz necessário o processo de divulgação mais eficiente e preciso ao público de maneira geral, mas considerando a heterogeneidade social.

Buscando, ainda, encontrar na realidade da UNIR algo que possa servir de modelo de sucesso nas ações de divulgação do processo seletivo, melhoria da concorrência e realização de

matrículas, a Teoria Institucional nos permitiu alguns sinais como ponto de partida:

1. **Zucker (1977)**: A institucionalização das práticas de divulgação pode ser vista como um processo de incorporação de normas sociais que garantem a legitimidade da UNIR no cenário educacional.
2. **Scott (1995)**: Os três pilares institucionais (regulativo, normativo e cultural-cognitivo) oferecem uma estrutura para analisar como a UNIR pode alinhar suas práticas de divulgação com as expectativas sociais e regulatórias.
3. **DiMaggio e Powell (1983)**: O isomorfismo institucional pode explicar a adoção de práticas de divulgação similares a outras universidades para alcançar legitimidade.
4. **Selznick (1957)**: A adaptação das práticas de divulgação às necessidades locais e culturais específicas da comunidade acadêmica de Rondônia.

Nessa linha, nos alerta Guerra e Aguiar (2007) a Teoria Institucional e nos permite, diante de tema tão complexo, apresentar elementos para uma legitimação e aceitação social para o progresso e eficiência da UNIR quanto ao preenchimento das vagas disponíveis a alunos ingressantes, melhorando a concorrência nos cursos.

Além da Teoria Institucional, é de suma importância a Teoria da Comunicação, que, de acordo com Wolf (1985), apresenta um enfoque abrangente dos estudos da comunicação, com ênfase no aspecto da comunicação em massa. É justamente essa amplitude e variabilidade que definem a análise do seu objeto, que está em constante mutação.

A comunicação de massa, utilizada por meio da divulgação institucional, deve procurar considerar diversos aspectos e modelos no processo de comunicação. Sendo assim, as abordagens e teorias no campo da comunicação demonstram sua relevância para a sociedade e a relação entre economia, política e cultura (WOLF, 1985).

De acordo com Wolf (1985), as mudanças que ocorrem constantemente devem ser levadas em conta, assim como ocorre na comunicação. O que era conhecido como comunicação em massa passou a ser comunicação em rede, sob a influência de novas tecnologias e a implementação da comunicação digital. Isso resulta na alteração da forma como a comunicação ocorre e na recepção da informação pelo público. Que é abordado nesse estudo, pelo que se pretende alcançar, da forma mais ampla possível, levando a informação por meio da divulgação à população, independente do aspecto geográfico, pois a comunicação em rede não encontra mais limites.

3 ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE ACESSO E TAXAS DE SUCESSO NO ENSINO SUPERIOR

Para Pires e Motta (2006) orçamento e as finanças públicas orientam decisões, alcançando objetivos traçados pela administração pública, identificando as receitas e despesas necessárias. Assim como definindo as prioridades a partir da política implantada e desenvolvida pelo atual governante. Corroborando com isso, Andrade (2013, p. 43) explica que O orçamento público é elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo, segundo o processo normal. Não é apenas uma contabilidade que prevê receitas e fixa despesas, mas também abrange inúmeras pessoas, expressando as políticas a serem desenvolvidas pela entidade pública, apontando os interesses e os setores a serem beneficiados.

Considerando o aspecto de controle, Giacomoni (2022) aponta que o orçamento público serve para que haja este instrumento tanto do Legislativo para o Executivo, quanto internamente no próprio legislativo, atuando ainda como uma forma de fiscalização necessária ao conceito de democracia. Ademais, para Abreu e Câmara (2015) este mesmo orçamento público, com propósito de decisões que devem ser tomadas pelos governantes políticos e gestores públicos, assume um papel de instrumento estruturante para as ações governamentais, principalmente voltadas para as políticas públicas, sob as dimensões econômica e política.

Manara *et al.* (2017) enfatizam que o orçamento público tem por finalidade controlar e monitorar a aplicação de recursos e seus efetivos gastos, tudo isso por meio do gerenciamento de receitas e despesas anuais nos órgãos públicos, sempre com intuito de atender as necessidades da população.

3.1 Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual

O Orçamento público se divide em diversos níveis e fases, no qual é preciso se projetar os seus ingressos e gastos, estabelecendo períodos para isso, em que segundo Bezerra Filho (2012) trata-se de uma ferramenta para execução de programas e políticas de governo que envolvem transferências orçamentárias e financeiras, assim como pagamento de dívidas e encargos.

A partir disso o PPA é o instrumento que determina as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e decorrentes, assim como aquelas que são

relativas a programas que têm duração contínua. Levando em consideração que as despesas não previstas no PPA são consideradas irregulares ou não autorizadas, inclusive sendo lesivas ao erário (BRASIL, 2000). Dessa forma Giacomoni (2022) define que o PPA determina que em um período de quatro anos é preciso definir as políticas públicas e programas de governo, levando-se em consideração pelo aspecto legal, principalmente a CF/1988, e no aspecto social as desigualdades existentes nas diferentes regiões do país. Tudo isso com o intuito desenvolver ações de planejamento e com a devida ordenação necessária.

Corbucci (2004) traz a definição do PPA como aquele que é elaborado pelo poder executivo, como a normatização de seus ideais, estabelecendo um programa de trabalho, elaborado no primeiro ano de mandato de governo, que deve ser realizado a partir do segundo ano de gestão até o primeiro ano do governo seguinte, totalizando quatro anos.

Pelas metas estabelecidas no PPA são elaborados os Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei Orçamentária Anual, que posteriormente se tornarão LDO e LOA, respectivamente. Em que se dará prioridade, em cada ano, aos objetivos contidos no PPA vigente ao exercício seguinte. Dessa forma, Abreu e Câmara (2015) esclarecem que a LDO deve ser subordinada ao PPA e não pode contrariá-lo, caso haja conflito deve prevalecer o que está disposto no PPA.

Outrossim, Giacomoni (2022) define a LDO como aquela que estabelece metas e prioridades da administração pública federal, como orienta a elaboração do orçamento para o próximo exercício financeiro. Assim como, o autor, faz a ligação de subordinação da LOA que deve seguir as diretrizes delineadas na LDO, esclarecendo que a LOA vai concretizar a execução dos objetivos e metas do PPA, pois trata-se do orçamento propriamente dito e que prevê detalhadamente os gastos para o exercício financeiro seguinte.

Desta forma, segundo Kohama (2017), a LDO com objetivo de guiar a forma de se elaborar os orçamentos anuais, direcionando para aquilo que é determinado no PPA, que é disciplinado pelo § 2º do artigo 165 da CF/1988, que dispõe, além de outros, sobre alterações em legislação tributária, estabelecendo políticas para aplicação das agências de fomento, de cunho oficial com natureza financeira.

3.2 Orçamento nas Universidades Públicas Brasileiras

Nas Universidades Federais Brasileiras, na qual o ensino é inteiramente gratuito, a maior parte do financiamento para sua subsistência tem origem do Fundo Público Federal, por meio

dos recursos financeiros arrecadados da população que provém de impostos, taxas e contribuições, que são assim chamadas de tributos (AMARAL, 2003).

Desse modo, dependem quase que exclusivamente dos recursos proposto pelo Ministério da Educação (MEC), que destina parte do seu orçamento para as instituições federais de ensino superior, estabelecidos na LOA para o ano posterior. E, de acordo com Schick (2000), que para isso é preciso muita negociação política na idealização do Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo poder executivo, até a sua aprovação no legislativo por meio do Congresso Nacional, sem levar em consideração situações de conflitos e imprevisibilidades administrativas e econômicas.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) têm no orçamento o seu principal instrumento de controle e planejamento, que precisam ser aprimorados e utilizados de forma eficiente, segundo Pires, Rosa e Silva (2010), com propósito de se alcançar os objetivos e principalmente sua missão. Isso, somado a compreensão que os recursos provenientes do governo federal são limitados, fazendo com que as universidades, principalmente, visem maior eficiência desses (GOMES, 2016)

Apesar da autonomia das universidades quanto ao ensino, pesquisa e extensão, assim como o aprimoramento desses para elevação de sua qualidade. Martins e Azevedo (1998) já indicavam que não é possível divergir do que é estabelecido pelo Ministério da Educação, no aspecto orçamentário e financeiro, para manutenção das atividades de ensino nessas instituições como parte do governo federal. Da mesma forma, Chauí (2003) aponta que as vinculações fixadas obrigatoriamente pelo MEC dificultam essa autonomia de gestão financeira, que muitas vezes precisam de destinação diversa, para atendimento de metas da própria instituição, projetos e políticas acadêmicas específicas.

Quanto ao orçamento público das universidades federais é preciso enfatizar que no ano de 2016 foi sancionada a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (EC 95/2016), que foi divulgada na sociedade, ainda quando projeto de lei, como PEC do teto de gastos, que após sua promulgação limitou durante 20 anos em todo governo federal os investimentos públicos.

Para Mariano (2017) isso demonstra ainda mais as consequências da EC 95/2016, pois além de não permitir o crescimento de despesas totais e reais do governo acima da inflação, faz com que outras prioridades sejam dadas aos recursos públicos. Essa emenda constitucional centrou ainda mais o orçamento no Ministério da Educação, fazendo com que as universidades não pudessem apontar suas prioridades, pois na prática, para a educação, os investimentos no

ano seguinte não poderiam ultrapassar o investimento no ano atual, exceto pela correção da inflação somente (BRASIL, 2016).

3.3 Matriz OCC

É preciso compreender e analisar a padronização utilizada pelo governo federal para a distribuição do orçamento para o desenvolvimento do ensino superior público, por meio da denominada “Matriz Andifes-MEC”, foi criada do Decreto Presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010, ainda vigente. Este Decreto dispôs “sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências”, que o MEC onde a matriz de distribuição para os recursos que serão disponibilizados às Universidades, classificados como Outras Despesas Correntes e de Capital. Definindo, assim, os critérios para elaboração das propostas de orçamento que as universidades federais devem realizar anualmente, em que o referido Decreto considera no art. 4º § 2º:

I - o número de matrículas e **a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação** e na pós-graduação em cada período; II - a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; III - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente; IV - o número de registro e comercialização de patentes; V - a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação; VI - os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; VII - a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e VIII - a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento (BRASIL, 2010) (grifo nosso).

No ano de 2013 o MEC institucionalizou a Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (OCC) por meio da Portaria MEC nº 651 de 24 de julho de 2013, divergindo apenas a nomenclatura do que dispunha no Decreto Presidencial. Assim, este se tornou o instrumento de distribuição de recursos para a manutenção e operacionalização das atividades nas universidades públicas federais, levando em consideração o seu art. 3º:

Art. 3º - A composição da Matriz OCC terá como base o número de alunos equivalentes de cada universidade, calculado a partir dos indicadores relativos ao número de alunos matriculados e concluintes da graduação e pós-graduação de cada universidade federal, bem como, entre outros, o indicador de eficiência/eficácia RAP (relação aluno professor) e os indicadores de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação baseados em sistemas de informação do Ministério da Educação (BRASIL, 2013).

Assim, a Matriz OCC leva em consideração todos os elementos contidos no Decreto nº

7.233/2010 e Portaria MEC nº 651/2013, que será principalmente abordado neste estudo pela taxa de sucesso, que consiste na divisão da quantidade de ingressantes pelo número de concluintes, anualmente. Como o foco do estudo que está na possibilidade de ampliação das inscrições nos processos seletivos anuais da UNIR, que possibilita o aumento do número de ingressantes confirmados mediante a efetivação de matrícula nos cursos, é possível observar que consiste em uma grandeza inversamente proporcional, pois à medida que se aumenta o número de ingressantes diminui a taxa de sucesso.

Isso estava previsto em uma das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do quinquênio 2019-2024 da UNIR, que visa aumentar o preenchimento de vagas dos cursos de graduação:

l) Elevar a 90% o preenchimento das vagas do processo seletivo para os cursos de graduação.

RESPONSÁVEL: Coordenação Pedagógica e de Monitoramento - PROGRAD

DESCRIÇÃO: Melhorar o índice de preenchimento dos cursos de graduação da UNIR no processo seletivo próprio por meio do ENEM

VENCIMENTO: 31/12/2020

ESPERADO: 90,00

MÍNIMO: 90,00

MÁXIMO: 100,00 (PDI 2019-2024, p. 246)

Mas isso é uma situação de primeiro momento, pois a tendência é que à medida que a quantidade de ingressantes aumente, consequentemente possibilite o aumento no número de concluintes. Como demonstram os relatórios de gestão pesquisados da UNIR, que atendem à Decisão nº 408/2002 – TCU – Plenário, que traz os indicadores de desempenho que devem ser incluídos nos Relatórios de Gestão das IFES, desde o ano de 2002.

Figura 2 – Estatísticas de TAEG's na UNIR no período de 2018 a 2022



Fonte: Página da DPDI/PROPLAN/UNIR, 2024

A Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da UNIR, disponibilizou no ano de 2023 na página de internet, institucional da Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento e Informação (DPDI) o Painel Estratégico do Total de Aluno Equivalente de Graduação (TAEG) da UNIR que é o principal indicador para composição da Matriz OCC.

Tabela 1 – Orçamento Anual da UNIR proveniente da Matriz OCC

Ano	Orçamento da UNIR, com base na Matriz OCC (em reais)	% de aumento/redução no orçamento da UNIR, com relação ao ano anterior
2011	22.134.135,00	-----
2012	32.201.514,00	45,48%
2013	53.493.875,00	66,12%
2014	59.875.983,00	11,93%
2015	47.329.011,76	-20,95%
2016	63.144.339,00	33,42%
2017	58.458.037,60	-7,42%
2018	49.147.583,00	-15,93%
2019	55.180.546,83	12,28%
2020	57.288.678,90	3,82%
2021	41.668.078,52	-27,27%

Fonte: Relatórios (anuais) de Gestão da UNIR, adaptada pelos autores, 2023

Nesse sentido, a Tabela 1, apresenta o Orçamento Anual da UNIR com base na Matriz OCC que sofreu aumento constante de 2011 a 2014, com queda abrupta em 2015, em que um dos fatores que pode ser considerado, por exemplo, é a taxa de sucesso de 2014 – que são utilizadas para o cálculo do aluno equivalente, para concessão de orçamento para o ano seguinte – de somente 29%. Tal como redução de 2016 a 2018, novo aumento de 2018 a 2020 e com redução de 27% do orçamento em 2021, apesar da taxa de sucesso de 0,47 (quarenta e sete centésimos, equivalente a quarenta e sete por cento) no ano anterior, que demonstrou equilíbrio na taxa de sucesso com relação a 2019. Essa redução de 2021, no orçamento, pode ter sido ocasionada pelo momento que se encontrava o país, devido à Pandemia de COVID-19.

Ainda no sentido conceitual, as Universidades públicas federais brasileiras recebem recursos financeiros, teoricamente, suficientes para despesas de custeio e capital, para isso as IFES recebem esses recursos baseados na Matriz Orçamentária de Custeio e Capital (OCC), como modelo de alocação de recursos utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) brasileira e pela Associação Nacional de Dirigentes das IFES (ANDIFES). Que, conforme relata Reis (2011), é a forma de garantir o equilíbrio e estabilidade dos recursos com base em critérios prévios e transparentes, com objetivo principal de distribuir o orçamento de manutenção e investimentos entre as IFES.

Com isso, utiliza-se de critérios claros, transparentes e públicos para a alocação desses

recursos. A partir disso, a distribuição da planilha orçamentária do MEC às IFES acontece de maneira participativa e com parâmetros que valorizam a diminuição da evasão e retenção acadêmica, apontam previsões para expansão do sistema federal de ensino superior, incentivam a criação de cursos noturnos e valorizam a qualidade no ensino da graduação e pós-graduação (BRASIL, 2010 e BRASIL, 2013).

Os recursos são anualmente distribuídos e repassados às Universidades com base numa matriz matemática, que se embasa na produtividade universitária, conforme afirma SILVA *et al* (2012). Schwartzman (1996) aduzia que, para que haja estabilidade orçamentária das instituições federais de ensino, era necessária a criação de divisões de recursos entre as Universidades a partir da eficiência, produtividade e qualidade acadêmica de cada uma. Determinando não só o orçamento para custeio e capital, mas além disso estabelecesse um quantitativo ideal de professores e servidores técnicos, de acordo com número de alunos. Que deveria, ainda, ser fundamentada na proposta da autonomia universitária e financeira. Pensamentos como este deram origem à Matriz OCC.

O atual modelo de distribuição dos recursos do MEC às IFES é o indicador de Eficiência e Qualidade, onde o cálculo de participação das IFES considera dois indicadores que são eles: a) o Aluno Equivalente (AE), que é diretamente relacionado com o tamanho da instituição, em que são utilizadas as informações sobre diplomação, retenção, evasão, turno dos cursos e a criação de novos campi; b) Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científico (EQAC), que no cálculo desse indicador são considerados os conceitos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) dos cursos de graduação e mais os conceitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) dos cursos de pós graduação (BRASIL, 2013).

Assim, a importância que cada indicador terá no cálculo da participação é apresentada por meio de pesos, em que 90% é atribuído ao aluno equivalente e 10% pelo EQAC. De tal forma que esse cálculo apresenta como a participação de todas as IFES e os recursos recebidos são proporcionais à sua participação. Além disso, Milioni, Behr e Goularte (2015) apontam que existem outras fontes de recursos provenientes de projetos como dotações orçamentárias já previstas, destinadas por programas específicos, como foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007).

O cálculo do aluno equivalente – este que é o indicador mais importante da matriz OCC, pois apresenta maior peso em sua composição (BRASIL, 2013) – é feito para os cursos de graduação, pós-graduação e residência médica, e se utiliza basicamente de duas informações:

número de alunos diplomados e o número de novos ingressantes ao longo do ano. Dessa maneira, estima-se a quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação, ou seja, não é um valor exato tão somente pelos alunos matriculados, mas sim uma estimativa desse quantitativo com base na quantidade de alunos diplomados.

Os dados, para a efetivação de todos esses cálculos, são extraídos da Plataforma de Integração de Dados das Instituições Federais de Ensino Superior (PingIFES) anualmente, garantindo as informações necessárias à Matriz de alocação desses recursos disponibilizados pelo MEC.

Ademais, para aqueles alunos que demoram mais tempo do que o previsto para conclusão do curso, é então aplicada uma correção a partir do coeficiente de retenção do curso. Ao modo que essa retenção é tabelada e representa o percentual de alunos que excede a duração média do curso para se formar. Santos (2012) e Vasconcelos (2010) relataram que uma das formas de diminuir a retenção de alunos e sua desistência, é a concessão de assistência estudantil, para prover recursos necessários aos discentes para obterem um bom desempenho acadêmico, elevando os resultados de produtividade e conclusão nos cursos.

Além disso, de extrema relevância no cálculo de recursos utilizados pela Matriz OCC, leva-se em consideração o peso que alguns cursos têm, pois precisam de diferentes níveis de recursos, por utilizarem laboratórios e oficinas, por exemplo, enquanto outros tão somente a sala de aula. Isso faz com que alunos de um curso possam custar bem mais que de outros. Assim, o aluno equivalente é diferente do aluno matriculado, porque é essa equivalência que determina o seu custo equivalente a um determinado número de alunos (HUPPES *et al*, 2016).

Isso demonstra que além do número de novas matrículas e alunos totais matriculados, é de extrema importância que haja o mínimo de desistência e retenções, todos os anos, assim como o máximo de alunos concluintes dentro do prazo médio de integralização do curso. Ou seja, é uma matriz que leva a um modelo de distribuição de recursos que se traduz como indicador de eficiência e qualidade (MIRANDA, 2013).

Para vinculação da questão das ações para a divulgação do processo seletivo em relação a Matriz OCC é importante considerar três elementos – se estão presentes ou não – no planejamento institucional: objetivos, conteúdos e critérios. Para cada um deles, podemos identificar:

I. Objetivos: Definir metas claras para a divulgação, como aumentar o número de inscritos de diferentes regiões e melhorar a diversidade do corpo discente.

II. Conteúdos: Desenvolver materiais de divulgação que sejam informativos e atraentes,

incluindo vídeos, depoimentos de estudantes e informações detalhadas sobre cursos e a vida no campus.

III. **Critérios:** Estabelecer métricas para avaliar a eficácia das campanhas de divulgação, como o alcance nas redes sociais, o número de visitas ao site de inscrições e o feedback dos candidatos.

Diante de todo recorrido, a matriz OCC (Objetivos, Conteúdos e Critérios) pode ser aplicada para sistematizar e otimizar as ações de divulgação do processo seletivo, garantindo que sejam estratégicas e eficazes.

4 INSTRUMENTOS E POLÍTICAS DE APOIO AO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL

A partir do ano de 2007 o Brasil passou por um processo muito rápido de ampliação das IFES, consequentemente de acesso aos cursos de educação superior pela população. Além da descentralização das Universidades, que concentravam muitas vezes sua sede e *campis* nas capitais ou grandes cidades de seus estados, a partir daquele momento expandiu-se para o interior, inclusive com a criação de novas universidades. Isso, se deu com a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - o REUNI (BRASIL, 2007). Que além dessa expansão, ainda incluiu em seu texto, por intermédio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, as seguintes diretrizes em seu Art. 2º:

- I - redução das taxas de evasão, **ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso**, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - **ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil**; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007) (grifo nosso).

Essa soma do aumento de vagas para ingresso com a ampliação de políticas de inclusão – para dar acesso a todos – e a assistência estudantil – para que o discente ao ingressar se mantenha no curso até sua conclusão –, foram e ainda são fundamentais para qualquer política que as universidades adotem, de acordo com Kowalsky (2012).

Os desdobramentos do REUNI contemplaram repasses financeiros às instituições que já existiam e a criação de novas Instituições Federais. Na primeira fase de expansão, mais de 60 (sessenta) campus do interior e 10 (dez) Universidades foram criadas, sendo 6 (seis) dessas criadas por transformação, isto é, unidades (campus, faculdade, escola) foram transformadas em Universidades. Com a continuidade nas ações de expansão das Universidades Federais, no total foram criados 115 (cento e quinze) novos campi no interior e 14 (quatorze) universidades (BRASIL, MEC).

Este foi um recorte apresentado por Scher e Oliveira (2020) a partir de dados do MEC, a partir de um ano de implantação do REUNI. Em 29 de agosto de 2012 foi promulgada a Lei nº 12.711, que “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências” (BRASIL, 2012). Esta que, além do

que dispõe, veio reforçar as atribuições e atuações do Ministério da Educação do Brasil, principalmente para a execução de política de cotas para ingresso de novos alunos às IFES, aqui tratados especificamente sobre as Universidade Federais.

4.1 Instrumentos de Apoio: Políticas de Acesso à Educação Superior no Brasil

4.1.1 Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)

A partir da concepção das formas e políticas de acesso à educação superior, é preciso considerar fatores políticos, orçamentários e financeiros da administração pública, para que se busque fazer uma análise completa do contexto que está inserido o ensino superior no Brasil. Assim, um fator de extrema relevância no período envolvido no estudo, é o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

Com vigência decenal, a Lei do Plano Nacional de Educação, nº 13.005 de 24 de junho de 2014, para o período de 2014-2024, estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem ser alcançadas na política educacional brasileira. Estas se definem em 10 diretrizes que tem o propósito de guiar a educação no período de sua vigência e, ainda, determina 20 metas que tem por objetivo serem cumpridas (PNE, 2016).

No contexto constitucional brasileiro, os planos e programas são instrumentos de planejamento previstos no artigo 165, § 4º da CF/1988. Esta que dispõe em seu artigo 214 que “a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração [...] para assegurar a manutenção e desenvolvimento em seus diversos níveis, etapas e modalidades”. A diferença é que no texto constitucional previu seis diretrizes, o PNE 2014-2024 relacionou quatro novas diretrizes, descritas a seguir e que recebem o grifo as coincidentes em ambos os textos legais:

- I – erradicação do analfabetismo;**
- II – universalização do atendimento escolar;**
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;**
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;**
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;**
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;**
- IX - valorização dos(as) profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014) (grifo nosso).

Cabe destacar dentre as diretrizes apresentadas, tanto no texto constitucional quanto na legislação definidora do PNE o que se refere ao financiamento educacional, em que existe a vinculação de um percentual como meta para os investimentos em educação, com relação ao Produto Interno Bruto (PIB), com o principal propósito de atender a população em geral.

Ferreira e Nogueira (2016) destacam que para a questão do financiamento, a previsão constitucional e legal, vinculando um percentual do PIB à realização de planos de educação representam um grande avanço, mas ainda há necessidade dessa relação com a qualidade do ensino e recursos. Para que se possa ampliar a capacidade de atendimento em qualquer lugar em todo território nacional, assegurando esse direito aos cidadãos.

Com relação ao ensino superior o PNE 2014-2024 apresenta três metas, que visam o acesso e a qualidade de titulação dos docentes nas instituições federais educação superior, combinado com o acesso à programas de pós-graduação *stricto sensu*, assim como o aumento na quantidade de titulados (BRASIL, 2014). Cruz, Luque e Protti (2012) destacam em uma dimensão econômica e social a educação superior no Brasil tem ganhado destaque nos últimos anos, promovendo inclusão social de forma mais rápida e fazendo com que haja uma transformação da sociedade.

É preciso que se conheça, nesse sentido orçamentário do PNE, o custo efetivo por aluno, nos cursos disponíveis em cada instituição, para se compreender o gasto em cada setor em relação ao orçamento total nas universidades, segundo Magalhães *et al* (2010), e assim mensurar a possibilidade de expansão, otimizando gastos.

4.1.2 Estudos de Políticas de Ingresso nas Universidades Federais do Brasil

A partir da apresentação do embasamento teórico proposto neste estudo, é importante demonstrar, inclusive, como outros estudos relacionados às políticas de ingresso nas IFES têm sido abordados em artigos publicados em revistas científicas, voltados para o acesso à educação superior pública brasileira, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Pesquisas anteriores sobre políticas de ingresso nas Universidades Federais

Autores	Pesquisas Realizadas
Maio Santos (2005)	Demonstram por meio, primeiramente, de um contexto que a Universidade de Brasília (UNB) foi a primeira instituição de ensino superior a adotar programas e políticas de cotas. Mas além disso defendem que só as cotas não são suficientes para corrigir a questão étnica, social e histórica, mas sim também a estruturação e melhorias na educação básica. O objetivo do artigo é a reflexão antropológica no processo dinâmico que ocorre contemporaneamente, lidando com a questão sócio-política que a questão das cotas apresentava a sociedade em geral e universitária.

Autores	Pesquisas Realizadas
Menin <i>et al</i> (2008)	Apontam a preocupação que se tem com relação a cotas, no quesito de princípios e valores, se são consideradas como mérito dos candidatos que são beneficiadas por elas no ingresso à universidade. O objetivo do artigo é investigar como os valores são apresentados e realmente estão presentes, e como os acadêmicos – de forma geral – avaliam a sua utilização.
Nery e Costa (2009)	Apresentam a visão do descaso que os cotistas, principalmente negros, tem pela sua forma de ingresso. Além de serem mais cobrados pela sua eficiência, que precisa ser maior que dos demais no decorrer dos seus respectivos cursos. O objetivo do artigo é investigar a afetividade entre grupos acadêmicos a partir da política afirmativa que preceitua sobre o acesso do negro à universidade.
Prestes <i>et al</i> (2013)	Evidenciam a participação como estudantes, daqueles que tem 30 anos ou mais, e estão em cursos superiores. Voltada para um aspecto filosófico de conhecimento de vida, devido ao público pesquisado. O objetivo do artigo é demonstrar a democratização do acesso do aluno à universidade, principalmente daquela população adulta, de uma idade média à elevada.
Gemelgo e Barros (2015)	Trazem a discussão, mediante a moradia destinada a estudantes universitários, a questão psicológica que vivem os alunos durante seus cursos, analisando toda situação vivida desde o ingresso até a conclusão do curso, inclusive com situações de necessidade de terapia ocupacional. O objetivo do artigo é criar um diálogo que apresente e faça refletir sobre a dimensão do que é a moradia na vida universitária.
Nierotka e Vitória Trevisol (2015)	Faz uma análise de dados sobre estudantes que ingressaram na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em 2012, pelas leis de cotas e como filhos de trabalhadores de baixa renda e egressos de escolas públicas tiveram ampliação no percentual e números relativos de alunos na universidade pesquisada. O objetivo do artigo é investigar as políticas de acesso e as ações afirmativas na UFFS.
Fernandes e Moreira (2017)	Salientam sobre a inclusão nas universidades públicas federais, por meio do crescente ingresso de acadêmicos surdos, o que trouxe o aumento dos cursos de natureza bilíngue. Além da adaptação das universidades aos novos alunos nessa condição física, desde a capacitação de docentes, contratações de tradutores e interpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), até as condições físicas e tecnológicas. O objetivo do artigo é apresentar uma discussão sobre a educação bilíngue para estudantes surdos.
Ferreira (2017)	Aponta sobre as políticas de ingresso e ações afirmativas na universidade pública brasileira, tal qual a assistência estudantil como forma de acolhimento e como prevenções sociais contra os trotes e outras atividades no decorrer do curso que dificultem a permanência dos acadêmicos. O objetivo do artigo é avaliar o modelo da Universidade Federal do Sul da Bahia na recepção dos alunos e o sucesso de suas ações afirmativas.
Paula (2017)	Apresenta ao passo que ocorreu o processo de reestruturação das instituições federais de ensino, até a implantação e ampliação das políticas inclusivas de cotas, fez com que houvesse tanto o aumento de vagas de forma geral, quando para a população público-alvo dessas políticas. O objetivo do artigo é discutir políticas de democratização para acesso às universidades públicas brasileiras.
Bergamaschi, Brito e Doebber (2018)	Abordam sobre a presença do índio na educação superior pública brasileira, assim como suas formas de ingresso e permanência. Analisa ainda, mediante consulta bibliográfica, sobre teses de dissertação em diferentes programas de pós-graduação, sob esse mesmo enfoque abordado. O objetivo do artigo é mostrar a presença indígena no ensino superior federal como de política pública.
Cavalcanti <i>et al</i> (2019)	Demonstram como as políticas públicas ou sistemas de cotas tentam promover a igualdade entre os candidatos para ingressos nas universidades públicas. Que se analisada as médias de notas entre cotistas e não cotistas há realmente diferença quando comparado para entrada na educação superior, mas isso não é a realidade no decorrer do curso, que no contexto geral não há essa distinção nos conceitos acadêmicos. O objetivo do artigo é avaliar no ingresso dos acadêmicos da Universidade Federal da Bahia, se o desempenho acadêmico está relacionado à forma de entrada.
Viera e	Apresentam sobre a crescente no ingresso dos alunos deficientes no ensino superior, tal como

Autores	Pesquisas Realizadas
Nascimento (2019)	sua permanência por meio do fator da acessibilidade. Trazendo à tona sobre a discussão da inclusão da inclusão escolar e acadêmica. O objetivo do artigo é tratar sobre a inclusão no ensino superior.
Caregnato, Santos e Felin (2020)	Apresentam em sua pesquisa de forma detalhada, como ocorre a ocupação de vagas destinadas às ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir da interpretação que é muito reduzida a quantidade de alunos oriundos de escolas públicas, quando não é considerada ou utilizada a política de cotas. O objetivo do artigo é analisar a heterogeneidade dos alunos da rede pública da educação básica em comparação ao ingresso de alunos na educação superior gratuita;
- Ames e Almeida (2021)	Em seu trabalho apresentam um contexto histórico das ações afirmativas para o ingresso de estudantes das comunidades indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim como apontam as dificuldades encontradas por essa cota de estudantes para permanecer no curso, absorver os conhecimentos e concluí-lo. O objetivo deste artigo tem por objetivo analisar as experiências do povo da etnia Kaingang, por representarem a maioria dos estudantes indígenas na UFRGS;
Brazorotto e Venco (2021)	Fazem um levantamento do perfil dos estudantes nas antigas escolas federais e agora institutos federais de ensino, assim como apontam o aspecto de democratização do acesso a esse tipo de instituição, tanto no ensino médio quanto no superior. O objetivo do artigo é apontar a política educacional adotado por esses institutos em comparação ao perfil socioeconômico dos estudantes.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Assim, este subcapítulo apresenta estudos correlatos, voltados para as políticas de ingresso nas universidades federais brasileiras, por meio de uma breve análise de pesquisas científicas no formato de publicação de artigos disponíveis no Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Analisando a forma de referencial teórico, as metodologias e objetivos utilizados por outros autores para tratar sobre o tema, com propósito de buscar textos comparativos úteis, como classificam Collis e Hussey (2015). Assim, o aqui proposto foi compendiar estudos nesse sentido, evidenciando seus focos de pesquisa e abordando suas contribuições, apresentados neste Quadro 1.

Isso demonstra a relevância do tema quando trata de políticas públicas voltadas para a apresentação do direito dos cidadãos à educação superior e o próprio incentivo à busca pelo ingresso na vida acadêmica pública, tal como de reserva de vagas em função de política de cotas e programas de assistência estudantil para permanência dos alunos até a conclusão dos cursos superiores. Mas pouco se aborda sobre programas e políticas institucionais de ingresso de novos discentes nas IFES – considerando todas, vez que muitos Institutos Federais adotam o ensino superior - e, especialmente, nas Universidades Federais, que é o que se propõe neste estudo.

Ademais, os artigos publicados a partir do ano de 2012 concentram maiores estudos voltados para a política de cotas para ingresso, principalmente após a institucionalização da Lei de Cotas nº 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012, nas IFES. Isso, faz com que seja possível perceber a necessidade na divulgação, dos processos seletivos voltados para novos

alunos, a possibilidade do acesso por meio da reserva de vagas por cotas estabelecida em lei.

4.2 Instrumento de Acesso: Processos Seletivos

As universidades públicas federais brasileiras têm adotado, de forma geral, políticas que minimizem a exclusão das mais variadas categorias da população, assim como, visando integrar a legislação nacional existente à essas políticas que as IFES adotam, para possibilitar e maximizar o ingresso de discentes. Essas ações institucionais de ensino superior somam políticas públicas afirmativas com a concretização da igualdade pelo acesso a direitos fundamentais para o cidadão, dentre elas sempre a educação, especialmente à superior que é a que na maioria das vezes faz a conexão entre o cidadão e a profissão (OLIVEIRA, 2016).

Mas, isso não deve se restringir à esta legislação, quando consideramos as políticas de ingresso que podem ser promovidas pelas instituições públicas de ensino superior, estas podem promover ações complementares de reservas de vagas, formas de seleção e entrada, assim como para permanência desses estudantes (ANDRADE *et al*, 2012).

A partir da implantação dessa lei supracitada, as universidades tiveram que se adaptar, na grande maioria reformular sua política de ingresso, adotando critérios que atendessem essa nova legislação. Mas mais do que isso, passou-se a aplicar na educação superior uma política chamada “de cotas” que fosse de fato voltada a realidade da população brasileira, especialmente da educação básica pela qual esses novos alunos da universidade já passaram, assim como viveram e vivem nessas condições de uma espécie de benefício que traz essa nova lei à época, ainda vigente.

Desta forma, parece-nos adequado propor que a universidade pública crie novos instrumentos que aliem um mecanismo apropriado de seleção e ingresso a modelos de ensino e incentivo à formação superior. Tais modelos devem possibilitar que o aluno busque na formação profissional universitária sua ascensão social. Merece ser ressaltado que o novo modelo de ingresso deve aliar o seu foco principal, que é a inclusão social, ao firme compromisso com o mérito. Além disso, o novo modelo de formação geral deve seguir tendências atuais de formação multidisciplinar que tenham como objetivo maior a formação de um cidadão comprometido com a construção de uma sociedade democrática, ética e socialmente justa (ANDRADE *et al*, 2012, p. 702).

Ainda no final do ano de 2012, autores como Andrade, Gomes, Knobel e Silva defendiam formas adequadas de ingresso que contemplassem o mérito, sem esquecer questões sociais e étnicas. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no entanto, não cria os mecanismos que as universidades devem (ou deveriam) adotar, uma vez que o próprio ENEM pode ser considerado um excludente.

Dado que a grande maioria dos candidatos que se candidatam é oriunda da rede pública de ensino e, infelizmente, diante da realidade brasileira, se este for o único critério de avaliação, os alunos que terminam as escolas particulares sempre serão beneficiados. De acordo com Medeiros (2002), aqueles que têm uma educação básica de qualidade - escolas particulares - ou a possibilidade de frequentar cursinhos preparatórios - têm mais chances de serem melhor classificados por esse formato de acesso à educação superior.

Acrescenta-se que, para Klitzke, Santos e Valle (2013), o novo formato no ENEM e com propósito da sua utilização para o acesso ao ensino superior, especialmente em instituições públicas de educação superior, tornou-se uma forma de tentar democratizar o acesso, principalmente às universidades federais, à parte menos favorecida da população.

Assim, este capítulo divide-se, a seguir, por meio da apresentação de um exame criado para acesso às universidades federais, um sistema integrado criado pelo governo federal brasileiro para seleção de novos discentes, seguido de um programa que pode ser adotado pelas IFES como uma forma regional de acesso ao ensino superior.

4.2.1 Acesso a partir do ENEM

O ENEM foi implementado em 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), nesta versão inicial por meio de prova única com 63 questões de respostas objetivas e mais uma redação, que podia tanto ser aplicada aos concluintes do ensino médio, quanto aqueles que já eram egressos neste ano, visando verificar o desenvolvimento das competências daqueles concluintes da educação básica, para o exercício da cidadania (BRASIL/MEC/INEP, 1998)

O portal do MEC define de forma objetiva na apresentação do ENEM o seguinte:

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular (BRASIL, ENEM, c2023).

Assim, considerando a legislação e aplicação do ENEM em nível nacional, desde a sua implantação, apesar de ter sido criado com o propósito para um estudo de verificação da qualidade do ensino médio do Brasil, em especial para as escolas públicas. Que, apesar desse

propósito, segundo Cavalcante *et al* (2006), depois de 8 anos de sua implantação – em 2006 – não havia conseguido fazer uma avaliação que conseguisse diagnosticar precisamente o ensino médio. Tornou-se, do mesmo modo, a forma mais efetiva de ingresso de aluno nas instituições federais de ensino superior, tanto como única avaliação que era considerada somente a nota obtida neste exame, quanto pela forma complementar aos processos seletivos adotados por algumas IFES. Como afirma Nascimento (2021), tornou-se o maior exame do Brasil.

Cunha (2000) apontou que foi necessária muita reflexão para que houvesse um processo único para acesso à educação superior às IFES, vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não previa um exame de vestibular para esse fim, tão somente para avaliar o Ensino Médio. Mas o ENEM só foi consolidado como um exame nacional para acesso ao ensino superior no ano de 2009. E em 2010, como afirma Noronha *et al* (2014), surgiu o Sistema de Seleção Unificada como resultado de inovação tecnológica do governo federal por intermédio do Ministério da Educação, que utilizaria os resultados do ENEM, como critério de seleção por meio desse sistema para acesso aos cursos das instituições públicas de ensino superior.

Foi a partir de 2009 que o Enem tomou novo formato, composto a partir de então de 180 questões, divididas por área do conhecimento humano, como explica Andriola (2011) tornou-se um teste de rendimentos de incluindo em cada área as suas tecnologias, que são: linguagens e códigos, incluindo a redação; matemática; ciências humanas; e ciências da natureza. Transformando-se em um vestibular nacional, que será detalhado no próximo subcapítulo sobre o SISU, que foi instituído Portaria Normativa nº 2, de janeiro de 2010, no que se refere às IFES.

Somado a essa sequência de ações, surgiu em 2012 a Lei nº 12.711, chamada Lei de Cotas, visando democratizar ainda mais a possibilidade de adentrar no universo do ensino superior público, além do aspecto da inclusão social que a lei se propôs.

4.2.2 Sistema de Seleção Unificada (SISU)

Tal como o ENEM, o SISU foi implantado para que a população pudesse ter acesso à educação superior, pois este sistema é uma das derivações daquele exame, em que é preciso compreender que:

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem. No sítio, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes (Portal MEC, SISU, c2018).

Assim, o MEC implantou o SISU mediante a Portaria nº 2 de janeiro de 2010, em que este Sistema se refere a um programa federal do governo brasileiro que facilita consideravelmente o acesso às universidades e institutos federais, com a utilização da nota do ENEM, para qualquer IFES do Brasil que participe desse programa, sem precisar se deslocar para fazer a inscrição que é toda realizada e com acompanhamento dos resultados online. Por não se tratar de uma obrigatoriedade pela adesão, cabe às universidades públicas – como tema aqui tratado – o adotarem e firmarem convênio com esse sistema, para que constem na relação de instituições ofertantes de vagas quando da publicação dos editais.

Tudo isso ocorre por meio de um site específico - <https://sisu.mec.gov.br> – em que os candidatos podem obter maiores informações e realizar suas inscrições. Existem ainda outros programas do governo federal, que não serão aqui abordados por se tratarem de formas de ingresso em universidades e faculdades particulares, mas por questão de conhecimento são o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Ambos se utilizam do resultado dos candidatos no ENEM para inscrição em suas plataformas de seleção.

4.2.3 Processo de Avaliação Seriada (PAS)

O processo (ou programa) de avaliação seriada, que em algumas instituições públicas de ensino superior recebe outras nomenclaturas semelhantes, mas tem o mesmo propósito, consiste na realização de provas em etapas durante o ensino médio regular. Divulgado entre os jovens como “vestibular seriado” o que tem chamado atenção dos alunos que estão ainda no término do ensino fundamental ou iniciando o ensino médio.

Seguem exemplos do formato como são apresentados em algumas universidades:

Quadro 2 - Exemplos de Universidade com Processos de Avaliação Seriada (Seletiva)

Universidade	Informações do PAS (PASSE*)
Universidade de Brasília (UNB)	“[...]realizado ao longo dos três anos do ensino médio regular. Atualmente, a Universidade destina metade das vagas em todos os seus cursos aos aprovados no Programa, abrindo as portas da Instituição para os estudantes do ensino médio de forma gradual e progressiva. As provas são interdisciplinares, com o objetivo de verificar o desempenho das competências e habilidades desejadas para os futuros universitários. A avaliação valoriza a aprendizagem escolar, mas não se detém aos conhecimentos isolados nas disciplinas” (https://www.cebraspe.org.br/pas-unb/)
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	“[...]é uma forma de ingresso nos cursos de graduação presenciais da UFLA, no qual o candidato é avaliado em três etapas consecutivas, ao final de cada ano do Ensino Médio. Nas duas primeiras etapas (PAS 1 e PAS 2), o candidato fará provas de múltipla escolha e redação. Na terceira Etapa (PAS 3), será adotada a nota do

	Enem.” (https://ufla.br/processo-de-avaliacao-seriada)
Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	*O PASSE (Programa de Avaliação Seriada Seletiva) da UFMS é uma forma de ingresso na UFMS, que ao invés de medir o aprendizado dos candidatos em uma única prova, medirá o aprendizado ao final de cada ano do ensino médio. Desta forma, o candidato deve realizar 3 provas, cada uma em uma etapa do PASSE.
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	“Neste processo, o estudante matriculado na primeira série do ensino médio que desejar participar do PAS realiza uma prova ao final de cada uma das séries do ensino médio. A pontuação acumulada nessas provas pode classificá-lo a uma vaga na universidade”

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O último exemplo do Quadro 2 vem mostrar que Universidades Públicas Estaduais têm adotado esse formato de ingresso para seus alunos. E mais recentemente, no ano de 2020, o próprio MEC implantou via Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), por meio da Portaria nº 458, de 5 de maio de 2020, que “Institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica”, conforme apontado no site do MEC:

Enem seriado – O novo Saeb traz o chamado Enem seriado. Nele, as provas dos alunos do ensino médio formarão uma nota a partir da pontuação adquirida em cada uma das três séries, que poderá ser utilizada para acesso ao ensino superior. Os estudantes que fizerem a prova da 1ª série em 2021 já estarão concorrendo a vagas nas universidades para quando concluírem o ensino médio, em 2023. O Enem tradicional não deixará de existir. O Enem seriado é apenas mais uma porta de entrada ao ensino superior. O Enem tradicional continuará a ser aplicado normalmente, nas versões impressa e digital (MEC, SAEB, c2023).

E com isso, tornando-se mais uma forma, além do tradicional ENEM para que os alunos que iniciam o ensino médio possam, desde o primeiro ano, fazer esse exame seriado, sem todo o possível receio e ansiedade que se cria com a aplicação de prova única, principalmente devido a quantidade de conteúdos que são abordados, ao final do ensino médio ou para aqueles que já concluíram a educação básica há poucos ou muitos anos.

O Quadro 3 demonstra como as Universidades Federais brasileiras têm adotado suas formas de ingresso, seja por processo seletivo próprio com ou sem a utilização do ENEM, o SISU e/ou processos chamados de avaliação seriada (PAS ou similar):

Quadro 3 – Formas de ingresso adotadas pelas universidades federais brasileiras

Nome	Formas de Ingresso	Link da Página de Processo Seletivo
Universidade de Brasília	PAS, SISU	https://estudenaunb.unb.br/formas-de-ingresso
Universidade Federal da Grande Dourados	SISU e Processo Seletivo Próprio	https://www.ufgd.edu.br/coordenadoria/centro-de-selecao/index
Universidade Federal de Goiás	SISU	https://estudenaufg.prograd.ufg.br/#component_53221
Universidade Federal de Catalão	SISU	https://cograd.catalao.ufg.br/p/39329-

Nome	Formas de Ingresso	Link da Página de Processo Seletivo
		estude-na-ufcat
Universidade Federal de Jataí	SISU	https://sisu.ufg.br/ufj/
Universidade Federal de Mato Grosso	SISU	https://www.ufmt.br/publicacoes
Universidade Federal de Rondonópolis	SISU	https://ufr.edu.br/ingresso/sisu/
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Vestibular (ENEM), PASSE, SISU	https://ingresso.ufms.br/
Universidade Federal de Alagoas	SISU	https://copeve.ufal.br/
Universidade Federal da Bahia	SISU	https://www.ingresso.ufba.br/
Universidade Federal do Sul da Bahia	SISU	https://ufsb.edu.br/ingresse-na-ufsb
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	SISU	https://ufrb.edu.br/portaol/prosel
Universidade Federal do Oeste da Bahia	SISU	https://ufob.edu.br/a-ufob/editais/selecao-e-ingresso
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	SISU	https://unilab.edu.br/editais-pro-reitoria-de-graduacao/
Universidade Federal do Cariri	SISU	https://www.ufca.edu.br/admissao/graduacao/sisu/
Universidade Federal do Ceará	SISU	https://prograd.ufc.br/pt/ingresso-na-ufc/
Universidade Federal do Maranhão	SISU	https://portalpadrao.ufma.br/site/ensino/graduacao
Universidade Federal da Paraíba	SISU	https://www.prg.ufpb.br/prg/codesc/processos-seletivos
Universidade Federal de Campina Grande	SISU	https://comprov.ufcg.edu.br/graduacao.html
Universidade Federal de Pernambuco	SISU	https://www.ufpe.br/formas-de-ingresso/sisu-ufpe
Universidade Federal do Vale do São Francisco	SISU	https://ps.univasf.edu.br/
Universidade Federal Rural de Pernambuco	SISU	https://ingressante.ufrpe.br/
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	SISU	http://ufape.edu.br/editais-ensino
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	SISU	https://ufdpar.edu.br/ufdpar/editais-preg
Universidade Federal do Piauí	SISU	https://ufpi.br/sisu-cspe
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	SISU	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/home.jsf?aba=p-processo
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	SISU	https://sisu.ufersa.edu.br/
Universidade Federal de Sergipe	SISU e Vestibular (ENEM)	https://sisu.ufs.br/pagina/22619
Universidade Federal do Acre	SISU	http://www2.ufac.br/editais/sistema-de-selecao-unificada-sisu
Universidade Federal do Amapá	SISU	https://depsec.unifap.br/concursos/
Universidade Federal do Amazonas	SISU e PSC (PAS)	https://proeg.ufam.edu.br/editais-sisu.html
Universidade Federal do Oeste do Pará	SISU	https://depsec.unifap.br/concursos/
Universidade Federal do Pará	Vestibular (ENEM)	https://www.ceps.ufpa.br/
Universidade Federal Rural da Amazônia	SISU e Processo Seletivo Próprio	https://proen.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=356&Itemid=539
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	SISU	https://ceps.unifesspa.edu.br/
Universidade Federal de Rondônia	Processo Seletivo Próprio (ENEM)	https://processoseletivo.unir.br/certame/lista/4
Universidade Federal de Roraima	SISU, Processo	https://ufr.br/cpv/cartoes/processos-

Nome	Formas de Ingresso	Link da Página de Processo Seletivo
	Seletivo Próprio, PSS (PAS)	seletivos/
Universidade Federal do Tocantins	SISU e Processo Seletivo Próprio (ENEM)	https://www.uft.edu.br/concursos-e-selecoes/ingresso-na-graduacao
Universidade Federal do Norte do Tocantins	Processo Seletivo Próprio (ENEM)	https://ufnt.edu.br/2023/08/17/vestibular-da-ufnt/
Universidade Federal do Espírito Santo	SISU	https://vagas.ufes.br/
Universidade Federal de Alfenas	SISU	https://www.unifal-mg.edu.br/sisu/
Universidade Federal de Itajubá	SISU e Processo Seletivo Próprio (ENEM)	https://prg.unifei.edu.br/cops/
Universidade Federal de Juiz de Fora	SISU e PISM (PAS)	https://prg.unifei.edu.br/cops/
Universidade Federal de Lavras	SISU e PAS	https://cops.ufla.br/processos-seletivos
Universidade Federal de Minas Gerais	SISU e Vestibular (ENEM)	https://ufmg.br/cursos/formas-de-ingresso/ingresso-em-graduacao
Universidade Federal de Ouro Preto	SISU	https://vestibular.ufop.br/
Universidade Federal de São João del-Rei	SISU e Processo Seletivo Próprio (ENEM)	https://novoportal.ufsj.edu.br/vestibular/
Universidade Federal de Uberlândia	SISU e Processo Seletivo Próprio (ENEM)	https://www.portalselecao.ufu.br/servicos/Edital/listar/curso_graduacao
Universidade Federal de Viçosa	SISU	https://www2.pse.ufv.br/
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	SISU	https://www.ufbm.edu.br/graduacao
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	SISU e SASI (PAS)	https://portal.ufvjm.edu.br/editais/copese
Universidade Federal de São Carlos	SISU	https://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/vestibulares
Universidade Federal de São Paulo	SISU e Sistema Próprio MISTO (ENEM)	https://ingresso.unifesp.br/
Universidade Federal do ABC	SISU	https://prograd.ufabc.edu.br/sisu
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	SISU	https://ufrj.br/ingresso/graduacao/
Universidade Federal Fluminense	SISU	https://www.uff.br/?q=admissao-aos-cursos-de-graduacao
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	SISU	https://r1.ufrj.br/sisu/
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Vestibular Próprio e SISU	https://portal.utfpr.edu.br/cursos/estudenaufpr
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	SISU	https://portal.unila.edu.br/ingresso
Universidade Federal do Paraná	Vestibular Próprio e SISU	https://ufpr.br/estude-na-ufpr/
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	SISU	https://ufcspa.edu.br/estude-na-ufcspa/graduacao
Universidade Federal de Pelotas	SISU e PAVE (PAS)	https://wp.ufpel.edu.br/cra/
Universidade Federal de Santa Maria	SISU e Vestibular Próprio	https://www.ufsm.br/estude-na-ufsm
Universidade Federal do Pampa	SISU e Processo Seletivo Próprio (ENEM)	https://sites.unipampa.edu.br/ingresso/
Universidade Federal do Rio Grande	SISU e Processo Seletivo Próprio	https://www.furg.br/ingresso

Nome	Formas de Ingresso	Link da Página de Processo Seletivo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Vestibular Próprio e SISU	https://www.ufrgs.br/ingresso/
Universidade Federal da Fronteira Sul	SISU	https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/ingresso/sisu/como-funciona
Universidade Federal de Santa Catarina	SISU e Processo Seletivo Próprio	https://coperve.ufsc.br/

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nas informações dos sites das Universidades Federais no Brasil, 2024.

Portanto, isso demonstra que a maioria absoluta das Universidades Federais no Brasil utiliza-se do SISU, devido à estrutura de sistema e divulgação disponibilizada pelo MEC/INEP para a seleção dos alunos. E o ENEM tende a se tornar unanimidade entre as formas de seleção, mesmo àquelas IFES que utilizam processos seletivos próprios como forma principal de ingresso, pois aproveitam as notas obtidas no exame para classificação dos candidatos inscritos em seus cursos.

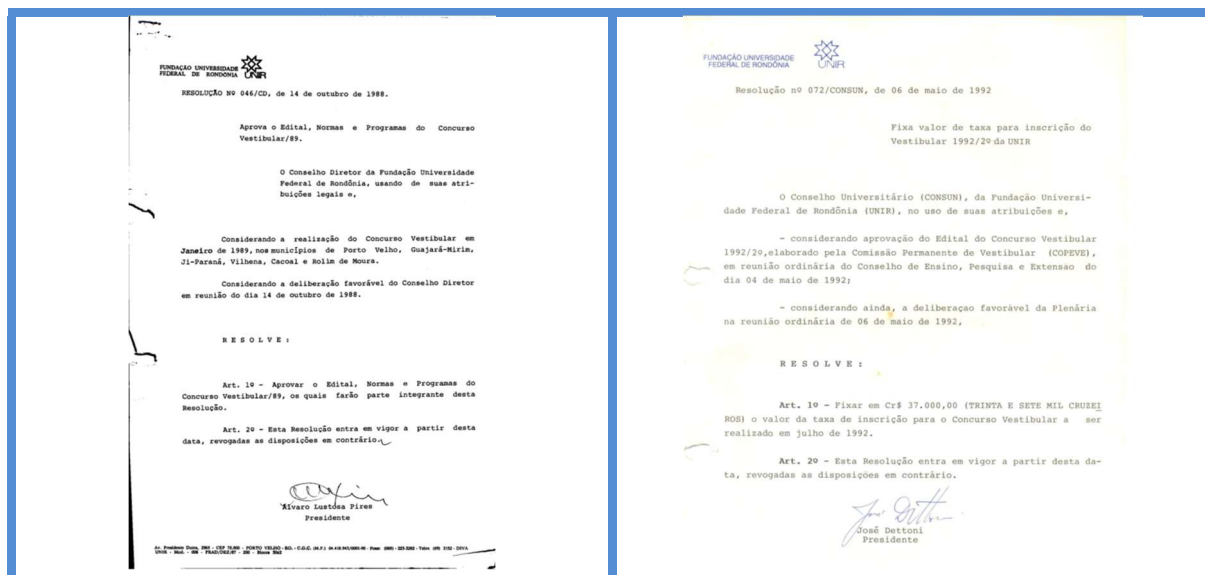
5 PROCESSO SELETIVO DE DISCENTES DE GRADUAÇÃO NA UNIR

O processo seletivo de discentes de graduação na UNIR é a forma pela qual a sociedade, atendidos os requisitos necessários, tem acesso à educação superior pública na única universidade federal e pública do Estado de Rondônia. Em que, essa seleção é feita inicialmente por processo seletivo anual, tradicional, por meio das notas do ENEM, e editais complementares ou especiais, para preenchimento das vagas ou vagas ociosas e para cursos específicos, respectivamente.

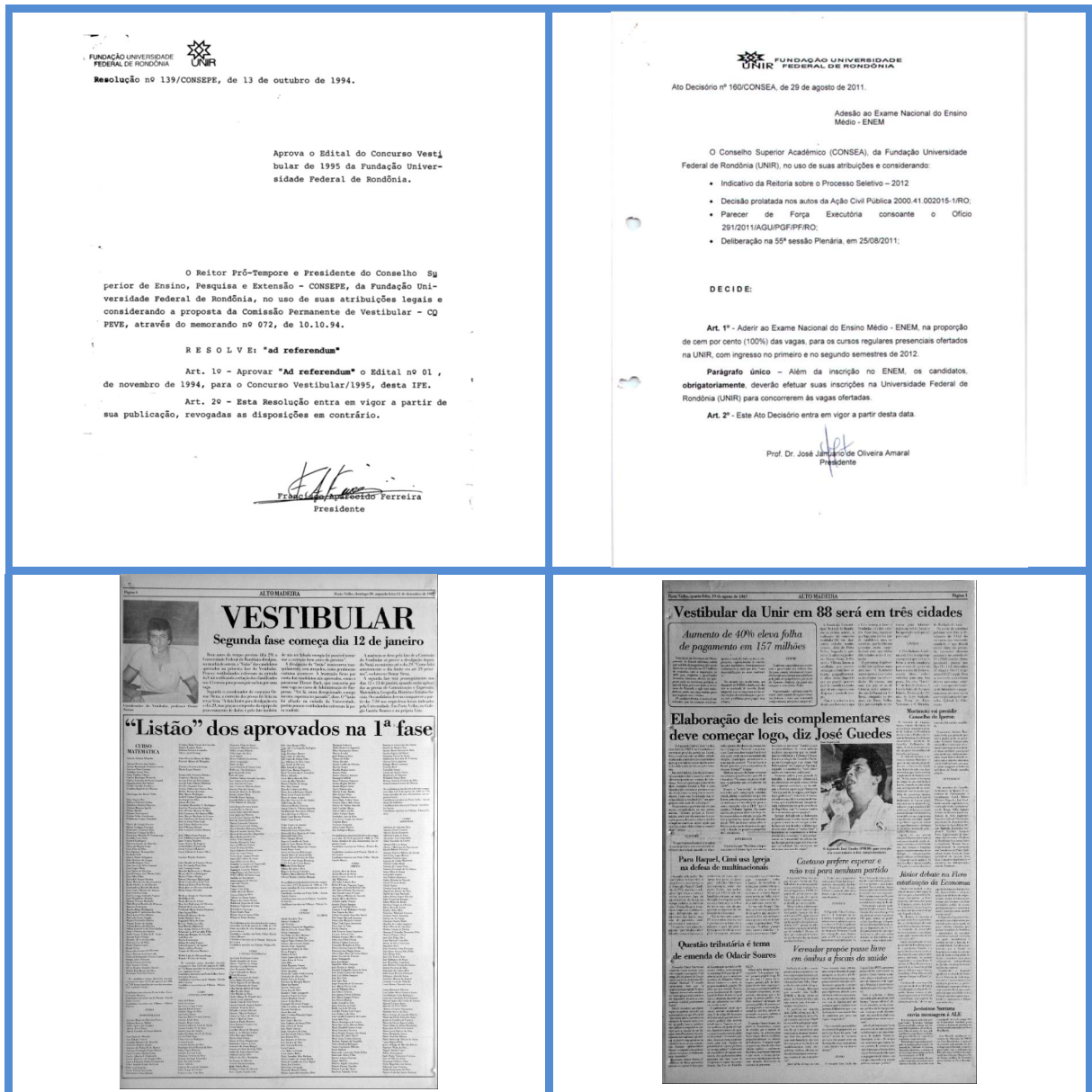
A UNIR dispõe de uma página de internet específica para esse fim, que se pode acompanhar os editais vigentes e acessar editais de anos anteriores, por meio do link www.processoseletivo.unir.br, abarcando o seu histórico de processos seletivos para alunos.

Desde a sua criação em 1982, a UNIR⁸ passou a adotar formas de processos seletivos para o ingresso de novos discentes. Estes eram aprovados pelos Conselhos Superiores. No momento deste estudo, o Conselho Superior responsável é denominado Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), que define suas normas por meio de Resoluções e Atos Decisórios, disponíveis no portal da Secretaria dos Conselhos Superiores da UNIR (www.secons.unir.br),

Figura 3 – Exemplos de atos normativos de aprovação de vestibulares e PSD-UNIR e publicadas em jornal impresso no ano de 1987.



⁸ “A Universidade Federal de Rondônia foi criada em 08 de julho de 1982 pela Lei Federal 7.011. Sua criação se insere no mesmo processo que levou à elevação do então Território Federal de Rondônia à condição do Estado em dezembro de 1981” (UNIR, 2022). Em que o poder executivo federal incorporou a Fundação Centro de Ensino superior de Rondônia (FUNDACENTRO) à, desde então, intitulada Fundação Universidade Federal de Rondônia, atualmente conhecida pela sigla UNIR.



Fonte: SECONS, adaptado pelos autores, e arquivo pessoal da Orientadora desse estudo, 2024

Como exemplos, apresentamos na imagem, a forma como as resoluções tratavam da seleção de novos alunos via vestibular, as taxas cobradas para a participação no certame e como as eram divulgadas em jornal impresso, na década de 1980.

O marco temporal de mudança na forma de ingresso de discentes na UNIR se deu com a extinção da realização de vestibular próprio, com a adesão ao ENEM a 10% (dez por cento) das vagas no ano de 2010, tentativa de adesão ao SISU como 1ª (primeira) fase do Vestibular e, finalmente, ao ENEM, a partir do processo seletivo de novos alunos do ano de 2012. Como pode ser demonstrado pela relação de Atos Decisórios a seguir:

Quadro 4 – Atos Normativos, a partir da adesão do ENEM, como PSD-UNIR

Normativa	Dispõe sobre:	Link de acesso
Ato decisório 101/2009/CONSEA, de 29 de junho de 2009	Adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (10% das vagas)	https://secons.unir.br/uploads/ato/2149_101_101_consea_aprovar_a_desao_enem_2010.pdf
Ato decisório 126/2010/CONSEA, de 15 de junho de 2010	Adesão ao SISU – Sistema Integrado de Seleção Unificada e adoção do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para o vestibular da UNIR	https://secons.unir.br/uploads/ato/2361_126_126_consea_adesaou_enem.pdf
Ato decisório 131/2010/CONSEA, de 8 de setembro de 2010	Retirar a adesão ao SISU – Sistema Integrado de Seleção Unificada	https://secons.unir.br/uploads/ato/2389_131_131_consea_retirar_adesaousisu_2011.pdf
Ato decisório 160/2011/CONSEA, de 29 de agosto de 2011	Adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (100% das vagas)	https://secons.unir.br/uploads/ato/2539_160_160_ato_consea_adesaou_enem.pdf
Resolução 367/2014/CONSEA, de 15 de dezembro de 2014	Normatiza o ingresso de discentes em cursos de graduação por cotas de que trata a Lei nº 12.711/12	https://secons.unir.br/uploads/ato/367_resea_Lei_12711_Cotas_ingresso_discentes_159655415.pdf
Resolução 139/2019/CONSEA, de 29 de outubro de 2019	Normas para ingresso de discentes nos cursos de graduação; reserva de vagas em atendimento à Lei 13.409/2016; Decreto nº 9.034 de 20 de abril de 2017; Portaria Normativa nº 9/MEC/2017	https://secons.unir.br/uploads/ato/Anexo_da_Resolu_o_139__CONSEA_1670259453.pdf
Resolução 475/2022/CONSEA, de 22 de dezembro de 2022	Estabelece Processo Seletivo Especial para o ano letivo de 2023 para os cursos de Graduação da UNIR	https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI_UNIR_1200844_Resolucao_475_1095249764.pdf

Fonte: UNIR – SECONS, adaptado pelos autores, 2024.

No ano de 2023 o Conselho Superior Acadêmico da UNIR revogou os Atos Decisórios e Resoluções, acima, por meio da Resolução nº 577/2023/CONSEA, de 29 de setembro de 2023 (https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI_UNIR___1502793___Resolucao_1024528058.pdf), que instituiu a:

Política de Ingresso nos cursos de graduação, a Política de Ação Afirmativa e de Inclusão, e regulamenta o procedimento de Heteroidentificação, Validação e Verificação da Autodeclaração de Cor, de Identidade Étnica e Pertencimento na UNIR. (SECONS, 2024)

Com isso, a UNIR passou a ter pela primeira vez uma (denominada) Política de Ingresso nos cursos de graduação, não somente uma forma ou critérios de seleção. Política esta que passou a envolver toda legislação pertinente à reserva de vagas pela Lei Federal de Cotas, políticas de ação afirmativa e de inclusão na UNIR e a instituição do bônus de Argumento de Inclusão Regional, denominada como Bonificação de Inclusão Estadual. Este último, de acordo com Abrucio e Segato (2017), visa corrigir uma heterogeneidade físico-territorial, que faz com que determinadas regiões ou estados possam ter deixado de receber a devida atenção de seus governos, com relação a muitos fatores, dentre eles a educação básica, que impacta na seleção para ingresso nos cursos de nível superior.

De maneira geral, com a implantação efetiva de uma política de ingresso, de ação

afirmativa e de inclusão, passou-se a estabelecer os percentuais de vagas destinadas à seleção e ingresso de discentes, seguindo legislação federal, da seguinte forma: “A partir de 2024 todos os cursos da UNIR terão, no mínimo, 50% das vagas preenchidas por meio da lei de cotas para o ingresso nos cursos de graduação nas instituições federais de ensino” (50% dessas vagas deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo per capita) “e, no mínimo, 10% preenchidas por meio de ações afirmativas próprias, com até 40% das vagas destinadas à ampla concorrência” (Manual do Candidato - Processo Seletivo, 2024).

Em 2024, a resolução em questão foi revogada pela Resolução nº 727/CONSEA, de 10 de outubro de 2024, que trouxe como inovação a ampliação do número de ENEM's que podem ser utilizados para a seleção anual nos cursos de graduação, de acordo com o resultado do seu exame em qualquer uma das dez últimas edições.

Ademais, desde a adesão do ENEM à 100% da oferta de vagas para os cursos da UNIR, por meio do Ato Decisório nº 160/2011, com vigência a partir do PSD-UNIR de 2012, é informado aos candidatos e divulgados à população, principalmente rondoniense, sobre a necessidade de realização do ENEM no ano anterior ao ingresso – que corresponde à indicação do ano do processo seletivo –. Visto que, nos editais sempre constam, no mínimo, as seguintes informações em destaque:

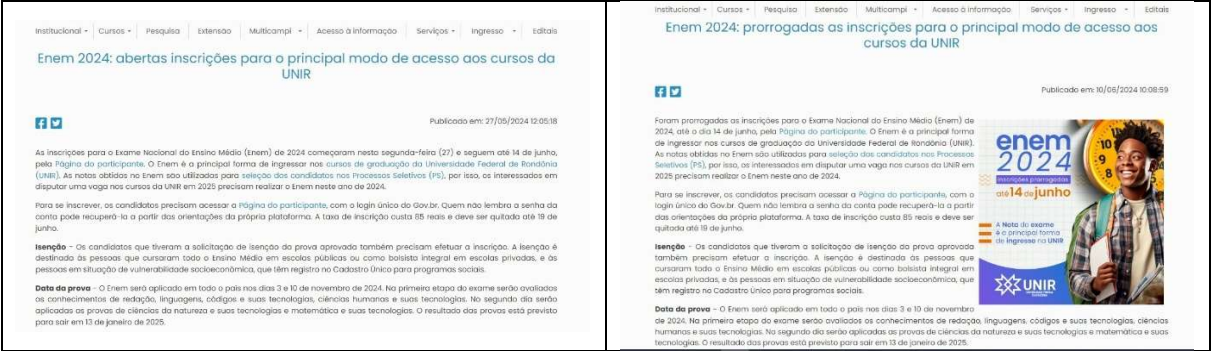
“[...]1.6 Somente poderão se inscrever no Processo Seletivo Discente 2017 os candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio do ano de 2016 – ENEM 2016. [...] 1.9 O acesso aos cursos de graduação da UNIR, objeto do presente edital, para os 1º e 2º semestres letivos de 2017, dar-se-á exclusivamente a partir das notas obtidas pelos candidatos, no Exame Nacional do Ensino Médio de 2016, ENEM 2016. [...] (Edital PSD-UNIR 2017, disponível em: <https://processoseletivo.unir.br/certame/exibir/154>) (grifo nosso).

Porém, é importante ressaltar que os editais dos processos seletivos da UNIR, desde então, foram publicados após o período de inscrição para o ENEM, na grande maioria quando as provas já haviam sido realizadas: PSD 2012, 20 de setembro de 2011; PSD 2013 em 31 de dezembro de 2012; PSD 2014 em 30 de dezembro de 2013; PSD 2015 em 30 de dezembro de 2014; PSD 2016 em 18 de dezembro de 2015; PSD 2017 em 26 de dezembro de 2016; PSD 2018 em 20 de dezembro de 2017; PSD 2019 em 20 de dezembro de 2018; PSD 2020 em 23 de dezembro de 2019; PSD 2021 em 23 de agosto de 2021. Em que somente o PSD 2021 considerou para inscrição as notas de uma das três últimas edições do ENEM – 2020 ou 2019 ou 2018 –, devido à Pandemia de COVID-19.

Além disso, temos como exemplo de notícias no site da UNIR e da Coordenadoria de

Processo Seletivo Discente (CPSD) publicaram, até o mês de setembro de 2024, apenas duas notícias cada, sobre o ENEM e a necessidade de sua realização para a participação no PSD-UNIR, nas imagens à seguir:

Figura 4 – Publicações sobre o ENEM de 2024, como forma de ingressar nos cursos da UNIR



Fonte: Pagina da UNIR (www.unir.br), 2024.

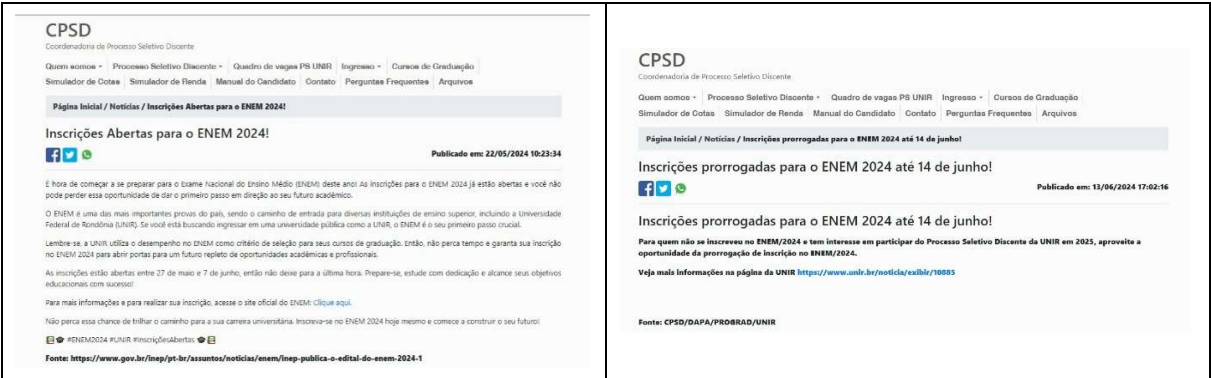
Ambas as notícias informam:

O Enem é a principal forma de ingressar nos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). As notas obtidas no Enem são utilizadas para seleção dos candidatos nos Processos Seletivos (PS), por isso, os interessados em disputar uma vaga nos cursos da UNIR em 2025 precisam realizar o Enem neste ano de 2024.

Isenção - Os candidatos que tiveram a solicitação de isenção da prova aprovada também precisam efetuar a inscrição. A isenção é destinada às pessoas que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas ou como bolsista integral em escolas privadas, e às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que têm registro no Cadastro Único para programas sociais. (UNIR, 2024)

Que são publicadas no site da CPSD, no mesmo período (mês), com escrita diferente:

Figura 5 – Publicações da CPSD sobre o ENEM de 2024, como forma de ingressar na UNIR



Fonte: Pagina da CPSD (www.cpsd.unir.br), 2024.

Em que informam, respectivamente ao apresentado na figura acima:

O ENEM é uma das mais importantes provas do país, sendo o caminho de entrada para diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Se você está buscando ingressar em uma universidade pública como a UNIR, o ENEM é o seu primeiro passo crucial.

Lembre-se, a UNIR utiliza o desempenho no ENEM como critério de seleção para seus cursos de graduação. Então, não perca tempo e garanta sua inscrição no ENEM 2024 para abrir portas para um futuro repleto de oportunidades acadêmicas e profissionais.

Para quem não se inscreveu no ENEM/2024 e tem interesse em participar do Processo Seletivo Discente da UNIR em 2025, aproveite a oportunidade da prorrogação de inscrição no ENEM/2024.

Salienta-se, ainda, que os meios de comunicação utilizados para divulgação dos editais inicialmente eram a página de internet institucional da UNIR (www.unir.br), a mídia televisiva e de rádio, jornal impresso de páginas da internet e sites de notícias.

Já nos tempos atuais, isso ganha foco nas redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*. Como é exemplificado, em um breve levantamento do alcance das redes sociais nos anos de 2021 a 2024, sobre as postagens que tratam desse tema - edital do PSD-UNIR - ou sobre o edital e realização das provas do ENEM. Nesse sentido, Santos (2013) em seu estudo enfatiza que as ações de divulgação são uma ferramenta importante no processo seletivo de alunos, assim como dos cursos existentes na IFES, voltadas para o público-alvo, que é alcançar os novos discentes, assim como a sociedade a qual está inserida.

6 METODOLOGIA

Este estudo está caracterizado como de objetivo exploratório e descritivo, de caráter quali-quantitativo, pois possibilita por meio das informações institucionais que são apresentadas, interpretá-las diante do foco do estudo, analisando a relação entre as variáveis com o fenômeno da pesquisa (PEROVANO, 2014).

Richardson (2017) afirma que por meio de estudos sob a análise quantitativa, é possível descrever a origem de algo específico, como um problema apontado. Assim, a quantificação define o método a ser aplicado e que terá como base para análise posterior, de acordo com Flick (2009). Que destacava a importância da abordagem quantitativa, no sentido de demonstrar como questões e situações sociais poderiam se apresentar como texto estruturado.

Ademais, pelos aspectos qualitativos, Beuren (2003) defende que pela análise qualitativa que se busca compreender o fenômeno social. A abordagem qualitativa está presente mesmo em investigações quase que totalmente quantitativas, pois, isso favorece na aproximação de resultados mais confiáveis (RICHARDSON, 2017).

Foi realizado levantamento bibliográfico, documental e de informações no portal de processos seletivos da UNIR, devido a consideração de pesquisa exploratória. Que, de acordo com Gil (2019), trata-se da adoção desse caráter de estudo, quando o tema escolhido foi pouco explorado ou torna-se difícil, inclusive, formular hipóteses mais precisas. Assim como, quanto ao seu fim, como define Vergara (2016), para pesquisas que buscam conhecer os motivos e as consequências de uma realidade, que acaba se tornando o objeto de estudo.

Inicialmente, foi feito todo o levantamento documental nas páginas de internet da UNIR, como PDI, Relatórios de Gestão, Editais de Processos Seletivo de Discentes, para se extrair o maior número de informações públicas possíveis, antes da formulação dos requerimentos de documentos e dados da IFES, para os setores específicos de acordo com a informação pretendida, com o propósito de uma análise posterior confiável (SÁ-SILVA, 2009).

Já com relação a sua natureza, segundo Minayo (2016), define-se como aplicada, pois visou encontrar soluções para o problema concreto apresentado, que no estudo define-se como a redução da concorrência para o processo seletivo de ingresso, para os cursos de nível superior no contexto da UNIR.

O período do estudo abarcou as informações de 2012 a 2021. Em 2012 tem início a

execução do Ato Decisório nº 160/2011⁹ do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) da UNIR. Por meio deste Ato, a instituição passou a adotar o ENEM como critério exclusivo para inscrição em processo seletivo de graduação. Neste período, é possível perceber a inconstância crescente de inscrições e concorrência para os cursos nos processos seletivos via notas do ENEM, conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Fluxo de inscrições do PSD-UNIR (2012 a 2021)

Processo Seletivo de Discentes - Ano	Inscrições	Quantidade de Vagas Ofertadas Anualmente
2012	18.972	2.439
2013	14.593	2.520
2014	17.477	2.380
2015	22.899	2.665
2016	17.795	2.665
2017	18.438	2.695
2018	14.679	2.665
2019	17.215	2.780
2020	17.273	2.655
2021	11.087	2.665

Fonte: Elaborada pelos autores. UNIR, 2024.

Vale ressaltar que a UNIR não se insere em outros sistemas de seleção, sejam do governo federal como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), ou outros programas internos próprios, como a exemplo o Programa de Avaliação Seriada (PAS), existente em outras experiências nas IFES. Por sua vez, a UNIR conta com uma Coordenadoria de Processo Seletivo de Discentes (CPSD) que define uma seleção própria.

Um aspecto que precipitou o processo seletivo da UNIR via ENEM são os custos do processo seletivo, dado que este é centralizado pelo Governo Federal¹⁰ e a Universidade durante muito tempo teve a cobrança do processo seletivo próprio embargada judicialmente¹¹. O ENEM, que é coordenado por meio do MEC e INEP, envolve custos diretamente para o governo federal brasileiro e chegaram de 266,3 milhões de reais no ano de 2012 até 482 milhões de reais como despesas previstas em 2021 (INEP, 2022). A utilização do ENEM faz com que a UNIR não tenha custos para realização de um processo seletivo próprio.

Os meios de divulgação do ENEM estão vinculados a capacidade do próprio governo

⁹ Disponível em: https://secons.unir.br/uploads/ato/2539_160_160_ato_consea_adexao_enem.pdf.

¹⁰ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado pela Portaria nº 438 do Ministério da Educação, de 28 de maio de 1998 (<http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/presente/enem/122>).

¹¹ Decisão prolatada nos autos da Ação Civil Pública 2000.41.002015-1/RO e Parecer de Força Executória consoante o Ofício 291/2011/AGU/PGF/PF/RO, que fundamentaram a Resolução 099/CONSAD, de 11 de agosto de 2011, que determinou a isenção da cobrança dos valores relativos à taxa de inscrição do vestibular (https://secons.unir.br/uploads/ato/2529_099_099_taxas_servicos_academicos_ad_referendum_revogada_resad_183.pdf)

federal arcar com as campanhas próprias de divulgação e orientação dos candidatos. Embora isto seja razoável, por ser gestão federal do acesso à educação pública em primeiro lugar, neste estudo defendemos que é necessário que a IFES se importe e tenha sua própria estratégia de divulgação de todas as fases necessárias à participação da população no certame anual, e esteja como demanda nas ações institucionais, portanto em seu orçamento para previsão dos custos dessas atividades. Nos apoiamos também em López (2012) quando destaca que a comunicação pública deve ser realizada de forma articulada e integrada, com esse meio de comunicação da internet que vem ganhando cada vez mais espaço na vida das pessoas.

É importante indicar o que Frey (2000), informa: além da mídia tradicional que está muito difundida e diversificada com a ampliação da internet e redes sociais, é preciso outras formas de divulgação e informação à população, para se buscar resolver este problema específico. Neste sentido, se faz necessário propor uma possível solução ou, no mínimo, apresentar aos atores políticos e que tem influência na administração, visando melhorar programas e se chegar à decisão mais apropriada para melhorias institucionais (FREY, 2000).

Assim, o estudo se propõe no que se busca para o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede (PROFIAP), que é, a partir da atividade laboral desenvolvida na sua instituição, o mestrando partindo de uma problemática, possa traçar objetivos para buscar a solução para uma determinada dificuldade ou deficiência que mereça estudo. Sempre com embasamento teórico, científico e metodológico para sua realização.

Por fim, o estudo culmina na elaboração de uma proposta à Administração e Conselhos Superiores da UNIR de uma minuta de Resolução que inclua parágrafo e anexo à Resolução nº 727/2024/CONSEA-UNIR¹², vigente na UNIR, que trata da Política de Ingresso nos Cursos de Graduação.

6.1 Análise Secundária de Informações

A partir disso, foi possível tratar da análise dos dados secundários solicitados às unidades institucionais, das informações sobre a utilização do orçamento proveniente da Matriz OCC para divulgação dos processos seletivos de discentes de graduação, questionários socioeconômicos e efetivação de matrícula, no contexto histórico do estudo. Como argumenta

¹² Institui-se a Política de Ingresso nos cursos de graduação, a Política de Ação Afirmativa e de Inclusão e diretrizes para o procedimento de Heteroidentificação, Validação e Verificação da Autodeclaração de Cor, de Identidade Étnica e Pertencimento na UNIR (https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI_1933859_Resolucao_727_344840507.pdf).

Duarte (2008), visando detalhar o objeto do estudo de maneira que tanto a compreensão, quanto os resultados encontrados, possam contribuir como solução para “combater a redução” da concorrência no processo seletivo e a efetivação de matrículas na UNIR. Com o propósito da ampliação desses fatores: concorrência e matrículas.

A pesquisa foi delineada, inicialmente, para analisar como parte dos recursos financeiros da instituição a partir da Matriz OCC, que são basicamente captados do governo federal – em virtude da efetivação de matrículas iniciais, permanência nos cursos de graduação no tempo médio previsto do curso, considerando o maior percentual possível de concluintes –, são previstos e utilizados nas ações de divulgação, com intuito do ingresso de novos alunos. Em que estas são condições necessárias do orçamento nas IFES, e vice-versa.

Para melhor detalhar a metodologia utilizada neste estudo, foram divididos por meio dos subcapítulos a seguir, sendo: os sujeitos da pesquisa, os dados e suas fontes, os instrumentos utilizados para coleta de dados e a análise e interpretação desses dados.

6.1.1 Os Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos abordados no presente estudo foram os setores internos da UNIR:

- Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), em conjunto com as suas subunidades da Diretoria de Planejamento e Informação (DPDI) e a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DIRCOF), para obtenção de dados relativos ao orçamento institucional utilizado pela CPSD e a Assessoria de Comunicação (ASCOM) para divulgação dos processos seletivos; E se é possível apontar licitações que utilizaram os recursos destinados para esse fim.
- ASCOM, referente às ações e resultados em dados quanto a divulgação das fases de seleção de discentes nos cursos de graduação;
- CPSD, dos dados dos questionários socioeconômicos aplicados a todos os candidatos, sem identificação dos mesmos, atendendo ao inciso V da Resolução CNS 510/2016 que dispensa a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.
- DIRCA, para obtenção de informações de novas matrículas pela aprovação nos processos seletivos anuais por meio do ENEM.

Por esses motivos, trata-se de pedidos de informações simples e diretas, com propósito claro como afirmam Lakatos e Marconi (2004), para melhor e mais rápido atendimento pelos setores solicitados. A partir disso, foi feita a análise dessas documentações e informações

contidas, que de acordo com Bardin (2015) estabelecendo três fases, sendo elas a pré-análise, a exploração do material e das informações obtidas e por último o tratamento dos resultados, por meio da interpretação.

6.1.2 Os Dados e Suas Fontes

O marco temporal que se estabeleceu por um ano antes da aprovação e implantação da Matriz OCC pelo governo federal (por meio do Ministério da Educação às IFES) até o ano de 2021.

Deste modo, os dados foram extraídos das informações prestadas pelos setores institucionais da UNIR, definidos no sujeito da pesquisa, a seguir relacionados e justificados:

I. Relatório do orçamento anual despendido para divulgação dos processos seletivos para discentes dos cursos de graduação da UNIR, referente especificamente aos anos do período de 2012 a 2021. Requerido à PROPLAN, por considerar as poucas informações contidas no Portal de Transparência da UNIR (www.transparencia.unir.br) que:

a) Foram apresentados nos Planos de Ação e Propostas Orçamentária, apenas nos anos de:

- 2014, de forma genérica para “Confecção de material de divulgação – folders, panfletos, cartazes e banners”, no valor de R\$ 4.050,00;
- 2015, de forma genérica de “Suprir a Pró-Reitoria de Graduação com material de consumo - Aquisição de materiais de consumo para a realização de concursos e de processo seletivo discente; para o acompanhamento, monitoramento, avaliação, supervisão e regulação dos cursos de graduação” no valor de R\$ 20.000,00;
- 2021, de forma mais definida de “Trabalhar, junto a ASCOM, em campanha de marketing para divulgação dos processos seletivos. Criar comissões de divulgação nos campi para divulgação por meio de panfletagem entre outras atividades, no valor de R\$ 40.000,00.

b) A execução orçamentária e financeira encontra-se disponível somente a partir do ano de 2020 e sem o detalhamento específico requerido.

c) Em consulta pública, ao portal de licitações institucional (<https://licitacoes.unir.br/homepage>), não foi possível localizar, no período do estudo, licitações que tiveram como objetivo específico a contratação de produtos ou serviços com propósito de divulgação do processo seletivo de discentes.

II. Mapa de ações e o alcance das divulgações – notícias, publicações em redes sociais,

materiais impressos, entre outros – dos processos seletivos para discentes dos cursos de graduação da UNIR, referente especificamente aos anos do período de 2012 a 2021. Requerido à ASCOM, por considerar que essas informações pudessem estar disponíveis em seus arquivos e que seriam fundamentais para a análise interpretativa, principalmente quando comparadas a outros fatores e indicadores de dados requeridos a outros setores institucionais.

III. Banco de dados, com quantitativos finais em cada pergunta e respostas, do questionário com perfil socioeconômico dos candidatos nos processos seletivos de todos os anos no período de 2012 a 2021, sem a identificação dos respondentes. Requerido à CPSD, porque o único processo seletivo que disponibilizou tais informações publicamente na página oficial por meio de relatório, com as respostas apresentadas em percentis, foi referente ao ingresso no ano de 2020. Conforme Quadro 5, a seguir, que relaciona as perguntas aplicadas (com exceção da nº 23 que não consta no relatório), já direcionando os dados das respostas que foram utilizadas para a análise descritiva, de acordo com o propósito do estudo.

Quadro 5 - Questionário Socioeconômico aplicado no Processo Seletivo da UNIR de 2020

1 - Informe o estado em que você reside	20 - Informe em que estado você concluiu o ensino médio no Brasil
2 - Se residente em Rondônia, informe em que município reside	21 - Informe em que turno você cursou o ensino médio
3 - Informe a faixa de idade	22 - Informe qual tipo de curso de ensino médio você concluiu
4 - Informe o estado civil no qual você se encontra no momento	24 - Informe se você já iniciou algum curso de nível superior
5 - Informe a etnia com a qual você se identifica	25 - Se sim, informe em qual instituição você o iniciou
6 - Informe o gênero com o qual você se identifica	26 - Informe o nível de instrução paterna
7 - Informe com qual perfil de trabalho que você investe mais tempo	27 - Informe o nível de instrução materna
8 - Se exerce trabalho remunerado, informe quantas horas, em média, você trabalha por dia	28 - Informe se você frequenta ou frequentou curso pré-vestibular, seja online ou presencial
9 - Contando com você, informe quantas pessoas vivem na mesma residência	29 - Informe qual o meio de informação você mais utiliza
10 - Informe sobre em que condições você mora	30 - Informe qual o meio de transporte você mais utiliza
11 - Informe qual a renda per capita, nos termos da lei, considerando todas as pessoas que vivem na mesma residência dividindo as despesas, incluindo você	31 - Informe com quais atividades culturais você investe mais tempo
12 - Informe quem é (são) o(s) principal(is) responsável(is) pelo sustento das pessoas que vivem nessa residência	32 - Informe se você utiliza computador
13 - Informe se você recebe algum tipo de benefício	33 - Informe se você tem acesso à internet
14 - Informe qual a principal ocupação do(s) principal(is) responsável(is) pelo sustento das pessoas que vivem nessa residência	34 - Com relação ao domínio de línguas estrangeiras, informe em que situação você se enquadra melhor
15 - Informe se possui deficiência comprovada por laudo médico ou parecer médico que caracterize condição de pessoa com deficiência (PcD), nos	35 - Informe qual a principal fonte pela qual você obteve informação sobre este processo seletivo

termos da lei	
16 - Informe em que estado o concluiu o ensino fundamental no brasil	36 - Informe qual o motivo principal que o levou a optar pela unir
17 - Informe em que tipo de estabelecimento você cursou o ensino fundamental	37 - Informe o que você espera especialmente de um curso de nível superior
18 - Informe em que turno você cursou o ensino fundamental	38 - Informe qual o motivo predominante na escolha da carreira na qual você está se inscrevendo
19 - Informe em que tipo de estabelecimento você cursou o ensino médio	

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no de PSD-UNIR de 2020 (Anexo H), 2024.

IV. Relatórios do quantitativo final de matrículas realizadas, por ano e por curso, no período de 2012 a 2021, dos candidatos que ingressaram por meio da inscrição/realização do ENEM.

6.1.3 Instrumentos e Coleta de Dados

O instrumento utilizado, apresentado nos Apêndices B, C, D, e E, foi remetido para os setores internos da UNIR em formato de requerimento dessas informações, devidamente justificado para fins do presente estudo, por se tratar de informações que poderiam ser fornecidas a qualquer cidadão, pela Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011). Porque não foi possível a sua extração detalhada nos portais institucional ou da transparência da instituição ou do governo federal, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018).

Por meio da obtenção das respostas (anonimizadas) do questionário socioeconômico, pôde-se observar outros fatores apontados como questionamento a se analisar, como o perfil dos candidatos a partir da política de cotas, os meios de informação que os candidatos utilizam e a forma como obtiveram informações sobre o PSD-UNIR, a partir do ano que essas perguntas foram inseridas.

6.1.4 Tabulação e Análise dos Dados

Foram solicitados os dados em planilhas do Excel e aqueles que assim não pudessem ser disponibilizados, foram tabulados por intermédio do aplicativo Excel - versão 2019. Os dados fornecidos pelas informações e/ou relatórios institucionais, referentes ao questionário socioeconômico (com respostas de questões fechadas, objetivas), foram, após tabulação, analisados para fins da análise descritiva. O software Jamovi, na versão 2.4.11.0, que é gratuito, foi utilizado para apresentação de dados e resultados, permitindo a construção de quadros, tabelas e gráficos, principalmente na análise dos dados referentes aos meios de informação que

os candidatos mais utilizam e como obtém informações sobre o PSD-UNIR. Em conjunto a isso, com a função Google Sheets e o aplicativo Canva Pro (versão paga), foram utilizados para elaboração de gráficos com objetivo de facilitar a compreensão e a interpretação dos resultados encontrados, especialmente para apresentação do perfil dos candidatos ao PSD-UNIR.

6.1.5 Análise Descritiva

A pesquisa qualitativa possibilita compreender um fenômeno e todas as suas complexidades, esse é um dos aspectos da análise descritivas segundo Godoy (1995). Que quando analisada sob o ponto de vista defendido por Fleury e Fischer (1996), sob o aspecto da Teoria Institucional, a abordagem qualitativa visa uma compreensão mais profunda da realidade, que pode influenciar na cultura das organizações públicas.

A partir dos dados coletados, para que se pudesse organizar e classificar as informações de interesse do presente estudo, por meio de softwares que levaram a construção de tabelas, quadros e gráficos (figuras) que apresentam valores absolutos e relativos, assim como frequências obtidas em testes estatísticos.

Na primeira parte da análise dos resultados, os dados e informações foram tabuladas e exploradas funções em planilha *Excel*, analisando as inscrições nos PSD's-UNIR, no ENEM a nível estadual com relação ao nacional, a concorrência sob diferentes aspectos, a taxa de sucesso e a efetivação das matrículas, indicando o preenchimento das vagas disponibilizadas anualmente.

Já na segunda parte dessa análise, focada para os dados obtidos no questionário socioeconômico preenchido pelos candidatos e por ano de seleção, são abordadas informações sobre fatores que influenciam no preenchimento das vagas, especialmente sobre o aspecto de cotas, os meios de comunicação que mais utilizam e como tomam ciência dos PSD's-UNIR. De forma que, esses resultados possam apontar embasamento para futuras pesquisas, mais atualizadas, e com isso subsidiar ações para estratégias de divulgação institucional dos PSD's.

Para se analisar a confiabilidade de uma pesquisa, é preciso verificar a dependência, avaliando o grau de associação ou correlação, entre duas ou mais variáveis (NETTO, 2019). Assim, como aponta Levin *et al.* (2012), é preciso se considerar, que a significância estatística é medida pelo valor p , que deve ser menor que o nível de significância – representado pela letra grega alfa (α). Que é defendida pela literatura como 0,05, para análise da frequência de dados de variáveis qualitativas.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta inicial do estudo foi fazer uma análise das ações de divulgação sob o aspecto da MATRIZ OCC, e como a UNIR utiliza parte de seu orçamento para essas ações. Visando conhecer a forma que a UNIR adota para o ingresso nos cursos de graduação e analisando as ações, os investimentos previstos no orçamento institucional para a divulgação dos processos seletivos e “se e como” essa divulgação têm alcançado a sociedade. Para que, a partir dos resultados obtidos, fosse possível apontar mecanismos que desenvolvem a propagação das ações de divulgação, visando a efetivação do máximo de matrículas de ingressantes.

Porém, a partir do requerimento encaminhado à PROPLAN, com respostas obtidas pela DPDI (Anexo A), da DAPA/PROGRAD que não fomos atendidos com relação a informação (Anexo B), da PROPLAN que não dispunham das informações (Anexo C), da CPSD que não fomos atendidos por falta de informações do setor de anos anteriores à 2020 e, após esse ano, foi informado que são usadas somente mídias gratuitas (Anexo D). Com isso foi confirmado que nos Planos Anuais de Ação da UNIR, não há planejamento de reserva para fins desse tipo de despesa, no período pesquisado, com exceção dos anos de 2014 e 2016;

Os únicos anos em que houve planejamento e/ou execução de orçamento, destinado para divulgação dos processos seletivos, foram em 2014 (R\$ 50.000,00 – Anexo A) e 2016 (R\$ 55.000,00 – Anexo A). Diante dessas evidências, não é possível afirmar se e como a UNIR tem destinado, investido e executado recursos orçamentários para promover a divulgação e auxiliar no desenvolvimento, para a política de ingresso de novos acadêmicos, devido às informações (ou falta delas) apresentadas neste estudo.

Em relação a divulgação, a principal evidência que destacamos vem da ASCOM-UNIR que informou que “não há registros junto à Assessoria de Comunicação de ações de divulgação de Processos Seletivos que tenham sido objetivo de investimentos de recursos financeiros por parte da Universidade Federal de Rondônia no período referido – 2012 a 2021” (Anexo E).

Apesar da obtenção da informação do meio de divulgação de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da UNIR, não foi suficiente para indicar dados eficientes às memórias institucionais e/ou mapa de alcance das divulgações, sejam elas canais em sites de domínio institucional ou nas redes sociais da UNIR.

Consequências e vinculação com o resultado: Isto fez com que fosse realizado um ajuste no estudo e, diante do suporte da Teoria Institucional, apresentar uma análise indicativa das ações de divulgação, diante dos objetivos institucionais (se alinhado com a Missão da UNIR) e

dos conteúdos divulgados. Neste último aspecto, informar se há evidências quanto a pertinência e clareza dos conteúdos e quanto ao uso dos canais de comunicação. O primeiro aspecto (pertinência e clareza) referem-se a que os conteúdos devem ser claros e acessíveis, destacando os diferenciais da UNIR, como cursos únicos, infraestrutura e oportunidades de pesquisa; e o segundo aspecto (canais de comunicação), se há utilização eficaz de canais digitais e tradicionais para alcançar um público amplo, incluindo redes sociais, websites, e parcerias com escolas de ensino médio.

A seguir então, apresentamos os principais achados, com devido ajuste de percurso mencionado, a partir dos objetivos do estudo:

7.1 Sobre a Divulgação dos Processos Seletivos

A divulgação dos processos seletivos de novos discentes é realizada das mais variadas formas possíveis, pelos meios de comunicação disponíveis. Que, pelo apontado pela administração da UNIR, busca fazer essa divulgação por canais gratuitos, que visam apenas dar publicidade da informação no que se refere aos editais anuais de seleção. Como aponta Pinho (2004), dessa forma não é voltada para a persuasão da população, em especial rondoniense, a participar do formato de vestibular que adota as notas do ENEM. Está voltada a tornar público.

Mas é preciso ampliar essa comunicação, mediante divulgação mais efetiva e de forma que possa alcançar o maior número de pessoas possível. E, nessa parte do estudo, apontamos a forma como essa divulgação chega àqueles que fazem a inscrição e o alcance que é possível estimar por duas redes sociais.

7.1.1 Meios de Informação que os candidatos mais utilizam e como obtém informações sobre o PSD-UNIR

Como resultado de um dos objetivos deste estudo, vislumbramos neste resultado os meios de informação que os candidatos mais utilizam e como estes obtém informações sobre o PSD-UNIR. As tabelas apresentadas a seguir, referem-se aos anos de 2020 a 2022, com dados obtidos a partir do questionário socioeconômico do PSD-UNIR, com dados quantitativos sobre o meio de informação mais utilizados pelos candidatos em comparação ao meio que este obteve informação sobre o processo seletivo.

Dados esses, que são somente com relação a esses três anos, porque apesar dos dados

fornecidos pela instituição serem de 2015 a 2022, as perguntas analisadas só foram inseridas no questionário a partir do ano de 2020. Assim, demonstram a concentração nos principais meios de comunicação:

Tabela 3 – Frequência Absoluta e Relativa: Meio de Informação que Mais Utiliza x Meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR – 2020

Meio de Informação que Mais Utiliza	Meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR									Total
	Internet	Durante conversas com outras pessoas	Televisão	Cartaz, folder ou pôster	Escola	Curso pré-vestibular	Outros	Rádio	Jornal impresso	
Internet	9451	3524	264	116	901	458	635	24	11	15384
	61,4 %	22,9 %	1,7 %	0,8 %	5,9 %	3 %	4,1 %	0,2 %	0,1 %	100 %
Televisão	335	253	148	11	54	9	58	0	0	868
	38,6 %	29,1 %	17,1 %	1,3 %	6,2 %	1 %	6,7 %	0 %	0 %	100 %
Conversas com outras pessoas	143	271	6	10	33	4	24	2	0	493
	29 %	55 %	1,2 %	2 %	6,7 %	0,8 %	4,9 %	0,4 %	0 %	100 %
Outros	56	37	2	3	6	3	269	3	0	379
	14,8 %	9,8 %	0,5 %	0,8 %	1,6 %	0,8 %	71 %	0,8 %	0 %	100 %
Rádio	24	26	7	1	6	1	3	13	0	81
	29,6 %	32,1 %	8,6 %	1,2 %	7,4 %	1,2 %	3,7 %	16 %	0 %	100 %
Jornal impresso	14	13	0	5	3	3	0	1	4	43
	32,6 %	30,2 %	0 %	11,6 %	7 %	7 %	0 %	2,3 %	9,3 %	100 %
Revista	11	7	0	1	1	2	2	1	0	25
	44 %	28 %	0 %	4 %	4 %	8 %	8 %	4 %	0 %	100 %
Total	10034	4131	427	147	1004	480	991	44	15	17273

Testes χ^2

	Valor	gl	p
χ^2	5605	48	<,001
N	17273		

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir do software Jamovi (2024).

Com um banco de dados robusto, de 17.273 candidatos nesse primeiro ano analisado, é clara a diferença entre os meios de informação mais utilizados em que se destaca a internet, com total de 15.384 pessoas do universo de candidatos nesse ano. Tal como, independente do meio de informação que mais utiliza, o meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR no 2020 para 10.034 candidatos, foi pela internet.

Dessa forma, confirma o que aponta López (2012), a internet vem ganhando cada vez mais espaço, principalmente para a comunicação pública. Cada vez mais, as redes sociais têm sido uma forma de desenvolver o princípio da transparência na administração pública (BORBA, 2019). Além disso, é possível observar, em termos percentuais, como isso ocorreu com os candidatos dos anos de 2021, a seguir.

Tabela 4 - Frequência Absoluta e Relativa: Meio de Informação que Mais Utiliza x Meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR – 2021

Meio de Informação que Mais Utiliza	Meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR									Total
	Internet	Durante conversas com outras pessoas	Televisão	Cartaz, folder ou pôster	Escola	Curso pré-vestibular	Outros	Rádio	Jornal impresso	
Internet	7095	1801	195	86	259	216	350	42	6	10050
	70,6 %	17,9 %	1,9 %	0,9 %	2,6 %	2,1 %	3,5 %	0,4 %	0,1 %	100 %
Televisão	268	117	62	6	23	2	16	2	2	498
	53,8 %	23,5 %	12,4 %	1,2 %	4,6 %	0,4 %	3,2 %	0,4 %	0,4 %	100 %
Conversas com outras pessoas	108	89	10	6	6	2	61	4	0	286
	37,8 %	31,1 %	3,5 %	2,1 %	2,1 %	0,7 %	21,3 %	1,4 %	0 %	100 %
Outros	52	30	0	0	0	4	116	0	0	202
	25,7 %	14,9 %	0 %	0 %	0 %	2 %	57,4 %	0 %	0 %	100 %
Rádio	16	12	0	2	0	4	2	5	0	41
	39,0 %	29,3 %	0 %	4,9 %	0 %	9,8 %	4,9 %	12,2 %	0 %	100 %
Jornal impresso	2	6	0	0	0	0	0	0	0	8
	25,0 %	75,0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	100 %
Revista	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	100 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	100 %
Total	7543	2055	267	100	288	228	545	53	8	11087

Testes χ^2

	Valor	G1	p
χ^2	1919	48	<,001
N	11087		

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir do software Jamovi (2024).

No público de concorrentes ao PSD-UNIR em 2021, 70,6% dos candidatos que mais utilizam a internet como meio de informação souberam do PSD-UNIR pela própria internet. Assim, a informação deve estar acessível à população, influenciando e incentivando o ingresso à educação superior pública (SERRES, 2013).

E os dados demonstram que, para se chegar a essa condição, a transparência ativa alcança a internet. A resposta do questionário não informa por qual meio é obtida a informação na internet, mas, de acordo com Michener, Contreras e Niskier (2018) devem estar disponíveis de maneira proativa, por meio dos sites e redes sociais da IFES.

Por último, apesar do número reduzido de inscrições para o PSD principal da UNIR em 2022, no total de 4.761 candidatos, demonstra que os resultados seguem uma mesma tendência:

Tabela 5 - Frequência Absoluta e Relativa: Meio de Informação que Mais Utiliza x Meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR – 2022

Meio de Informação que Mais Utiliza	Meio que obteve informação sobre o PSD-UNIR									Total
	Internet	Durante conversas com outras pessoas	Televisão	Cartaz, folder ou pôster	Escola	Curso pré-vestibular	Outros	Rádio	Jornal impresso	
Internet	3248	717	25	67	61	123	130	6	2	4379
	74,2 %	16,4 %	0,6 %	1,5 %	1,4 %	2,8 %	3 %	0,1 %	0 %	100 %
Televisão	85	46	29	4	0	4	14	0	0	182
	46,7 %	25,3 %	15,9 %	2,2 %	0 %	2,2 %	7,7 %	0 %	0 %	100 %
Conversas com outras pessoas	48	64	1	8	6	8	10	0	0	145
	33,1 %	44,1 %	0,7 %	5,5 %	4,1 %	5,5 %	6,9 %	0 %	0 %	100 %
Outros	6	2	1	0	1	0	2	6	0	18
	33,3 %	11,1 %	5,6 %	0 %	5,6 %	0 %	11,1 %	33,3 %	0 %	100 %
Rádio	12	6	2	0	0	1	7	1	0	29
	41,4 %	20,7 %	6,9 %	0 %	0 %	3,4 %	24,1 %	3,4 %	0 %	100 %
Jornal impresso	1	1	0	0	0	2	0	1	0	5
	20 %	20 %	0 %	0 %	0 %	40 %	0 %	20 %	0 %	100 %
Revista	0	0	0	0	0	0	2	0	1	3
	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	66,7 %	0 %	33,3 %	100 %
Total	3400	836	58	79	68	138	165	14	3	4761

Testes χ^2

	Valor	Gl	p
χ^2	1903	48	<,001
N	4761		

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir do software Jamovi (2024).

No ano de 2022, o percentual de candidatos que tomaram conhecimento do edital de processo seletivo da UNIR por meio da internet foi de 71,4%. Ou seja, essa é, no universo dos candidatos, a forma buscada e filtrada pelo público que é objeto da divulgação institucional (WOLTON, 2010), esta que pode e deve se tornar cada vez mais eficiente.

Em todos esses anos analisados, o segundo meio de comunicação que as pessoas mais utilizam é a televisão. Porém, para obtenção de informação sobre o PSD-UNIR o meio de informação foi *durante conversas com outras pessoas*, que é outro ponto que deve ser trabalhado no aspecto da divulgação, uma vez que representou 18,53% em 2020, 23,91% em 2021 e 17,60% em 2022. Por meio dos valores absolutos e frequência relativa, apresentados e confirmados pela associação significativa ($p < 0,01$), dos dados independentes.

Portanto, a instituição, com dados como este pode desenvolver formas de como chegar ao seu público-alvo. E quando se trata dos processos seletivos, é necessário disseminar a informação por meio da divulgação. Confirmando o que apontou Santos (2013) que a comunicação pode ser mais bem trabalhada e orientada, acompanhando a evolução dos meios

de comunicação, com o objetivo de alcançar os mais diversos perfis ou aqueles que são de interesse da organização. E, ainda, de acordo com Faria (2015), constata-se, neste estudo, que a comunicação também sofre alterações, sendo um dos principais fatores o meio em que está inserida. Além disso, deve-se ter como objetivo ser o mais completo possível para não se ter a possibilidade de não atingir o objetivo desejado.

7.1.2 Memória de Divulgação dos Processos Seletivos

Como memória de divulgação dos Processos Seletivos de Discentes da UNIR, este estudo fez um recorte dos anos de 2021, 2022, 2023, até mês de junho de 2024, conforme Quadros 6 e 7 a seguir. Considerando que entre as dificuldades encontradas no estudo, não foi possível se obter informações institucionais sobre o alcance das publicações na internet e redes sociais. Mas foi possível fazer o levantamento dessas informações em consulta às redes sociais.

De acordo com Kunsch (2016), diante da tendência de divulgação por meio das redes sociais, é necessário utilizar novas ferramentas para atingir o público-alvo, seja em termos regionais, nacionais ou globais. Dessa forma, esta pesquisa se concentra nas memórias de divulgações, por meio de duas redes sociais - o Instagram e o *Facebook*. No quadro seguinte, são apresentados os Processos Seletivos que se referem às publicações, a data de publicação, se é uma imagem ou vídeo, o número de comentários, compartilhamentos e visualizações (se vídeo), na data da pesquisa.

Quadro 6 – Memória de divulgação dos PSD's de graduação da UNIR no *Instagram*

INSTAGRAM						
Processo Seletivo	Data de Publicação	Imagem ou Vídeo	Quantidade de likes	Quantidade de comentários	Quantidade de Compartilhamentos	Quantidade de visualizações (se vídeo)
ENEM	11/06/2024	Imagem	223	01	-----	-----
2024/1	26/02/2024	Imagem	1035	63	-----	-----
2024/1	23/01/2024	Vídeo	239	11	47	21.100
2024/1	22/01/2024	Vídeo	234	02	21	18.700
2024/1	22/01/2024	Imagem	1261	18	-----	-----
2024/1	19/01/2024	Vídeo	204	05	20	19.200
2024/1	18/01/2024	Vídeo	416	03	92	23.300
2024/1	17/01/2024	Vídeo	747	21	225	36.500
2024/1	15/01/2024	Imagem	1298	60	-----	-----
2024/1	05/01/2024	Imagem	1521	41	-----	-----
ENEM	25/10/2023	Imagem	545	14	-----	-----
2023/2	25/08/2023	Imagem	874	59	-----	-----
2023/1	26/05/2023	Vídeo	137	---	16	5903
2023/1	16/05/2023	Imagem	697	54	-----	-----
2023/1	13/05/2023	Imagem	1073	52	-----	-----
2023/1	05/05/2023	Vídeo	1286	37	612	32.500

INSTAGRAM						
2023/1	24/04/2023	Vídeo	184	03	16	5752
2023/1	06/04/2023	Imagem	396	03	-----	-----
2023/1	04/04/2023	Imagem	648	09	-----	-----
2023/1	24/03/2023	Vídeo	1321	16	339	1.700
2023/1	20/03/2023	Imagem	1856	56	-----	-----
2023/1	15/03/2023	Vídeo	791	19	360	20.500
2023/1	14/03/2023	Imagem	2066	67	-----	-----
2023/1	07/03/2023	Vídeo	1262	49	461	25.400
2023/1	23/02/2023	Vídeo	1262	73	587	32.000
ENEM	09/02/2023	Imagem	1008	36	-----	-----
2023/1	03/02/2023	Imagem	482	9	-----	-----
2022/2	07/12/2022	Imagem	1269	95	-----	-----
2022/1	12/09/2022	Imagem	455	12	-----	-----
2022/1	19/08/2022	Imagem	696	48	-----	-----
2022/1	17/08/2022	Vídeo	432	8	240	29.000
2022/1	16/08/2022	Imagem	1531	51	-----	-----
2022/1	29/07/2022	Vídeo	870	26	580	29.100
2022/1	27/07/2022	Imagem	1242	70	-----	-----
2022/1	16/07/2022	Vídeo	133	01	43	9154
2022/1	14/07/2022	Vídeo	674	15	289	17.900
2022/1	13/07/2022	Imagem	594	06	-----	-----
2022/1	12/07/2022	Imagem	1371	53	-----	-----
2022/1	05/07/2022	Imagem	1215	51	-----	-----
ENEM	07/05/2022	Imagem	299	11	-----	-----
2021/2	02/05/2022	Imagem	364	36	-----	-----
2021/2	21/02/2022	Imagem	520	68	-----	-----
2021/1	27/10/2021	Imagem	245	03	-----	-----
2021/1	22/10/2021	Vídeo	145	08	-----	2.342
2021/1	21/10/2021	Imagem	861	53	-----	-----
2021/1	14/10/2021	Imagem	835	53	-----	-----
2021/1	01/10/2021	Vídeo	340	58	-----	3.476
2021/1	08/09/2021	Vídeo	278	26	-----	2.922
2021/1	06/09/2021	Imagem	378	18	-----	-----
2021/1	04/09/2021	Vídeo	105	14	-----	1.680
2021/1	03/09/2021	Imagem	284	02	-----	-----
2021/1	31/08/2021	Imagem	539	28	-----	-----
2021/1	30/08/2021	Imagem	558	32	-----	-----
2021/1	28/08/2021	Imagem	428	25	-----	-----
2021/1	27/08/2021	Vídeo	181	00	-----	1.890
2021/1	26/08/2021	Imagem	707	16	-----	-----
2021/1	23/08/2021	Vídeo	501	38	-----	5.020
2021/1	21/08/2021	Vídeo	364	23	-----	3.271
2021/1	11/08/2021	Vídeo	419	13	-----	3.827
2021/1	05/08/2021	Imagem	1198	102	-----	-----
2021/1	29/07/2021	Vídeo	519	32	-----	4.359
2021/1	01/06/2021	Imagem	1138	89	-----	-----
2021/1	06/04/2021	Imagem	1011	338	-----	-----

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na rede social oficial do *Instagram* da UNIR, 2024.

Nota: Consulta realizada em 01/07/2024.

O que cabe destacar neste Quadro 6, que trata das publicações no Instagram, é a quantidade de visualizações quando são publicados vídeos, em que o menor número é de 1.680 (setembro/2021), chegando a mais de 36.500 visualizações (janeiro/2024).

A Teoria da Comunicação, em conjunto com a Teoria Institucional, fundamenta e interage com os dados obtidos, uma vez que as redes sociais, apesar de serem um meio de comunicação institucional atual, estão em constante evolução em termos de acessos, curtidas e visualizações (de vídeos), por exemplo. Essa alteração, salientada por Wolf (1985), na forma de comunicar e divulgar, deve ser acompanhada de perto para que a população, sobretudo interessada, receba de forma mais eficiente o que se pretende informar.

Um resultado importante desse levantamento, que é extremamente relevante para esse estudo, é observar a quantidade de publicações com relação aos processos seletivos em comparação à divulgação de informações quanto ao ENEM. Que, para este último, somam apenas 4 (quatro) publicações no decorrer de três anos e meio.

Nas publicações do Instagram é possível observar a quantidade de visualizações para vídeos e nas postagens mais recentes, também, a quantidade de compartilhamentos. Que fortalece os dados apresentados no subcapítulo anterior, com relação ao meio que os candidatos obtiveram informações sobre o PSD-UNIR.

A seguir, são apresentados os dados constatados em consulta ao *Facebook* institucional da UNIR:

Quadro 7 – Memória de divulgação dos PSD's de graduação da UNIR no *Facebook*

FACEBOOK					
Processo Seletivo	Data de Publicação	Imagem ou Vídeo	Quantidade de <i>likes</i>	Quantidade de comentários	Quantidade de Compartilhamentos
ENEM	11/06/2024	Imagem	08	00	05
2024/1	01/03/2024	Imagem	51	16	28
2024/1	25/01/2024	Imagem	13	01	05
2024/1	10/01/2024	Imagem	15	06	08
2024/1	10/01/2024	Imagem	47	04	20
ENEM	25/10/2023	Imagem	09	01	05
2023/2	25/08/2023	Imagem	77	23	49
2023/2	24/05/2023	Imagem	26	00	12
2023/2	23/05/2023	Vídeo	171	26	52
2023/1	16/05/2023	Imagem	276	55	112
2023/1	13/05/2023	Imagem	79	19	72
2023/1	05/05/2023	Vídeo	49	14	28
2023/1	06/04/2023	Imagem	18	03	13
2023/1	05/04/2023	Imagem	07	00	02
2023/1	24/03/2023	Vídeo	407	09	27
2023/1	20/03/2023	Imagem	322	37	93
2023/1	15/03/2023	Vídeo	43	05	27
2023/1	15/03/2023	Imagem	156	28	109
2023/1	07/03/2023	Vídeo	63	09	13
2023/1	28/02/2023	Vídeo	43	06	11
ENEM	09/02/2023	Imagem	67	07	08
2022/1	12/09/2022	Imagem	455	12	-----
2022/1	19/08/2022	Imagem	80	14	59

FACEBOOK					
2022/1	17/08/2022	Video	46	02	30
2022/1	16/08/2022	Imagem	239	99	351
2022/1	29/07/2022	Video	64	12	39
2022/1	27/07/2022	Imagem	173	18	117
2022/1	18/07/2022	Video	67	12	30
2022/1	14/07/2022	Video	45	03	20
2022/1	13/07/2022	Imagem	78	13	59
2022/1	12/07/2022	Imagem	151	36	122
2022/1	05/07/2022	Imagem	123	16	39
2021/2	16/05/2022	Imagem	51	03	29
ENEM	07/05/2022	Imagem	67	09	33
2021/2	02/03/2022	Imagem	59	13	40
2021/2	21/02/2022	Imagem	137	77	122
2021/1	27/10/2021	Imagem	45	05	32
2021/1	22/10/2021	Video	22	01	11
2021/1	21/10/2021	Imagem	60	28	59
2021/1	14/10/2021	Imagem	120	52	167
2021/1	01/10/2021	Video	54	24	18
2021/1	08/09/2021	Video	41	09	16
2021/1	06/09/2021	Imagem	41	05	31
2021/1	04/09/2021	Video	23	02	08
2021/1	03/09/2021	Imagem	38	02	110
2021/1	31/08/2021	Imagem	33	05	17
2021/1	30/08/2021	Imagem	61	20	59
2021/1	28/08/2021	Imagem	27	00	15
2021/1	27/08/2021	Video	30	01	25
2021/1	26/08/2021	Imagem	89	13	67
2021/1	23/08/2021	Video	69	26	46
2021/1	21/08/2021	Video	69	10	23
2021/1	11/08/2021	Video	60	09	29
2021/1	05/08/2021	Imagem	206	00	206
2021/1	29/07/2021	Video	54	12	29
2021/1	26/07/2021	Video	109	24	53
ENEM	14/07/2021	Imagem	28	01	13
ENEM	09/07/2021	Video	29	01	18
2021/1	01/06/2021	Imagem	412	229	00
2021/1	06/04/2021	Imagem	254	120	00

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na rede social oficial do *Facebook* da UNIR, 2024.

Nota: Consulta realizada em 05/07/2024.

As publicações no *Facebook* se assemelham na maioria das datas de publicações, onde foi possível apontar somente a quantidade de *likes* (curtidas), comentários e compartilhamentos. Com valores bem menores, quando comparados ao alcance do *Instagram*, mas seguindo a tendência – proporcional – das mesmas publicações. Reforçando, que apenas 10% das publicações envolvendo o período levantado de três anos e meio, com três processos seletivos principais, fazem menção à divulgação e importância do ENEM.

Segundo Kunsch (2007, 2016) e Faria (2015), a divulgação na UNIR tem se mantido atualizada, mas é necessário, cada vez mais, aprimorar a comunicação completa. A seleção de estudantes na UNIR começa antes do edital, com a publicação do edital anual do ENEM. Por

sua vez, a comunicação em rede, além de já ser considerada uma inovação ao longo dos anos a ser explorada, deve se aprimorar, acompanhar a evolução tecnológica e de acesso mais abrangente possível à população, consoante a Teoria da Comunicação (WOLF, 1985).

7.2 Sobre os Dados de Concorrência dos Cursos

O número de concluintes na UNIR, como um dos fatores para o indicador de aluno equivalente, só superou a quantidade de mil alunos (que será demonstrado neste subcapítulo) nos anos de 2015 e 2020, diante do período analisado neste estudo (2012-2021). Anos esses, como maior número de formados, que o orçamento definido para a UNIR (com base na Matriz OCC) superou 47 milhões de reais e 57 milhões de reais, respectivamente (Tabela 1).

Assim, apresentamos neste tópico como o número de concluintes é um fator preponderante para definição da taxa de sucesso e, consequentemente, de aluno equivalente, que impacta no orçamento da IFES. Mas que, principalmente, é um dos efeitos da evolução a partir da efetivação de matrículas, como resultado do número de candidatos do processo seletivo de discentes e a concorrência em cada curso. Que serão a seguir apresentados pela evolução a procura por vagas na UNIR e alguns reflexos da concorrência e do ingresso de discentes sobre a Matriz OCC.

7.2.1 Evolução da Procura por Vagas na UNIR

Sob a ótica de análise desses dados, é possível se questionar a partir do contexto histórico de 2012 a 2021: como tem sido a evolução (positiva ou negativa) da busca de candidatos para ingresso nos cursos de graduação superior da UNIR, tanto pela concorrência nos processos seletivos, quanto pela efetivação de matrícula? Quais os meios de comunicação que a UNIR adota para se comunicar com a população, principalmente em nível de estado, para divulgação desta política de ingresso e como essa informação tem chegado às pessoas para tomar conhecimento sobre os processos seletivos da UNIR? E se há destinação de orçamento específico com o propósito de desenvolver a divulgação dos processos seletivos à comunidade?

A partir desses questionamentos complementares apresentados e diante dos dados pesquisados apresentados na Tabela 6, a seguir, pela quantidade de inscritos anualmente e da concorrência geral de ingresso nos cursos da UNIR, considerando o número total de inscritos e a quantidade de vagas disponíveis.

Destacando a concorrência dos demais cursos em todos os campi, - excluindo o Curso de Medicina que em todos os anos apresenta um nível de concorrência muito distante dos demais cursos da UNIR, ainda que daqueles mais concorridos como os de Direito e Administração -, constata-se a redução relativamente grande.

Tabela 6 - Número de inscrições anuais e concorrência geral do PSD-UNIR (2012 a 2021)

Ano	Quantidade de Vagas	Inscrições	Concorrência Geral	Inscritos Curso de Medicina	Inscritos Excluindo o Curso de Medicina	Concorrência Geral Excluindo Medicina*
2012	2.439	18.972	7,77	2.585	16.387	6,83
2013	2.520	14.593	5,79	2.415	12.178	4,91
2014	2.380	17.477	7,34	3.582	13.895	5,93
2015	2.665	22.899	8,59	3.426	19.473	7,41
2016	2.665	17.795	6,67	3.437	14.358	5,45
2017	2.695	18.438	6,84	2.818	15.620	5,88
2018	2.665	14.679	5,50	3.328	11.351	4,32
2019	2.780	17.215	6,19	4.838	12.377	4,51
2020	2.655	17.273	6,48	5.871	11.402	4,36
2021	2.665	11.087	4,16	4.516	6.571	2,50

Fonte: Elaborada pelos autores. UNIR, 2023.

*Nota: O cálculo é feito diminuindo 40 vagas do Curso de Medicina da quantidade total de vagas da UNIR.

Durante o período 2012-2021, de modo preliminar disponível na Tabela 6 é possível perceber a redução de inscrições no processo seletivo dos cursos de graduação da UNIR, nos 7 campi e o campus da capital, via notas do ENEM, com redução abrupta no ano de 2021. Com destaque somente para o ano de 2015, quando o número de vagas na UNIR também aumentou.

Tabela 7 – Quantidade de Inscritos por Processo Seletivo Anual por meio do ENEM

Campi	Ariquemes	Ji-Paraná	Presidente Médici	Cacoal	Rolim de Moura	Vilhena	Guajará-Mirim	Porto Velho
Ano								
2012	353	1.489	-----	3.642	1.316	905	741	10879
2013	126	1.203	152	2.432	1.325	549	1.055	7584
2014	299	1.296	85	2.238	1.596	904	1.183	9876
2015	396	1.394	225	3.195	1.679	1.146	1.071	13792
2016	213	960	122	2.223	1.083	906	921	11367
2017	235	934	54	2.597	1.207	840	765	11806
2018	141	603	92	1.896	751	430	623	10144
2019	197	591	109	1.789	886	422	668	12529
2020	132	439	90	1.645	808	358	559	13228
2021	83	146	49	907	383	186	288	9045

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos editais anuais de processos seletivos da UNIR, 2024.

É possível demonstrar essa redução de inscritos, quando distribuímos o número de inscrições por campi, conforme demonstrado na Tabela 7, com destaque para a observação que não há uma tendência com relação ao aumento ou redução da concorrência todos os anos. Pois, somente do ano 2015 para 2016 e de 2020 para 2021, o número de inscritos diminuiu em todos

os campi.

Por conseguinte, e para melhor compreender a vinculação das inscrições do ENEM e a seleção de discentes da UNIR, a Tabela 8 vem apresentar o número de inscrições do ENEM à nível nacional e no Estado de Rondônia, por ano, e quanto é a representação percentual deste último em relação ao primeiro. Em que, o percentual a partir de 2011 – ano de realização do ENEM utilizado para participação no processo seletivo para ingresso na UNIR de 2012 –, comparativo entre Estado e o Nacional, se manteve estável, o que demonstra o reflexo de que quando as inscrições para o ENEM no Brasil aumentam ou diminuem, no Estado de Rondônia segue o mesmo padrão.

Tabela 8 - Inscrições anuais para o ENEM no Brasil e no Estado de Rondônia

Edição	Inscritos em Nível Nacional	Número de Inscrições em Rondônia	Percentual de Inscrições do Estado de Rondônia comparado ao quantitativo Nacional
2011	5.380.857	60.692	1,13 %
2012	5.814.644	69.741	1,20 %
2013	7.153.577	83.101	1,16 %
2014	8.722.283	105.295	1,21 %
2015	7.792.024	91.044	1,17 %
2016	8.681.686	100.101	1,15 %
2017	6.763.122	80.433	1,19 %
2018	5.554.790	62.266	1,12 %
2019	5.095.338	58.885	1,16 %
2020	5.616.115	69.796	1,24 %
2021	3.109.800	33.016	1,06 %

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nas informações do INEP, 2023.

A análise comparativa entre as inscrições em nível nacional e no estado de Rondônia, nota-se que a razão estadual acompanha o número de inscritos no Brasil em todos os anos. Em linhas gerais, houve um crescimento no período de 2014 a 2016, decaindo a partir desse último ano com uma leve alta em 2020.

Aconteceu uma forte diminuição de inscritos para o ENEM no ano de 2021, possivelmente justificada em razão do auge da Pandemia da COVID-19¹³, no período do primeiro momento das inscrições e, ainda, as incertezas das datas e da própria realização do exame. A Tabela 9 informa o número de inscritos para o processo seletivo da UNIR com relação aos inscritos no ENEM no Estado de Rondônia no ano imediatamente anterior, por considerar que as notas do ENEM de um ano anterior eram utilizadas para inscrição no PSD-UNIR.

¹³ Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do estado de calamidade pública no Brasil. Após o anúncio da Organização Mundial de Saúde, de 11 de março de 2020, que a COVID-19 estava caracterizada como uma pandemia.

Tabela 9 - Inscrições para UNIR e a relação do percentual para o ENEM em Rondônia

ENEM		Processo seletivo UNIR		% de Inscrições da UNIR em relação ao ENEM em Rondônia
Ano de Edição/Realização	Número de Inscrições em Rondônia	Ano de Ingresso	Número de Inscrições	
2011	60.692	2012	18.972	31,26
2012	69.741	2013	14.593	20,92
2013	83.101	2014	17.477	21,03
2014	105.295	2015	22.899	21,75
2015	91.044	2016	17.795	19,55
2016	100.101	2017	18.438	18,42
2017	80.433	2018	14.679	18,25
2018	62.266	2019	17.215	27,65
2019	58.885	2020	17.273	29,33
2020	69.796	2021	11.087	15,88

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nas informações do INEP e processos seletivos da UNIR, 2023.

Deste modo, é possível perceber nos anos de 2015 a 2017 – que foram utilizadas as notas do ENEM de 2014 a 2016, respectivamente – tiveram os menores percentuais de inscrições para o Processo Seletivo da UNIR em relação a realização de inscrições para o ENEM.

Isso denota a importância desse espaço temporal, por relacionar períodos em que houve mudanças na forma de ingresso e que estão vigentes até a data dessa pesquisa. Considerando a necessidade inicial de realização do ENEM para ingresso na UNIR, é importante ter em mente que os índices de concorrência para essa entrada na IFES, neste formato, têm diminuído a cada ano, com uma leve elevação no ano de 2015, como é possível observar na Tabela 10.

Tabela 10 - Concorrência por Campi e Ano do Processo Seletivo da UNIR por meio do ENEM

Campi	Ariquemes	Ji-Paraná	Presidente Médici	Cacoal	Rolim de Moura	Vilhena	Guajará-Mirim	Porto Velho
Ano								
2012	7,8	6,2	-----	9,7	5,9	3,1	3,9	10,1
2013	2,8	4,8	3,0	6,9	5,5	2,1	5,2	6,8
2014	3,3	7,4	1,7	7,4	6,6	3,0	5,9	9,2
2015	4,4	4,8	4,5	9,1	6,9	3,8	5,3	11,5
2016	2,3	3,8	1,2	6,3	4,5	3,6	4,6	9,7
2017	2,6	3,2	1,0	7,4	5,0	3,4	3,8	9,5
2018	1,5	2,4	0,9	6,3	2,5	2,2	3,1	8,2
2019	1,6	1,8	1,0	5,9	3,6	2,1	3,5	9,9
2020	1,4	1,7	1,0	4,7	3,3	1,7	2,9	10,7
2021	0,9	0,5	0,4	2,5	2,1	0,9	1,5	7,1

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nas informações do Portal de Processos Seletivos da UNIR, 2024.

Essa tabela, ao apresentar a concorrência por campi da UNIR – oito em toda extensão do estado de Rondônia –, independente dos cursos em cada unidade, nota-se que não há uma constância de crescimento ou diminuição de um ano ou período para o outro, de forma similar

nos campi. Apenas índices de concorrência mais elevados de concorrência no campus de Porto Velho, impulsionado pelo número de inscrições para o curso de Medicina, confirmando o que foi apresentado na Tabela 6.

Por outro lado, por ser a UNIR uma IFES multicampi, que conta muitas vezes com o mesmo curso em diversas cidades ou atua com diferentes áreas do conhecimento em um único *campi*, é possível observar a concorrência nos PSD's por área do conhecimento nos campi do interior do estado e que se dividem por núcleos – que foram nominados na Tabela 11 – no campus de Porto Velho:

Tabela 11 – Concorrência, por Áreas do Conhecimento (Núcleos e Campi), dos PSD's da UNIR

Área do Conhecimento	Ciências Exatas e da Terra	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Saúde	Tecnologia	Ciências Agrárias
Ano						
2012	2,74	4,12	10,26	27,17	11,25	5,81
2013	2,91	3,33	6,50	21,36	6,38	4,81
2014	3,06	3,93	7,69	37,33	9,55	5,12
2015	4,59	5,07	10,86	34,39	8,02	5,31
2016	2,71	3,21	8,20	33,03	6,58	3,17
2017	2,82	3,77	8,59	30,95	6,19	3,41
2018	2,06	2,45	7,47	30,90	4,03	1,83
2019	2,01	2,85	7,47	42,30	4,18	2,16
2020	2,40	2,47	6,29	48,94	5,33	1,84
2021	1,00	1,44	3,82	35,96	1,58	0,92

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nas informações do Portal de Processos Seletivos da UNIR, 2024.

Neste sentido, é possível notar a diferença do nível de concorrência com destaque para a área da Saúde, seguido das Ciências Sociais Aplicadas e da Tecnologia, quando analisamos a concorrência. Com índices intermediários para as áreas de Ciências Agrárias e Ciências Humana, e por último (analisando uma média geral) de Ciências Exatas e da Terra. Isso mostra como se divide o interesse dos candidatos pela formação superior, que reflete na pretensão da área de atuação profissional.

7.2.2 Reflexos da Concorrência e Ingresso de Discentes sobre a Matriz OCC

Um cenário de ampliação das inscrições nos processos seletivos anuais da UNIR, possibilita o aumento do número de ingressantes confirmados mediante a efetivação de matrícula. Em um primeiro momento, elevando o número de ingressantes, que é considerado para o cálculo do indicador da taxa de sucesso. Este que compõe, segundo Hupples *et al* (2016), a determinação de custo equivalente por aluno, como fator determinante ao orçamento.

O período que se refere a este estudo, para demonstrar a importância da concorrência no PSD-UNIR e do ingresso de novos discentes, é reforçado pelas metas estabelecidas no PDI 2019-2024 da UNIR, que dentre elas estavam a elevação a, no mínimo, 90% do preenchimento das vagas ofertadas no PSD e elevar em 10% anualmente a taxa de sucesso, nos cursos de graduação (PDI 2019-2024, p. 245-246).

Como a Matriz OCC leva em consideração a taxa de sucesso, que consiste, basicamente, na divisão anual da quantidade de ingressantes pelo número de concluintes. A partir disso, pelo orçamento, distribuído entre as IFES, de acordo com os recursos disponíveis no Ministério da Educação, tal como há regras para essa divisão, é preciso seguir as regras de gastos públicos (MARTINS e AZEVEDO, 1998). Com base nisso, pode ser observado na Tabela 12 a taxa de sucesso que deve ser considerada para obtenção do valor de aluno equivalente, como indicador da Matriz OCC, no período dos anos de 2012 a 2021:

Tabela 12 – Taxa de Sucesso nos cursos de graduação da UNIR de 2012 a 2021.

Ano	Nº de Concluintes	Nº de Ingressantes	Taxa de Sucesso
2012	711	1714	0.41
2013	806	2051	0.39
2014	701	2479	0.29
2015	1057	2511	0.42
2016	753	2416	0.33
2017	866	2274	0.38
2018	934	2436	0.38
2019	934	1988	0.47
2020	1139	2360	0.47
2021	853	2406	0.37

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados fornecidos pela DIRCA, 2024.

Porém, não é possível determinar uma constância ou tendência (crescente ou decrescente) na taxa de sucesso, que pode ser interpretada de diversas formas. Pois, como não há um número estável de ingressantes – com preenchimento total das vagas ofertadas anualmente –, tanto fatores que influenciam no número de concluintes, quanto os que levam à quantidade de novos discentes matriculados, fazem com que a taxa de sucesso seja tão variável no período estudado de dez anos.

Dessa forma, deve-se considerar que o ponto fundamental aqui analisado, com base nos dados obtidos, demonstra como as vagas disponibilizadas anualmente para novos discentes, na quase absoluta totalidade, não são preenchidas por meio da efetivação das matrículas. Seguindo a tendência da realidade brasileira, do nível de diminuição da efetivação de matrículas nos

curios superiores de universidades públicas, principalmente presenciais (Censo INEP, 2023). Conforme é ilustrado na Tabela 13 que considera as vagas ofertadas para toda a UNIR, no período pesquisado:

Tabela 13 - Comparativo % do Preenchimento de Vagas Ofertadas pela Taxa de Sucesso

Ano	Nº de Ingressantes	Nº de Vagas Ofertadas	% de Ingressantes pelas vagas ofertadas	Taxa % de Sucesso
2012	1714	2.439	70%	41%
2013	2051	2.520	81%	39%
2014	2479	2.380	100%*	29%
2015	2511	2.665	94%	42%
2016	2416	2.665	90%	33%
2017	2274	2.695	85%	38%
2018	2436	2.665	91%	38%
2019	1988	2.780	71%	47%
2020	2360	2.655	88%	47%
2021	2406	2.665	90%	37%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base no Portal de Processos Seletivos e Relatórios de Gestão da UNIR, 2024.

Ademais, demonstra que, além da necessidade da ampliação da concorrência na seleção de novos alunos nos cursos de graduação da UNIR, é preciso se buscar compreender porque, o índice de concorrência, em linhas gerais, na maioria dos anos é bem superior a um candidato por vaga. Mas, em vários anos é possível se constatar menos de 90% do preenchimento das vagas, chegando à 70% e 71%.

Quando o propósito de qualquer edital de seleção nas universidades federais é o preenchimento total de suas vagas que, de acordo com Tolbert e Zucker (1999), somado ao formato que se adota para políticas e procedimentos públicos. Reforçando o princípio da eficiência dos recursos e serviços governamentais, defendido por Gomes (2016), e mais ainda nas universidades públicas.

7.3 Perfil dos Participantes nos Processos Seletivos

Este subcapítulo visa analisar os dados obtidos a partir do questionário socioeconômico, respondido pelos candidatos, que foi possível ser fornecido pela instituição pesquisada, no período dos processos seletivos dos anos de 2015 a 2022 (Anexo G). Se considerou as respostas que estavam presente em todos os anos da amostra, ou o máximo possível, de acordo com o que se propõe no presente estudo.

Cabe destacar que, com base no questionário socioeconômico apresentado referente ao ano de 2020 (Quadro 5), as perguntas que foram feitas em todos os anos, são somente as de

número: 04, 08, 10, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38. Ou seja, há uma mudança de perguntas, no decorrer dos anos, para aplicação do questionário, que não foi encontrada justificativa para sua alteração ou, sequer, normativa geral ou institucional que fundamentem o questionário aplicado aos candidatos, anualmente.

Ademais, só conta no portal de Processos Seletivos, com relação ao PSD-UNIR, que o questionário é aplicado para retratar o perfil do candidato e que “a partir das informações prestadas o sistema habilita as modalidades de vagas de acordo com o perfil do candidato” (<https://processoseletivo.unir.br/certame/exibir/198>)

Levando em consideração a importância da política de ingresso, de ações afirmativas e de inclusão. Assim como que as perguntas apontadas no questionário pertinentes a isso foram inseridas e repetidas somente a partir do ano de 2020. Dessa forma, foi definido por considerar o período de 2020 a 2022 (que o presente estudo se estendeu), devido às respostas dos questionários fornecidas e para abranger um período maior, da análise, de perfis dos candidatos e de informações, que são importantes ao presente estudo.

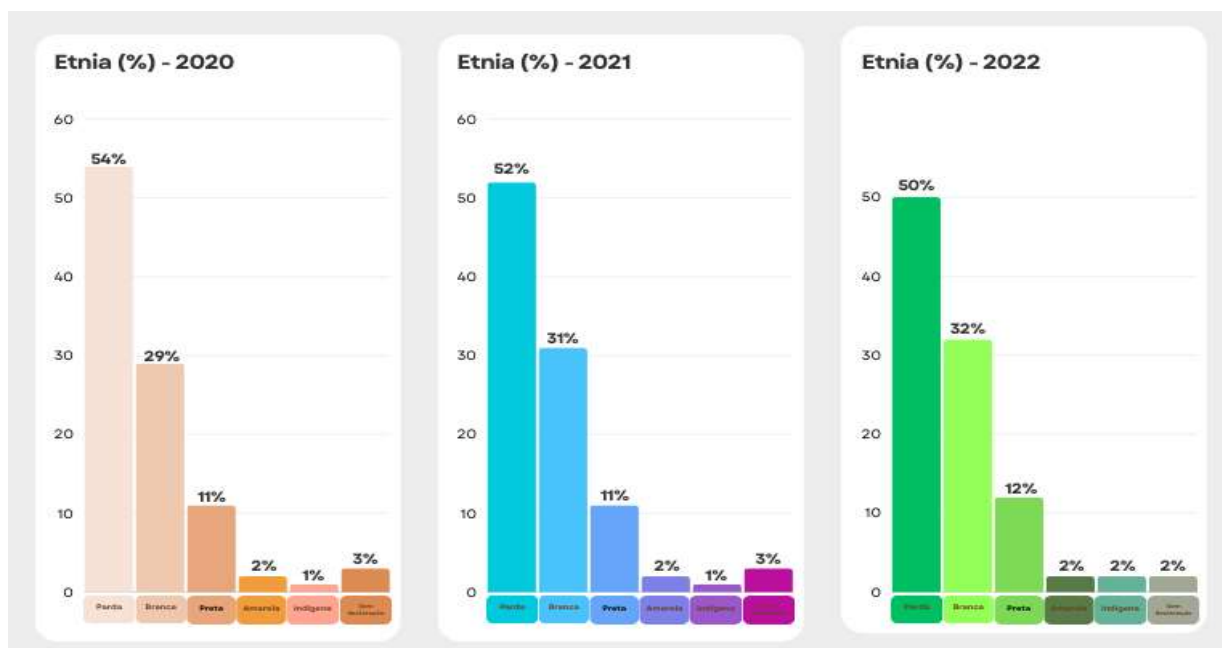
Além da Lei de Cotas adotada pela UNIR a partir do ingresso de novos discentes no ano de 2013, com reserva de 50% das vagas. No ano de 2023 passou-se a adotar o mínimo de 10% das vagas para ações afirmativas e de inclusão. Por isso, este estudo visou pesquisar e apresentar perfis dos candidatos, com base nos indicadores sociais do IBGE (2024), presentes no questionário socioeconômico aplicado a estes candidatos com intuito vincular os perfis dos candidatos à política de cotas adotada pela UNIR.

Destarte, foram divididos em etnia, deficiência e gênero, declarados pelos candidatos entre os anos de 2020 a 2022, apresentados a seguir. Os perfis analisados são considerados a partir do público inscritos nos processos, que totalizam 17.273 pessoas em 2020, 11.087 candidatos em 2021 e, tão somente, 4.761 pessoas no ano de 2022.

7.3.1 Etnia

No eixo analisado da etnia, é possível compreender como os candidatos se autodeclararam, com relação a sua cor ou raça. Apontando as mínimas diferenças percentuais no universo grande de respostas analisadas, apontadas no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Percentual de candidatos de acordo com a etnia declarada de 2020 a 2022



Fonte: Base de dados do questionário socioeconômico dos processos seletivos de discentes da UNIR, 2024

O Gráfico 1 demonstra que, para os candidatos no período analisado, mais da metade são autodeclarados pardos (54%, 52% e 50%, de 2020 a 2022), uma média pouco maior de 30% para os que se definem brancos e pouco mais de 11% aos que se declaram pretos. Assim como, uma soma de 6% entre autodeclarados amarelos, indígenas e sem declaração.

A Portaria Normativa nº 9/MEC/2017, que compôs a regulamentação interna da UNIR com relação à reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (PcD), “em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos, indígenas e PcD da população de Rondônia, segundo o último censo” do IBGE (Resolução nº 727/2024/CONSEA-UNIR), no percentual de 50% das vagas reservadas para cotas.

Destarte, como é defendido por Andrade *et al* (2012), não basta somente a reserva de vagas previstas em lei, a instituição pode adotar ações complementares e outras formas de ingresso, diante do perfil declarado pelos candidatos, por exemplo, de acordo com o público alcançado para cada etnia. Isso iniciou em 2023 na UNIR, com a primeira efetiva política de ingresso, que inclui ações afirmativas e inclusão para novos discentes (SECONS, 2024).

7.3.2 Deficiência

A deficiência, que foi apontada como uma questão a ser respondida pelos candidatos no PSD-UNIR, a partir de 2018, e apresentada neste estudo entre 2020 e 2022, foi respondida pelos

candidatos, conforme o Gráfico 2, em valores absolutos, devido ao baixo número comparado ao total de inscritos anualmente (Tabela 2):

Gráfico 2 – Percentual de candidatos de acordo com a deficiência declarada de 2020 a 2022



Fonte: Base de dados do questionário socioeconômico dos processos seletivos de discentes da UNIR, 2024

A baixa visão, a cegueira e a deficiência física são as principais deficiências apontadas pelos candidatos durante a sua inscrição no PSD-UNIR. Além disso, nos anos em análise, nenhum candidato se declarou surdo, mas sim com deficiência auditiva.

A Resolução nº 727/CONSEA, de 10 de outubro de 2024, assim como já acontecia nos processos seletivos de discentes anteriores à sua vigência, aponta a reserva em torno de 10% do total de vagas ofertadas nos cursos da UNIR para PcD, considerando as vagas destinadas para ações afirmativas e àquelas destinadas às cotas. Isso faz com que, além de justificativa para utilização da lei de cotas na quantidade ofertada de vagas, possibilite para que todos, independentemente de sua condição física, possam ter acesso à universidade pública. Como aponta Paula (2017) sobre a democratização para o ingresso na educação superior brasileira em instituições federais e estaduais, com a implantação de lei de cotas.

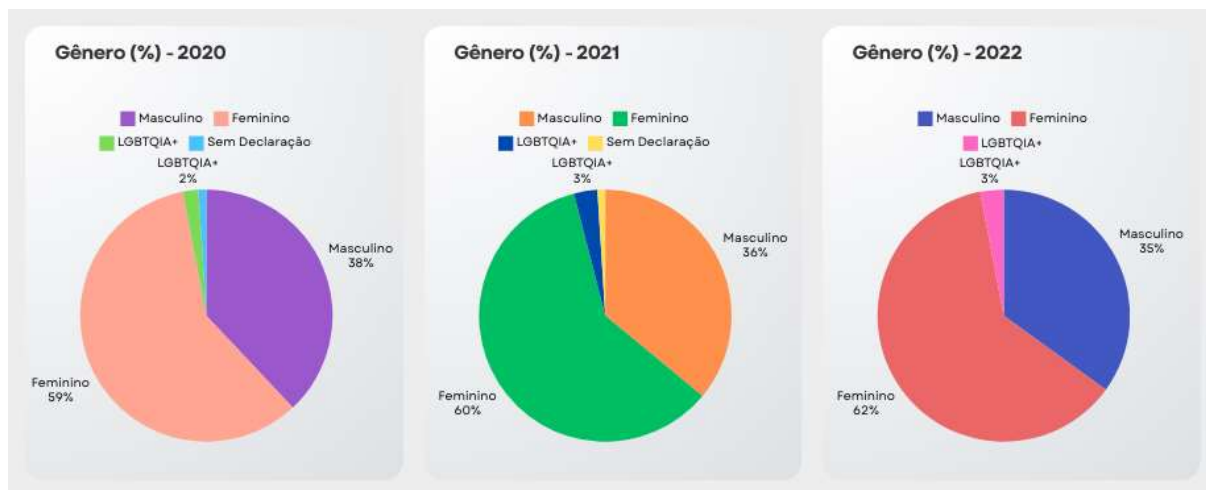
De acordo com Viera e Nascimento (2019), há um aumento no número de alunos PcD's novos e, conseqüentemente, na permanência deles na vida acadêmica. No entanto, o número de pessoas que declararam ter deficiência é reduzido, comparado ao número total de concorrentes - 2.665 vagas anuais - e ao percentual de vagas destinadas a esse público, que foi de apenas 254 em 2020, 166 em 2021 e 69 em 2022. Isso demonstra uma concorrência, em média, inferior a um candidato por vaga para pessoas com deficiência.

7.3.3 Gênero

O último perfil analisado, com relação às vagas, por cotas, disponibilizadas na UNIR, foram obtidos os dados no período de 2020 a 2022, fornecidos pelos candidatos, como

apresentado no questionário com as opções de: masculino, feminino, LGBTQIA+, sem declaração e outro. Este último somente nos anos de 2020 e 2021, com percentual próximo de 0 e sem declaração com 1% nesses dois anos. Apresentados os percentuais no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Percentual de candidatos de acordo com o gênero declarado de 2020 a 2022



Fonte: Base de dados do questionário socioeconômico dos processos seletivos de discentes da UNIR, 2024.

Interessante observar que, a média dos candidatos do gênero autodeclarados feminino é pouco maior de 60%. Isso demonstra que o interesse pelos cursos universitários por aqueles do gênero masculino é, somente, de pouco mais de um terço dos inscritos no PSD-UNIR. Isso faz com que a comunicação também possa ser direcionada ou melhor trabalhada, como aponta Santos (2013), para ser voltada ao público feminino ou de forma que amplie a participação das pessoas do gênero masculino. Combinado ao defendido por Faria (2015), pela mudança cultural e evolução dos meios de divulgação, para se chegar a qualquer público, em todos perfis.

Assim, deve ocorrer, principalmente, nas ações que ensejam a ampliação da concorrência para o processo seletivo de discentes, como enfoque desse estudo. Tal como apontou Borba (2019) que, além de considerar o meio que o público-alvo está inserido, é preciso alcançar esse público por meio das redes sociais, por exemplo, que se atualizam dia após dia.

7.4 Produto Técnico-Tecnológico (PTT): Minuta de Edital de Acesso aos Cursos Presenciais de Graduação da UNIR, por meio de Instrumento de Regulação

O presente estudo intenta a apresentação à Administração Superior e Conselhos Superiores – por meio dos representantes técnicos administrativos – da UNIR, de proposta de inclusão de Parágrafo no Artigo 2º a Resolução nº 727/2024/CONSEA-UNIR, que trata da

Política de Ingresso nos Cursos de Graduação da UNIR, com minuta de Edital, a ser publicado anualmente, de Acesso aos Cursos Presenciais de Graduação da UNIR, de ingresso no ano seguinte. Que permite a retirada na necessidade de publicação de Resolução, Ato Decisório ou Portaria institucional, que disponha sobre os PSD's todos os anos ou quando há uma situação excepcional.

Esse modelo de edital, tem como base a forma como é publicado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde o ano de 2012 - <https://acessograduacao.ufrj.br/> - e as notas de aviso pela Universidade Federal do Pará, desde o ano de 2018 - <https://www.ceps.ufpa.br/>. Que nessas instituições são tornados públicos a partir da publicação dos editais anuais do ENEM.

Que se justifica pela necessidade de publicidade e transparência (ativa), por meio da divulgação de todas as fases necessárias à participação da população no certame anual, que demanda de ações institucionais. Visto que há uma lacuna temporal grande entre o momento de publicação do Edital, período para solicitação de isenção da taxa de inscrição e realização das inscrições do ENEM – entre os meses março a junho –, com a publicação do edital do Processo Seletivo de Discentes da UNIR – entre os meses de novembro e dezembro. Em que, só neste último momento, é divulgada a necessidade das notas obtidas no ultimo ENEM para acesso aos cursos de graduação da UNIR, daquele determinado ano (seguinte).

O quadro abaixo demonstra os períodos básicos dos editais do ENEM de 2023 e 2024, que seguem o mesmo padrão para os exames nos anos anteriores:

Quadro 8 – Cronograma do ENEM 2023 e 2024

ETAPA	Atividade	Data/Período	
		2023	2024
1	Publicação do edital para a solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição	22/03/2023	28/03/2024
2	Solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição para o Enem	17 a 28/04/2023	15 a 26/04/2024
3	Edital de realização do Exame Nacional do Ensino Médio	05/05/2023	10/05/2024
4	Inscrições	05 a 16/06/2023	27/05 a 07/06/2024
5	Aplicação do Exame	05 e 12/11/2023	03 e 10/11/2024
6	Divulgação dos resultados	16/01/2024	13/01/2025

Fonte: INEP-ENEM(www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/enem), adaptado pelos autores, 2024

Dessa forma, observa-se que as inscrições são realizadas entres os meses de maio e junho, a realização das provas entre o final de outubro e o mês de novembro, com resultado no início do ano seguinte.

Com isso, é necessário o conhecimento e realização desses procedimentos, como o exemplo apontado, para que o candidato possa participar do processo seletivo da UNIR no ano de 2024 e 2025, ou seja, nos PSD's-UNIR com ingresso nos anos seguintes às edições do ENEM. Dessa maneira, é preciso que se compreenda que a divulgação sobre o ENEM e da sua necessidade para que o candidato possa se inscrever, ocorra antes mesmo da publicação do edital de seleção da UNIR. Especialmente aos candidatos que não fizeram o ENEM nas (nove) edições anteriores ou nunca realizaram o exame, como aponta a Resolução nº 727/2024/CONSEA-UNIR.

O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, no artigo 20 do seu Regimento estabelece que é necessária a apresentação de um Produto Técnico-Tecnológico (PROFIAP, 2021). Apresentado, assim, no presente estudo e contexto da pesquisa, pela proposta desse modelo de Edital de Acesso aos Cursos Presenciais de Graduação da UNIR (Apêndice A), por meio de resolução do Conselho Superior Acadêmico da UNIR

Além do instrumento de regulação, de forma complementar, este estudo resultou da elaboração de Projeto de Extensão, com ações de divulgação para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por serem de família de baixa renda – com registro no Cadastro Único para programas sociais do governo federal (CadÚnico).

Que foi cadastrada no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA) da UNIR, no módulo extensão. Assim como inscrito e aprovado no Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura (PIBEC) da UNIR, edição 2024 (<https://procea.unir.br/pagina/exibir/25147>), possibilitando a concessão de bolsa para discentes envolvidos. Com isso, além de oferecer um produto a partir da dissertação, propomos uma ação, que favorece a curricularização da extensão para os discentes que vierem a ser envolvidos.

Figura 6 – Dados da Ação Extensão cadastrada no SIGAA/Extensão/UNIR

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO	
DADOS GERAIS	
Código: PJxxx-2025	
Título: Divulgação das fases do Processo Seletivo de Discentes da UNIR, com utilização da(s) nota(s) do ENEM.	
Categoria: PROJETO	Abrangência: Local
Ano: 2025	Período de Realização: 01/02/2025 a 31/01/2026
Unidade Proponente: SECRETARIA DE REGISTROS E CONTROLE ACADÊMICOS - ARI	
Unidade Orçamentária: /	
Executor Financeiro:	
Unidade Co-Executora Externa:	
Outras Unidades Envolvidas:	
Área do CNPq: Ciências Sociais e Aplicadas	Área Principal: COMUNICAÇÃO
Nº Bolsas Solicitadas: 2	Nº Bolsas Concedidas: 0
Tipo de Cadastro: SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA	Convênio Funpec: NÃO
Público Alvo Interno: CPSD/DAPA/PROGRAD, ASCOM, DIRCA E SERCAS	Público Alvo Externo: Pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
Público Estimado Externo: 2000 pessoas	Público Estimado Interno: 13 pessoas

Fonte: Extraída pelos autores, do gerenciamento da ação de extensão do SIGAA da UNIR, 2024.

Este projeto tem o propósito divulgar os PSD's da UNIR diretamente a uma população específica, de forma que possa também transmitir essa informação durante conversas com outras pessoas. A partir dos resultados obtidos neste estudo, que demonstram as principais formas como a população toma conhecimento dos Processos Seletivos de Discentes da UNIR – por meio da internet (65,84% em média de 2020 a 2022) e conversas com outras pessoas (20% em média de 2020 a 2022) – e a temporalidade da sua divulgação nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, analisada no estudo.

Frey (2000) já apontava que a mídia tradicional está muito difundida e diversificada, com os adventos da internet e redes sociais, é preciso adequar a divulgação e informação à população. Reforçado pela necessidade de se trabalhar a divulgação, dos cursos e seus processos seletivos nas IFES, por intermédio do público e do próprio meio social em que está inserido, utilizando a comunicação como elemento estratégico e diferencial (SANTOS, 2013).

Dessa maneira, o projeto de extensão tem como objetivo geral de impulsionar a divulgação do Processo Seletivo Discente (PSD) para os cursos do Campus de Ariquemes - UNIR, por meio da fase/edital que envolve o ingresso via notas do ENEM. Em momento oportuno, para que as pessoas em vulnerabilidade social possam tomar conhecimento dessas informações, realizar o ENEM e, conseqüentemente, participarem do PSD-UNIR. Contribuindo para ampliação do número de inscrições e seus mecanismos às pessoas que podem realizar o ENEM de forma gratuita.

Será realizado no ambiente do setor de CadÚnico da Secretaria de Desenvolvimento (Assistência) Social do Município de Ariquemes, por meio de exposição constante de banner(s) – desde a publicação do edital para a solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição – e com a entrega de panfletos informativos sobre o PSD-UNIR e de divulgação das redes sociais institucionais, durante os períodos de solicitação de isenção e de inscrição para o ENEM.

Com isso, o que se pretende inovar na UNIR, por meio desta proposta – de um Edital de Acesso aos Cursos de Graduação da UNIR, como PTT do PROFIAP – é que seja publicado a partir do edital de solicitação de isenção de taxa para realização do ENEM. Que poderá possibilitar que mais pessoas – especialmente em condições de vulnerabilidade social – possam realizar as provas do referido exame e, com isso, concorrer à uma vaga no ensino superior pública e de qualidade como a UNIR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria Institucional é uma das abordagens mais influentes nas Ciências da Administração, oferecendo uma lente poderosa para entender como as organizações são moldadas por normas, regras e estruturas sociais. Esta teoria explora a maneira como as instituições influenciam o comportamento organizacional e a conformidade com as expectativas sociais.

No caso deste estudo, A Teoria Institucional foi crucial para entender a conformidade organizacional e a busca por legitimidade, em um caso concreto que é a política de acesso à educação superior e a forma como a sociedade é comunicada e participa desta oportunidade que, em síntese, visa a confirmação da democratização e garantias do acesso, permanência e sucesso.

Realmente a Teoria Institucional nos apoia a compreender as explicações sobre o porquê as organizações adotam certas práticas, ainda quando essas práticas não são as mais eficientes. Na administração pública, essa teoria é particularmente relevante para analisar como políticas e práticas são moldadas por normas sociais e regulatórias. Apesar dos ajustes de percurso, o objetivo geral estabelecido permitiu que inferir sobre como a UNIR pode aprimorar suas ações de divulgação do processo seletivo, pois os dados estiveram voltados ao entendimento dos contextos normativos, culturais e regulatórios que influenciam as características desse processo.

De fato, a proposta inicial pretendeu conhecer como tem sido o processo de seleção da UNIR durante os primeiros dez anos de realização das seleções para os novos alunos nos cursos de ensino superior por meio da utilização das notas do ENEM. E, deste modo, verificar como se procedeu a concorrência nesses certames, pelo nível de interesse dos candidatos. Com isso, esse aspecto tem influência no nível de ingressantes, refletindo no aspecto de aluno equivalente, para apreciação pelo MEC na distribuição orçamentária, amparada pela Matriz OCC.

Não foi possível vislumbrar com clareza uma correlação entre a taxa de sucesso e o orçamento disponibilizado à UNIR, com base na Matriz OCC. Pois, este último sofreu variações grandes no período estudado, muitas vezes, devido a cortes orçamentários realizados pelo Governo Federal, que refletem principalmente no Ministério da Educação. Mas deixa claro que a UNIR não reserva, todos os anos, recursos orçamentários e financeiros para as atividades exclusivas de divulgação dos processos seletivos de discentes.

Igualmente, quando analisamos o índice da taxa de sucesso, torna-se muito relativo, pois a medida que temos menos ingressantes e mais concluintes, proporcionalmente, a taxa de

sucesso se torna maior. Mas, isso no decorrer de alguns anos faz com que se tenha menos alunos ativos na instituição e, conseqüentemente, a futura redução dos concluintes. Dessa forma, a médio e longo prazo, vê-se a importância do maior número de ingressantes, pela utilização das notas do ENEM, que reduziria ou até eliminaria a necessidade de editais complementares – para novos alunos e não para vagas ociosas - no decorrer do ano.

Além do mais, partindo do pressuposto de que as inscrições para o ENEM a nível do estado de Rondônia seguem uma tendência de pouco mais de um por cento do quantitativo de inscrições anuais a nível nacional. Em nenhum ano, do período estudado, o número de inscrições para o processo seletivo da UNIR – ainda que considerando as inscrições do maior campus na capital do Estado – superou os quarenta por cento dos inscritos para o ENEM no estado de Rondônia, no ano anterior.

Alguns achados podem ser destacados, a partir do que pode ser realizado. Em princípio elementos que relacionam **Conformidade e Desempenho**, e, em seguida, **Desafios e Oportunidades**. Essa estrutura oferece uma visão detalhada e integrada de como a UNIR pode aprimorar suas práticas de divulgação de processos seletivos, alinhando-se aos princípios da Teoria Institucional e utilizando a Matriz OCC para garantir eficácia e relevância. Prosseguimos, na intenção de esclarecer:

- **Conformidade e Desempenho:** A conformidade com normas institucionais e regulatórias pode aumentar a confiança nos processos de divulgação, melhorando o desempenho e a reputação da UNIR.

É preciso influenciar o cidadão rondoniense tanto a realizar Exame Nacional do Ensino Médio, anualmente, quanto de estimulá-lo a participar da busca pela educação superior na única universidade federal, até o momento deste estudo, presente no Estado. Em que, tem um efeito positivo para a instituição, pois possibilita a ampliação da concorrência em todos os cursos disponibilizados, habilita um número maior de candidatos aptos à realização da matrícula e, conseqüentemente, amplia o número de ingressantes, alunos ativos nos cursos, gerando também a probabilidade de mais concluintes, ampliando a taxa de sucesso da UNIR.

Outros estudos podem vir esclarecer os motivos históricos, políticos, governamentais, com relação à legislação ou das políticas públicas adotadas nos mais diversos governos. Mas o que se propõe neste estudo, produto técnico-tecnológico apresentado e proposta complementar de regulamentação interna, é apontar como as inscrições podem ser mobilizadas pela divulgação junto à comunidade e como essas ações de divulgação, desenvolvidas no âmbito da IFES, auxiliam para o aumento do número geral de inscritos na UNIR e por Campi. Ampliando,

com isso, a concorrência por vaga nos editais anuais do processo seletivo e contribuindo para a efetivação das matrículas, que é um dado concorrente na influência no orçamento da UNIR.

Diante da possibilidade de sugestão específica, no presente estudo, aponta-se pela melhoria e atualização do questionário socioeconômico adotado pela UNIR no momento da inscrição do PSD. Seja por se criar e seguir uma regulamentação interna que aponte para os fatores a serem considerados na elaboração das perguntas ou seguindo o padrão adotado para definição de perfis utilizados pelo IBGE, adaptados às condições necessárias para definição das vagas que o candidato poderá concorrer. Assim como, que possa servir de base para estudos que analisem as respostas apresentadas em diversos anos de seleções dos novos alunos

- **Desafios e Oportunidades:** Identificação de desafios, como restrições orçamentárias e competição com outras universidades, e oportunidades, como o uso de tecnologia para personalizar a experiência do candidato.

A minuta de Edital, a ser publicado anualmente, de Acesso aos Cursos Presenciais de Graduação da UNIR, de ingresso no ano seguinte, proposto como produto técnico-tecnológico desenvolvido em âmbito do PROFIAP UNIR (Apêndice A), preconiza levar a informação à população, por meio dos sites, das redes sociais da UNIR e dos setores vinculados aos processos seletivos, por ser a internet a forma como as pessoas mais utilizam como meio de comunicação e os candidatos obtêm informações da seleção de ingresso na UNIR. A partir do edital de solicitação de isenção de taxa para realização do ENEM (antes mesmo da publicação do Edital do ENEM), que poderá possibilitar que mais pessoas – especialmente em condições de vulnerabilidade social – possam realizar as provas do referido exame e, com isso, concorrer à uma vaga no ensino superior pública e de qualidade como a UNIR.

Diante disso, é preciso incentivar na comunidade acadêmica, formas de desenvolver propostas e atividades que possam fazer com que a UNIR siga formatos que estão “dando certo” em outras IFES ou, melhor ainda, ser inovadores e se tornar referência em experiências exitosas, que possam levar ao aumento da concorrência nos processos seletivos, ingresso completo diante das vagas ofertadas – sem a necessidade de publicação e editais complementares ou especiais – e a ampliação de cursos e número de vagas, como já aconteceu em outros momentos históricos das Universidades Federais no Brasil.

Por fim, a Teoria Institucional continua sendo uma ferramenta valiosa para entender as complexidades das organizações e suas interações com o ambiente social. Atualizar essa teoria para incluir o impacto das mídias sociais pode oferecer insights valiosos sobre como as organizações públicas e privadas podem navegar em um mundo cada vez mais interconectado

e influenciado por novas formas de comunicação e interação social. Neste estudo observamos muitos dados importantes e de referência para conscientização sobre as políticas de acesso, os impactos na gestão institucional e o quanto podem ser aprimoradas. Da mesma forma que os mecanismos de atualização têm como objetivo disseminar a informação nas diversas mídias, o atendimento ao cidadão e o formato comunicacional são fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. R.; CÂMARA, L. M. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 73-90, jan/fev. 2015.
- ABRUCIO, Fernando L.; SEGATO, C. I. A política de Educação e os governos subnacionais pós-Constituição Federal de 1988: diversidades e desafios. ALVES, Mário Aquino. **Por uma gestão pública democrática: 25 anos do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo**. – São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - PGPC, p. 173-186. 2017.
- ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. **O Discurso de Inclusão nas Políticas de Educação Superior (2003 – 2008)**. 187 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009.
- AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: e Estado x Mercado**. São Paulo: UNIMEP, 2003
- AMES, Valesca Daiana Both; ALMEIDA, Marilis Lemos de. **Indígenas e Ensino Superior: as Experiências Universitárias Dos Estudantes Kaingang na UFRGS**. Sociologias, vol. 23, n. 56, p. 244–275, 2021.
- ANDRADE, Cibele & GOMES, Francisco & KNOBEL, Marcelo & SILVA, Ana. Programa de Formação Interdisciplinar Superior: um novo caminho para a educação superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, p. 698-719, 2012.
- ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- ANDRIOLA, W. B. **Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/ITT3Ez>. Acesso em: 03 fev. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2015.
- BERGAMASCHI, Maria, *et al.* Estudantes Indígenas Em Universidades Brasileiras: Um Estudo Das Políticas De Acesso e Permanência. **Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos**, vol. 99, n. 251, p. 37–53, 2019.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2012.
- BORBA, Priscila de Oliveira. **FACEBOOK: construção de um espaço público virtual para operacionalização de *accountability* com participação na Fundação Universidade Federal de Rondônia**. 2019. 143f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Censo da Educação Superior 2023. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros e relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022.** Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11016.htm. Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em 10 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013.** Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112799.htm. Acesso em: 16 ago.2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em 13 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Portal MEC. **Sistema de Seleção Unificada (SISU).** c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/SISU>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 651, de 24 de julho de 2013.** Brasília, DF. Disponível em:

http://www.lex.com.br/legis_24640725_PORTARIA_N_651_DE_24_DE_JULHO_DE_2013.aspx. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRAZOROTTO, Cintia Magno; VENCO, Selma Borghi. **A Educação Profissional no Brasil**. Educação Temática Digital, vol. 23, n. 2, p. 487–505, 2021.

CAREGNATO, Célia Elizabete, *et al.* Origem Escolar e Acesso à Educação Superior: Análise da Ocupação de Vagas de Ações Afirmativas na UFRGS. **Educação em Revista**, vol. 36, n.1, 2020.

CARVALHO, C; OLIVEIRA, V. W. N. Evasão na Licenciatura: estudo de caso. In: **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas/MS, v. 3, n. 6, p. 97-112, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/viewFile/468/269>. Acesso em 16 mar. 2023.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. **Organizações, Instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CAVALCANTE, L.; OLIVEIRA, R.; REALI, A.; TANCREDI, R. Enem 2005: pressupostos teóricos, desenho metodológico e análise dos resultados. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 2, p. 309-319, jul./dez. 2006.

CAVALCANTI, Ivanessa Thaiane do Nascimento, *et al.* **Desempenho Acadêmico e o Sistema de Cotas no Ensino Superior**: Evidência Empírica Com Dados Da Universidade Federal Da Bahia. Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, vol. 24, n. 1, p. 305–327, 2019.

CAVALLUZZO, K. S.; ITTNER, C. D. **Implementing performance measurement innovations: evidence from government**. Accounting, Organizations and Society, v. 29, n. 3-4, p. 243-267, 2004. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361368203000138>. Acesso em: 12 mai. 2023.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003. **Conferência de abertura**. Poços de Caldas: ANPED, 2003.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORBUCCI, P.R. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil**: da deserção do Estado ao projeto de reforma. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n.88, p. 677-701, 2004.

CRUZ, Hélio Nogueira da; LUQUE, Carlos Antonio; PROTTI, Alberto Teixeira. **Desafios do Financiamento das Universidades Estaduais Paulistas**. Gestão Universitária na América Latina – GUAL, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 01-20, Edição Especial, 2012.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: TEIXEIRA, E. M. *et al.* **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DATAREPORTAL. **Portal de estatística e análise de dados do meio digital**. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

DIAS SOBRINHO, J. **Educação superior: bem público, equidade e democratização**. Avaliação, v. 18, n. 1, 2013.

DIMAGGIO, P.J; POWELL, W.W. **The Iron Cage Revisited**: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. American Sociological Review, v.48, n.2, p.147-

160, Abril, 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7948423/mod_resource/content/3/DiMaggio%20%20Powell%20-%20Gaiola%20de%20ferro.pdf.

DUARTE, J. B. P. Estudos de caso em educação. Investigação em profundidade com recursos reduzidos e outro modo de generalização. **Revista lusófona de Educação**, v. 11, 113 – 132, 2008.

ENTENDA a Matriz OCC. UNIR, [s.d.]. Disponível em: <https://dpdi.unir.br/pagina/exibir/22451>. Acesso em: 22 mar. 2024.

EM 2023, 88,0% das pessoas com 10 anos ou mais utilizaram Internet. **Agência IBGE Notícias**. 16 de agosto de 2024. [s.l.]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet>. Acesso: 17 ago. 2024.

FACHIN, R. C.; MENDONÇA, J. R. C. O conceito de profissionalização e da teoria institucional. In: VIEIRA, M. F.; CARVALHO, C. A. (org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 19-41, 2003.

FARIA, C. (2015). **A comunicação no contexto da mudança cultural**: Um estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. (Dissertação). Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

FENNELL, M. L. **The effects of environmental characteristics on the structure of hospital clusters**. Administrative Science Quarterly, v. 25, p. 485-510. 1980.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas De Educação Bilíngue Para Estudantes Surdos: Contribuições Ao Letramento Acadêmico No Ensino Superior. **Educar em Revista**, n. 3, p. 127–150, 2017.

FERREIRA, L. A. M.; NOGUEIRA, F. M. DE B. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas plano nacional de educação**. Brasileiro de Educação, v. 3, n. 5, p. 102-129, 18 mar. 2016. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publica_PNE.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

FERREIRA, Sandro Augusto Silva. Estratégias de Diálogo com o Estranhamento no Começo da Vida Universitária: Políticas de Acolhimento e Permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. **Revista Internacional De Educação Superior**, vol. 3, n. 2, p. 291–307, 2017.

FLEURY, M.T.L.; FISCHER, R. M. (Org). **Cultura e poder nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, 2000.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2024)**. Porto Velho – RO: UNIR, Dezembro de 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR. **Manual do Candidato Processo Seletivo Discente por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**. Porto Velho – RO: UNIR, 2024. Disponível em: https://www.unir.br/uploads/13579246/arquivos/MANUAL_DO_CANDIDATO_PS_2024_U

NIR_608205166.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR. **Resolução nº 727/CONSEA**, de 10 de outubro de 2024: Institui-se a Política de Ingresso nos cursos de graduação, a Política de Ação Afirmativa e de Inclusão e diretrizes para o procedimento de Heteroidentificação, Validação e Verificação da Autodeclaração de Cor, de Identidade Étnica e Pertencimento na UNIR. Porto Velho – RO: UNIR, 2024. Disponível em: https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI_1933859_Resolucao_727_344840507.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR. **Resolução nº 577/CONSEA**, de 29 de setembro de 2023: Institui-se a Política de Ingresso nos cursos de graduação, a Política de Ação Afirmativa e de Inclusão e diretrizes para o procedimento de Heteroidentificação, Validação e Verificação da Autodeclaração de Cor, de Identidade Étnica e Pertencimento na UNIR. Porto Velho – RO: UNIR, 2024. Disponível em: https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI_UNIR___1502793___Resolucao_1024528058.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

GEMELGO, Felipe de Almeida Kurosaki; BARROS, Denise Dias. **Sentimento de Desterritorialização e o Desafio da Autoestima na Experiência da Moradia Estudantil**/Thoughts on the Feeling of Deterritorialization and the Self-Esteem Challenge in the Student Housing. Cadernos De Terapia Ocupacional Da UFSCar, vol. 23, n. 4, p. 803, 2015.

GIACOMONI, James **Orçamento público**. 18. ed., ampliada, revista e atualizada - São Paulo: Atlas, 2022.

Gil, A. C., **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas** (ERA/FGV/SP), v.35, n.2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GOMES, J. A. V. **Eficiência do gasto público em educação superior**: um estudo sobre as universidades federais do estado de Minas Gerais. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

GUERRA, C. E. & AGUIAR, A. C.. Institucionalização do terceiro setor brasileiro: da filantropia à gestão eficiente. In: Congresso virtual brasileiro de Administração. **Anais CONVIBRA**, 7. São Paulo, 2007.

HUPPES, J. C.; SOUZA, A. M.; ANSUJ, A. P. Análise do índice aluno equivalente graduação por meio da Análise Multivariada. **Revista Espacios**, v. 37, p. 23, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Brasileiro de 2022: Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro.html>. Acesso em: 05 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. [s.l]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso: 20 ago. 2024.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. [Volume 1]. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>. Acesso em: 30 mar. 2023.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em 28 mar. 2023.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. c2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 05 abr. 2024.

KLITZKE, Melina Kerber, SANTOS, Tiago Ribeiro, VALLE, Ione Ribeiro. Notas de Síntese: Uma cartografia do Exame Nacional do Ensino médio a partir de dissertações e teses. In: **Revista FIPED V (Anais)** - Vol.1, n. 2, Vitória da Conquista: editora realize, 2013.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KOWALSKY, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social). - PUCRS. Porto Alegre. 2012.

KUNSCH, M. Comunicação organizacional na era digital: contextos, percursos e possibilidades. **Revista Signo y Pensamiento**, v. XXVI, nº.51, p. 39-51, 2007.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 5. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2016;

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LEVIN, J.; FOX, A.; FORDE, D. **Estatística para ciências humanas**. 11. ed. São Paulo, Editora Pearson, 2012.

LÓPEZ, J. C. J. Proposta geral de comunicação pública. In: DUARTE, J. **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis. Modelos burocrático e político e estrutura organizacional de universidades. In: Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Pós-Graduação em Administração. **Temas de administração universitária**. Florianópolis: CPGA, 1991.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L; FONSECA, Valéria Silva da. Estruturação da estrutura organizacional o caso de uma empresa familiar. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. spe, p. 11-32, 2010.

MAGALHÃES, E. A. de; SILVEIRA, S. de F. R.; ABRANTES, M. A. M. F.; WAKIM, V. R. Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 44, p. 637-666, jun. 2010.

MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 67-94, 1995. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n4.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

MANARA, M. E. *et al.* **A importância do Orçamento Público**: Estudo de Caso do Município de Pinto Bandeira. In: XVII Mostra de Iniciação Científica. UCS, v. 6, p. 1-15, 2017.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017.

MARTINS, C. B.; AZEVEDO, S. Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 113-121, 1998.

MATRIZ OCC UNIR amplia esforços de planejamento e ações de gestão. **UNIR**, 2022. Disponível em: <<https://servidor.unir.br/noticia/exibir/23745>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MEDEIROS, Nina Rosa Dantas. **O Enem e a questão da democratização do acesso à graduação: o caso da Unicamp**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

MENIN, Maria Suzana De Stefano, *et al.* Representações De Estudantes Universitários Sobre Alunos Cotistas: Confronto De Valores. Educação e Pesquisa: **Revista Da Faculdade De Educação Da Universidade De São Paulo**, vol. 34, n. 2, p. 255–272, 2008.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. **Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony**. *American journal of sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/226550>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MEYER, J. W. **The impact of the centralization of educational funding and control on state and local organizational governance**. Stanford, CA: Institute for Research on Educational Finance and Governance, Stanford University, Program Report, 1979.

MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n.4, p. 610-629, 2018.

MILIONI, K. C.; BEHR, A.; GOULARTE, J. L. L. **Análise do processo de elaboração da proposta de lei orçamentária anual em uma instituição pública federal de ensino superior**. *Revista GUAL*, v.8, n.4, Edição Especial, 2015.

MINAYO, M. C. S (Org.). DESLANDES, S.F. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MINTZBERG. Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Trad. Nivaldo Monttngelli Jr. Porto Alegre: Bookman. 2000.

MIRANDA, Nilzith de Souza. **Desempenho de Universidades Públicas: Lições da experiência da UNB no uso de indicadores**. Tese (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília/ UNB. 2013. Brasília – DF. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14576/1/2013_NilzithSouzaMiranda.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

NASCIMENTO, Jaime Luiz Bezerra do. **Argumentação dialógica e indícios de autoria em redações nota mil do ENEM**. Recife, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco.

NERY, Maria da Penha; COSTA, Liana Fortunato. **Política Afirmativa Racial: Polêmicas e Processos de Identidade do Cotista Universitário**. *Psico Usf*, vol. 14, n. 2, 2009, p. 211–220.

NETTO, Jôira Conceição dos Santos. **Análise de dados categóricos e aplicações**. Rio Claro, 2019, 83 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas.

NEVES, C. E. B. **Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. In: XXX International Congress of the Latin American Studies Association. São Francisco/CA. 2012.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vítório. **Democratização do Acesso ao Ensino Superior Público: Análise Das Políticas De Ingresso Da Uffs. Roteiro** (Joaçaba), n. 1, p. 31–58, 2015.

NORONHA, J. N. *et al.* **Sistema de Seleção Unificada (SiSU): refletindo sobre o processo de seleção.** Educação e Fronteiras Online, v. 4, n. 10, p. 68–83, 2014. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3649>. Acesso em: 15 fev. 2023.

OLIVEIRA, C.M.F. **Sistemas de Cotas Raciais à Brasileira: uma análise linguística discursiva.** Tese (Doutorado em Linguagem e Sociedade) - Universidade Federal de Brasília. UnB, Brasília, 2016.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas De Democratização Da Educação Superior Brasileira: Limites e Desafios Para a Próxima Década. Avaliação: **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, vol. 22, n. 2, p. 301–315, 2017.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** Curitiba: Intersaberes, 2016.

PINHO, José Benedito. **Publicidade e vendas na Internet: técnicas e estratégias.** São Paulo: Summus, 2004.

PIRES, J. S. D. B.; MOTTA, W. F. **A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade.** Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá, v. 25, p. 16-25, 2006.

PIRES, J. S. D. B.; ROSA, P. M.; SILVA, A. T. **Um modelo de alocação de recursos orçamentários baseado em desempenho acadêmico para universidades públicas.** Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 3, n. 2, p. 238-270, 2010.

PNE em Movimento. **Portal Oficial do Ministério da Educação**, [2016]. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

PRESTES, Emília M^a da Trindade, *et al.* Educação e Aprendizagens de Adultos no Espaço da Universidade. **Revista Temas Em Educação: RTE**, vol. 22, n. 2, p. 208, 2013.

PROFIAP. **Regimento Nacional do PROFIAP.** Brasília: ANDIFES, 2021. Disponível em: <<https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2022/03/sobre-40.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

REIS, C. Z. T. **Estágios da institucionalização do modelo de alocação de recursos orçamentários das universidades federais brasileiras.** Viçosa. 2011. Disponível em: <http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/1947/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RIFFE, D.; LACY, S.; FICO, F. **Analyzing media messages: using quantitative content analysis in research.** Londres: Routledge, 2014

SANTOS, J. T. **Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção.** R. bras. Est. pedag., v. 93, n. 234, 2012.

SANTOS, M. R. **Um plano de comunicação para atingir o público-alvo do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.** 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da UNB, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2013.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe.

Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES da Fundação Universidade Federal de Rondônia (SECONS - UNIR). **SECONS**. 2024. Disponível em: <https://secons.unir.br/homepage>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SCHER, Aline Juliana; OLIVEIRA, Edson Marques. **Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. V. 25, n. 01, p. 5-26, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100002>. Acesso em 21 jan. 2023.

SCHICK, A. Conflict and resolution in federal budgeting. In: SCHICK, A. **The federal budget: politics, policy, process**. Washington: Brookings Institution Press. p. 1-7, 2000.

SCHWARTZMAN, Jacques. **Políticas de ensino superior no Brasil na década de 90: o financiamento das Universidades Federais**. Seminário de Políticas Comparadas de Educação Superior na América Latina, patrocinado pela Fundação FORD, Assunção, Paraguai, 17-19 de junho de 1996 Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9603.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SCOTT, W. R. Approaching adulthood: the maturing of institutional theory. **Theory and Society**, v. 37, n. 5, p. 427, 2008. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11186-008-9067-z>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SELZNICK, P. **Leadership in Administration: A Sociological Interpretation**, 1957. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Leadership_in_Administration/pP6ndnDdOBcC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=inauthor:%22Philip+Selznick%22&printsec=frontcover. Acesso em: 20 set. 2024.

SERRES, M. **Polegarzinha**. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SGUISSARDI, V. **Educação Superior no Brasil: Democratização ou massificação mercantil?** Educação & Sociedade, 36(133), p. 867-889. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, P. M. CARVALHO, W. W. CARVALHO, F. A. FURTADO, R. P. M. Planejamento orçamentário: as práticas da Universidade Federal de Lavras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 209-227, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n4p209/23688>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SVENDSEN, Mons Freng; HAUGLAND, Sven, A. Host country institutional pressures and cross-border relationship governance. **International Business Review**, v. 20, n. 3, p. 324-337, jun. 2011.

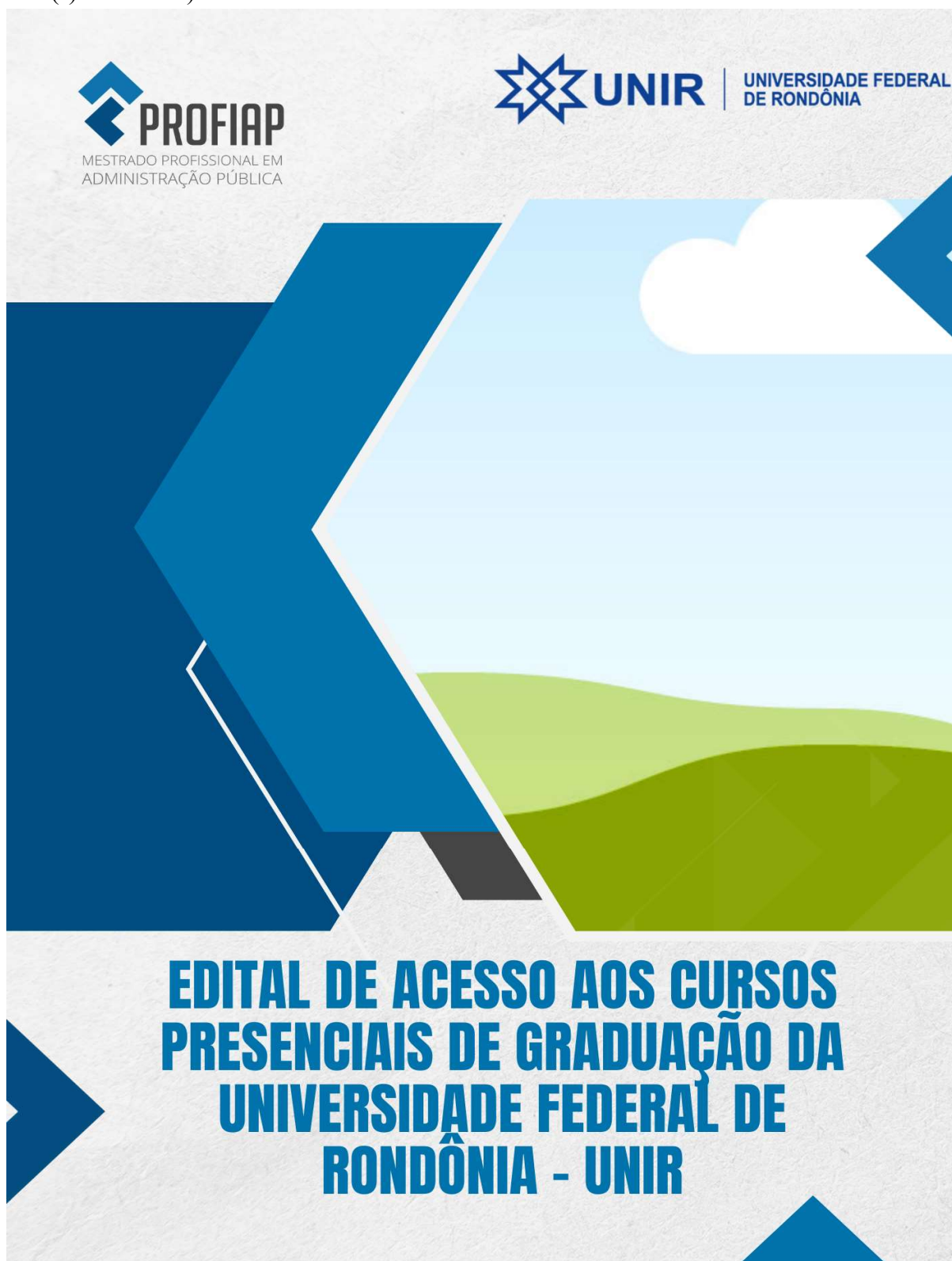
TCU. Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão. **Decisão TCU nº 408/2002-Plenário**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicadores.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. **A Institucionalização da Teoria Institucional**. In: HARDY, C; CLEGG, S.; NORD, W. (Orgs.); CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.brasileiros). **Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1, p.196-219, 1999.

- TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística**. 14. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2024.
- UNIR. Universidade Federal de Rondônia, 2022. **Histórico**. Disponível em: <https://www.unir.br/pagina/exibir/77>. Acesso em: 28 jan. 2024.
- VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, v. 2, n. 3, 2010.
- VASQUEZ, Ruth Evelinda Peralta. **Comunicação de Marca**: Aportes da publicidade impressa na comunicação da identidade de marca. 2006. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- VIERA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; NASCIMENTO, Thatyanne Gradowski Farias da Costa do. **A inclusão no ensino superior: uma reflexão**. *Conhecimento & Diversidade*, [S.l.], v. 11, n. 24, p. 54-72, dez. 2019. ISSN 2237-8049. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/5128. Acesso em: 02 dez. 2022.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 1985.
- WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- ZUCKER, L. G. The Role of Institutionalization in Cultural Persistence. **American Sociological Review**, vol. 42, nº 5, p. 726-743, 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2094862>. Acesso em: 14 set. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Minuta de proposta para acréscimo de parágrafo (Art. 2º) à Resolução 727/2024/CONSEA-UNIR e de Anexo em formato de Edital (preliminar) de Acesso Aos Cursos Presenciais de Graduação na UNIR (para ingresso no ano seguinte, com utilização da(s) nota(s) do ENEM)





EDITAL DE ACESSO AOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

Produto Técnico-Tecnológico em formato de Minuta de Edital de Acesso aos Cursos Presenciais de Graduação da UNIR, por meio de Resolução do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA-UNIR), apresentado pelo mestrando Jefferson Alencar do Nascimento Vieira ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede (PROFIAP), sob orientação da Prof^a. Dra. Walterlina Brasil, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública – PROFIAP-UNIR.

Introdução	04
Minuta de Resolução	05
Minuta do Anexo I: Edital de Acesso aos Cursos Presenciais de Graduação da UNIR	06
Conclusão	08
Referências	09

INTRODUÇÃO

A proposta é relevante para a divulgação de todas as etapas necessárias à participação da população no Processo Seletivo de Discentes (PSD) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) por meio de apresentação ao Conselho Superior Acadêmico da UNIR (CONSEA) de proposta de inclusão de Parágrafo no Artigo 2º da Resolução nº 727/2024/CONSEA-UNIR[1], com uma minuta de Edital de Acesso aos Cursos Presenciais de Graduação da UNIR, a ser publicado anualmente com ingresso no ano seguinte. Que permite a dispensa da publicação de uma Resolução, Ato Decisório ou Portaria institucional, que disponha sobre os PSD's todos os anos ou quando há uma situação excepcional.

Esse modelo de edital, aponta para a necessidade de publicidade e transparência (ativa), por meio da divulgação de todas as fases necessárias à participação da população no certame anual, que demanda de ações institucionais.

Dado que há uma lacuna temporal considerável entre o momento de publicação do Edital, período para solicitação de isenção da taxa de inscrição e realização das inscrições do ENEM – entre os meses março a junho, anualmente –, com a publicação do edital do Processo Seletivo de Discentes da UNIR – entre os meses de novembro e dezembro. Em que, só neste último momento, é divulgada a necessidade das notas obtidas no último ENEM para acesso aos cursos de graduação da UNIR, daquele determinado ano (seguinte).

Sendo assim, é preciso que se compreenda que a divulgação sobre o ENEM e da sua necessidade para que o candidato possa se inscrever, ocorra antes mesmo da publicação do edital de seleção da UNIR. Especialmente aos candidatos que não fizeram o ENEM nas (nove) edições anteriores ou nunca realizaram o exame, como determina a Resolução nº 727/2024/CONSEA-UNIR.

[1] Institui-se a Política de Ingresso nos cursos de graduação, a Política de Ação Afirmativa e de Inclusão e diretrizes para o procedimento de Heteroidentificação, Validação e Verificação da Autodeclaração de Cor, de Identidade Étnica e Pertencimento na UNIR (https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI_1933859_Resolucao_727_344840507.pdf).

**Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Conselho Superior Acadêmico**

Resolução nº ____/CONSEA, de ____ de _____ de 202__.

Incluir o Parágrafo 3º no Artigo 2ª da Resolução nº 727/CONSEA, de 10 de outubro de 2024.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Incluir o Parágrafo 3º no Artigo 2º da Resolução nº 727/CONSEA, de 10 de outubro de 2024, com o seguinte texto:

§ 3º A partir do ano de 2025, os processos seletivos de ingresso nos cursos de graduação, publicarão o Edital de “ACESSO AOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UNIR – 202_”, preferencialmente antes da publicação do Edital do ENEM, conforme Anexo I.

Art. 2º Incluir o Anexo I à Resolução nº 727/CONSEA, de 10 de outubro de 2024, como modelo, anexo à presente resolução.

Conselheiro(a) XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
Presidente do CONSEA

(Minuta)

Anexo I

EDITAL Nº _____, DE _____ DE _____ DE 202__
ACESSO AOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UNIR – 202__
PROCESSO SELETIVO DISCENTE (PSD) PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS

O(A) Reitor(a) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, aprovado pelo Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), em Sessão realizada em ____ de _____ de 202__, contendo orientações necessárias ao Acesso aos Cursos Presenciais de Graduação no ano de 202__.

Art. 1º. O Acesso aos Cursos de Graduação tem por objetivo selecionar estudantes para os cursos presenciais de graduação da UNIR.

Art. 2º. Para concorrer às vagas ofertadas pela UNIR para ingresso nos diversos cursos presenciais de graduação no ano de 202__, o candidato deverá, obrigatoriamente, inscrever-se no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 202__ ou ter participado de uma das nove edições anteriores (de acordo com a Resolução nº 727/CONSEA-UNIR) e, posteriormente, participar do Processo Seletivo de Discentes da UNIR de 202__, em conformidade com as normas estabelecidas em Editais Complementares a serem publicados em data futura, no endereço eletrônico <https://processoseletivo.unir.br/>.

§ 1º. A inscrição no ENEM 202__ deverá ser efetuada segundo as instruções do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, por meio de consulta no endereço eletrônico <http://enem.inep.gov.br>, de acordo com o período estabelecido pelos editais do INEP/MEC.

§ 2º. Para realizar a inscrição, o participante deverá informar o número de seu CPF e a sua data de nascimento, devendo seus dados pessoais informados serem iguais aos dados cadastrados na Receita Federal, para não inviabilizar a correspondência entre as informações. A inscrição só será realizada pela Internet (<https://enem.inep.gov.br/participante>), quando será necessário informar um número de telefone válido (celular ou fixo), bem como cadastrar um endereço eletrônico (e-mail) único e válido, o qual não poderá ser utilizado por outro(a) participante. Assim como, demais informações e documentações exigidas no edital do ENEM.

Art. 3º. A UNIR poderá definir, por meio de editais próprios, critérios específicos a serem utilizados em outras modalidades de acesso, tais como Processo Seletivo de Vagas Ociosas, Processo Seletivo de Discente Agendado, Processo Seletivo Especial e Processo Seletivo para os Cursos de Educação à Distância, Educação do Campo e Básico Intercultural, não preenchido ou não realizado por meio da Processo Seletivo de Discentes para os Cursos Presenciais de Graduação da UNIR – 202__.

Parágrafo único. A nota no ENEM de anos anteriores poderá ser um dos critérios utilizados para a seleção de candidatos às vagas eventualmente ofertadas nas modalidades a que se refere o caput deste artigo.

Porto Velho, __ de _____ de 202__.

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

Reitor(a)

Fundação Universidade Federal de Rondônia

CONCLUSÃO

O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, no artigo 20 do seu Regimento estabelece que é necessária a apresentação de um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) (PROFIAP, 2021). Dessa forma, esse modelo de edital como PTT do PROFIAP-UNIR, subsidia a divulgação dos Processos Seletivos da UNIR por meio dos editais do ENEM. A presente proposta tem como objetivo inovar na UNIR, por meio da publicação desse edital, antes ainda do período de solicitação de isenção de taxa para realização do ENEM.

Assim, por meio desse instrumento de regulação institucional, possibilitar que mais pessoas – especialmente em condições de vulnerabilidade social – possam realizar as provas do referido exame e, com isso, concorrer à uma vaga no ensino superior pública e de qualidade como a UNIR.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR. Resolução nº 727/CONSEA, de 10 de outubro de 2024: Institui-se a Política de Ingresso nos cursos de graduação, a Política de Ação Afirmativa e de Inclusão e diretrizes para o procedimento de Heteroidentificação, Validação e Verificação da Autodeclaração de Cor, de Identidade Étnica e Pertencimento na UNIR. Porto Velho – RO: UNIR, 2024.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR. Resolução nº 577/CONSEA, de 29 de setembro de 2023: Institui-se a Política de Ingresso nos cursos de graduação, a Política de Ação Afirmativa e de Inclusão e diretrizes para o procedimento de Heteroidentificação, Validação e Verificação da Autodeclaração de Cor, de Identidade Étnica e Pertencimento na UNIR. Porto Velho – RO: UNIR, 2024.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR. Manual do Candidato Processo Seletivo Discente por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Porto Velho – RO: UNIR, 2024.

PROFIAP. Regimento Nacional do PROFIAP. Brasília: ANDIFES, 2021.



Jefferson Alencar do Nascimento Vieira
Mestrando Profissional em Administração Pública – UNIR
Técnico Administrativo na Universidade Federal de Rondônia



Walterlina Barboza Brasil
Doutora em Ciências Socioambientais – UFPA
Professora Titular na Universidade Federal de Rondônia



APÊNDICE B – Requerimento de Informações à PROPLAN-UNIR

Ilmo(a). Sr(a). Pró-Reitor(a) de Planejamento – PROPLAN
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR,

Considerando a pesquisa para o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede – PROFIAP/UNIR, realizada por este requerente sob a orientação da Profa. Dra. Walterlina Brasil, sob título (apresentado à Banca de Qualificação) “Análise das Ações para a Divulgação do Processo Seletivo de Discentes Sob o Aspecto Da Matriz OCC na Universidade Federal De Rondônia” (<https://profiap.unir.br/noticia/exibir/27439>). Solicita, encarecidamente, de V.Sª. as seguintes informações, que podem ser consideradas de acesso público, porém não encontram-se disponíveis (na forma que se pretende) nos portais institucionais da UNIR ou da Transparência do Governo Federal:

- Recursos orçamentários institucionais, de custeio e capital, planejados e utilizados no período dos anos de 2012 a 2021, destinados à Coordenadoria de Processo Seletivo de Discentes (CPSD) e/ou à Assessoria de Comunicação, com o propósito de realização dos trabalhos para a divulgação dos processos seletivos anuais de ingresso de discentes nos cursos de graduação.
- E, se houve destinação desses recursos para processos licitatórios, específicos para esse fim, durante esses anos. Na possibilidade, ainda, de identificação e relação dessas licitações.

Caso, ainda, seja possível a disponibilização desses dados em planilha Excel (ou similar), caso os sistemas permitam essa função, colaboraria para a tabulação pretendida das informações.

Nestes termos, pede deferimento.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos, na certeza de vosso pronto atendimento.

Respeitosamente,

Jefferson Alencar do Nascimento Vieira
Mestrando em Administração Pública – PROFIAP/UNIR
E-mail: jefferson@unir.br / Tel./Whatsapp: 69 98116-0530

APÊNDICE C – Requerimento de Informações à ASCOM/REITORIA-UNIR

Ilmo(a). Sr(a). Assessor(a) de Comunicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia

Considerando a pesquisa para o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede – PROFIAP/UNIR, realizada por este requerente sob a orientação da Profa. Dra. Walterlina Brasil, sob título (apresentado à Banca de Qualificação) ” Análise das Ações para a Divulgação do Processo Seletivo de Discentes Sob o Aspecto Da Matriz OCC na Universidade Federal De Rondônia” (<https://profiap.unir.br/noticia/exibir/27439>). Solicita, encarecidamente, de V.Sª. as seguintes informações, que podem ser consideradas de acesso público, porém não encontram-se disponíveis (na forma que se pretende) nos portais institucionais da UNIR ou da Transparência do Governo Federal:

- As ações (memórias) de divulgação dos processos seletivos anuais dos cursos de graduação da UNIR, referente especificamente ao período de 2012 a 2021, que podem envolver divulgação institucional e externa de notícias, confecção e propagação de material impresso, publicações em redes sociais de internet, entre outros meios adotados. Se possível, com a informação de datas, para análise diante as fases para seleção dos discentes nos cursos de graduação, durante esse período, que envolveu a necessidade de realização do ENEM;
- Banco de dados ou mapa do alcance das divulgações – acima requeridas – dos processos seletivos para discentes dos cursos de graduação da UNIR, referente a este mesmo período. Por considerar que essas informações serão fundamentais para as análises estatísticas, principalmente quando comparadas a outros fatores e indicadores de dados requeridos a outros setores institucionais (PROPLAN, CPSD, DIRCA).

Caso, ainda, seja possível a disponibilização desses dados em planilha Excel (ou similar), se o(s) sistema(s) utilizado(s) permitir(em) essa função.

Nestes termos, pede deferimento

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos, na certeza de vosso pronto atendimento.

Respeitosamente,

Jefferson Alencar do Nascimento Vieira
Mestrando em Administração Pública – PROFIAP/UNIR
E-mail: jefferson@unir.br / Tel./Whatsapp: 69 98116-0530

APÊNDICE D – Requerimento de Informações à CPSD/DAPA/CPSD-UNIR

Ilmo(a). Sr(a). Coordenador(a) de Processo Seletivo de Discente - CPSD
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR,

Considerando a pesquisa para o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede – PROFIAP/UNIR, realizada por este requerente sob a orientação da Profa. Dra. Walterlina Brasil, sob título (apresentado à Banca de Qualificação) "Análise das Ações para a Divulgação do Processo Seletivo de Discentes Sob o Aspecto Da Matriz OCC na Universidade Federal De Rondônia" (<https://profiap.unir.br/noticia/exibir/27439>), para o devido embasamento do estudo. Solicita, encarecidamente, de V.S^a. as seguintes informações, que podem ser consideradas de acesso público (pois não há a necessidade de identificação, somente dados quantitativos), porém não encontram-se disponíveis (na forma que se pretende) nos portais institucionais da UNIR ou da Transparência do Governo Federal:

- Banco de dados, com quantitativos finais em cada pergunta e respostas, do questionário com perfil socioeconômico dos candidatos nos processos seletivos de graduação da UNIR de todos os anos, no período de 2012 a 2021, sem a identificação dos respondentes.

Caso, ainda, seja possível a disponibilização desses dados em planilha Excel (ou similar), se o(s) sistema(s) utilizado(s) permitir(em) essa função.

Nestes termos, pede deferimento.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos, na certeza de vosso pronto atendimento.

Respeitosamente,

Jefferson Alencar do Nascimento Vieira
Mestrando em Administração Pública – PROFIAP/UNIR
E-mail: jefferson@unir.br / Tel./Whatsapp: 69 98116-0530

APÊNDICE E – Requerimento de Informações à DIRCA/REITORIA-UNIR

Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) de Registro e Controle Acadêmico – DIRCA
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR,

Considerando a pesquisa para o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede – PROFIAP/UNIR, realizada por este requerente sob a orientação da Profa. Dra. Walterlina Brasil, sob título (apresentado à Banca de Qualificação) "Análise das Ações para a Divulgação do Processo Seletivo de Discentes Sob o Aspecto da Matriz OCC na Universidade Federal de Rondônia" (<https://profiap.unir.br/noticia/exibir/27439>), para o devido embasamento do estudo. Solicita, encarecidamente, de V.S^a. as seguintes informações, que podem ser consideradas de acesso público (pois não há a necessidade de identificação, somente dados quantitativos), porém não encontram-se disponíveis (na forma que se pretende) nos portais institucionais da UNIR ou da Transparência do Governo Federal:

- Quantidade de alunos ativos por curso, por semestre letivo, entre os anos de 2012 a 2021;
- Quantitativo de matrículas novas por curso e por semestre letivo, no período dos anos de 2012 a 2021, referente ao processo principal de ingresso de novos alunos;
- Devido à Pandemia de COVID-19 e o Processo Seletivo Especial (Resolução nº 318/CONSEA/UNIR/2021), o quantitativo de matrículas novas no ano/processo seletivo com ingresso em 2021, por curso para o primeiro e segundo semestre letivo, separados pela forma de ingresso: ENEM e Notas do Ensino Médio.

Caso, ainda, seja possível a disponibilização desses dados em planilha Excel (ou similar), se o(s) sistema(s) utilizado(s) permitir(em) essa função.

Nestes termos, pede deferimento.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos, na certeza de vosso pronto atendimento.

Respeitosamente,

Jefferson Alencar do Nascimento Vieira
Mestrando em Administração Pública – PROFIAP/UNIR
E-mail: jefferson@unir.br / Tel./Whatsapp: 69 98116-0530

APÊNDICE F – População dos Municípios das Mesorregiões Rondonienses - Censo IBGE

1 Mesorregião Madeira-Guaporé		2 Mesorregião do Leste Rondoniense					
Município	População	Município	População	Município	População	Município	População
Buritis	27.992	Alta Floresta D'Oeste	21.494	Governador Jorge Teixeira	8.001	Presidente Médici	19.327
Campo Novo de Rondônia	8.844	Alto Alegre dos Parecis	11.479	Jaru	50.591	Primavera de Rondônia	3.076
		Alto Paraíso	16.320	Ji-Paraná	124.333	Rio Crespo	3.471
Candeias do Jamari	22.310	Alvorada D'Oeste	13.117	Machadinho D'Oeste	30.707	Rolim de Moura	56.406
		Ariquemes	96.833	Ministro Andreazza	6.466	Santa Luzia D'Oeste	7.419
Costa Marques	12.627	Cabixi	5.351	Mirante da Serra	9.235	São Felipe D'Oeste	5.258
Cujubim	14.863	Cacaulândia	4.150	Monte Negro	11.548	São Miguel do Guaporé	21.635
Guajará-Mirim	39.387	Cacoal	86.887	Nova Brasilândia D'Oeste	15.679	Seringueiras	11.171
Itapuã do Oeste	8.548	Castanheiras	3.233	Nova União	6.200	Teixeirópolis	4.256
		Cerejeiras	15.890	Novo Horizonte do Oeste	7.667	Theobroma	8.113
Nova Mamoré	25.444	Chupinguaia	9.324	Ouro Preto do Oeste	35.044	Urupá	10.725
Porto Velho	460.434	Colorado do Oeste	15.663	Parecis	4.125	Vale do Anari	7.788
São Francisco do Guaporé	16.286	Corumbiara	7.519	Pimenta Bueno	35.079	Vale do Paraíso	6.479
		Espigão D'Oeste	29.414	Pimenteiras do Oeste	2.156	Vilhena	95.832
TOTAL 1	636.735	TOTAL 2				944.461	
POPULAÇÃO TOTAL DE RONDONIA (IBGE 2022):					1.581.196		

Fonte: Censo do IBGE - Cidades e Estados, adaptado pelos autores, 2024.

ANEXOS

ANEXO A – Resposta da DPDI/PROPLAN-UNIR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DESENVOLVIMENTO E INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 23118.013146/2023-06

À PROPLAN,

Senhor Pró-Reitor,

Em atenção ao pedido de informações protocolado na Plataforma Fala.Br sob o NUP nº 23546.080013/2023-97, conforme despacho PROPLAN 1487755, cumpre informar que a UNIR começou a organizar o orçamento anual por meio de proposta orçamentária a partir do ano de 2013, e constam publicadas de 2013 à 2023 no portal da transparência e prestação de contas: <https://transparencia.unir.br/pagina/exibir/13936>.

Em consulta aos documentos, verificamos:

ANO	VALOR DE CUSTEIO PLANEJADO	VALOR DE CAPITAL PLANEJADO
2013	Não Identificado	Não Identificado
2014	R\$ 50.000,00	Não Identificado
2015	Não Identificado	Não Identificado
2016	R\$ 55.000,00	Não Identificado
2017	Não Identificado	Não Identificado
2018	Não Identificado	Não Identificado
2019	Não Identificado	Não Identificado
2020	Não Identificado	Não Identificado
2021	Não Identificado	Não Identificado
2022	Não Identificado	Não Identificado
2023	Não Identificado	Não Identificado

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por SIDNEI SILVA SOUZA, Diretor(a), em 18/09/2023, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

ANEXO B - Resposta da DAPA/PROGRAD-UNIR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DIRETORIA DE APOIO À POLÍTICA ACADÊMICA

DESPACHO

Processo nº 23118.013146/2023-06

AO SIC-UNIR,

Em atenção ao despacho SIC nº 1482931, segue manifestação da unidade CPSD por meio do despacho CPSD nº 1488867.

Complementarmente, informo que as informações no formato pleiteado pelo cidadão não estão disponíveis considerando que o período são de nove anos e ao longo desse tempo, na maior parte, os processos e documentos eram físicos o que requer busca, levantamento, análise e tratamento dos dados, o que gera esforço demasiado da unidade que encontra-se com baixo número de servidores, não sendo possível, no prazo de trinta dias a disponibilização das informações, pois geraria impacto direto nas ações em andamento (Processo seletivo discente principal, Processo seletivo de vagas ociosas e processo seletivo de Educação do Campo).

Contudo, visando atender da melhor forma possível, e dentro da razoabilidade, esclareço que as propostas orçamentárias e os planos de ação das unidades estão disponíveis no portal transparencia.unir.br. Sendo possível encontrar as propostas orçamentárias e planos de ações de 2013 à 2023 no link: <https://transparencia.unir.br/pagina/exibir/13936> e os relatórios de gestões de 2003 à 2022 no link: <https://transparencia.unir.br/pagina/exibir/13937>.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por JADIAEL RODRIGUES DA SILVA, Diretor(a), em 19/09/2023, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1489190 e o código CRC 78CA74A0.

ANEXO C – Resposta da PROPLAN-UNIR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

DESPACHO

Processo nº 23118.013146/2023-06

À SIC,

Informo que o orçamento anual da UNIR ([Proposta Orçamentária](#)) é organizado por UGR (Unidade Gestora Responsável) e não por atividades (Ensino, Pesquisa e Extensão). Nesse sentido, não temos como informar o orçamento planejado por atividade. Para termos essas informações devidamente apropriadas, faz-se necessário à implementação efetiva de um sistema de custeio que nos forneça informações por centro de custos, como exemplo, o custeio por atividades.

Nesse sentido, recomendamos que verifiquem junto à unidade (UGR) responsável pela Coordenadoria de Processo Seletivo de Discentes (CPSD) e/ou à Assessoria de Comunicação, nos seus respectivos planos de ação, se houve a destinação orçamentária para divulgação dos processos seletivos anuais de ingresso de discentes nos cursos de graduação.

Atenciosamente,

GEORGE QUEIROGA ESTRELA
Pró-Reitor de Planejamento
Portaria nº 226/2021/GR/UNIR



Documento assinado eletronicamente por GEORGE QUEIROGA ESTRELA, Pró-Reitor(a), em 12/09/2023, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_documento_acesso_externo=0, informando o código verificador 1482144 e o código CRC 7FF24D55.

ANEXO D – Resposta da CPSD/DAPA/PROGRAD-UNIR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
COORDENADORIA DE PROCESSO SELETIVO DISCENTE

DESPACHO

Processo nº 23118.013146/2023-06

À DAPA,

Senhor Diretor,

Não é de conhecimento desta coordenação se houve empenho de valores antes do ano de 2020, tendo em vista que assumi a Coordenação da CPSD em maio/2020, após esse período não empenhamos nenhum valor, sendo sempre usado mídias gratuitas para divulgação dos Processos Seletivos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por ALINE MARIA REICHERT DE OLIVEIRA, Coordenador(a), em 19/09/2023, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1488867 e o código CRC 0DAA77D4.

ANEXO E – Resposta da ASCOM-REITORIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 23118.013146/2023-06

À DPDI,
Ao SIC,
À Vice-Reitoria,

Em consideração ao despacho 1524767, e à solicitação de informação apresentada via SIC, temos a informar que não há registros junto à Assessoria de Comunicação de ações de divulgação de Processos Seletivos que tenham sido objetivo de investimentos de recursos financeiros por parte da Universidade Federal de Rondônia no período referido – 2012 a 2021.

No período referido a divulgação de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia se derem por meio de divulgação via instrumentos de não-mídia, divulgação na imprensa, e em canais próprios da Universidade, notadamente em sites do domínio <unir.br>, além de redes sociais da instituição, sempre de modo orgânico.

Ademais, encaminhamos, em anexos, exemplos de ações de divulgação nos modos como indicado acima.



Documento assinado eletronicamente por SANDRO ADALBERTO COLFERAI, Assessor, em 20/10/2023, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1526269 e o código CRC 1D81E80D.

ANEXO F – Anexo da Resposta da ASCOM-REITORIA (Anexo E)

Divulgações dos processos seletivos de 2012 a 2021

Ano	Descrição	Link
2012	DIRCA convoca candidatos aprovados...	Link
2012	Matrículas do Processo Seletivo 2012/2ª chamada...	Link
2013	Aviso de Retificação do Processo Seletivo 2013...	Link
2014	Inscrições para o Processo Seletivo 2014...	Link
2015	UNIR abre inscrições para mais de 2600 vagas...	Link
2015	Processo Seletivo 2015 da UNIR teve mais de...	Link
2016	UNIR abre inscrições para 2665 vagas em cursos...	Link
2016	Processo Seletivo 2016 - Divulgado edital para...	Link
2017	Inscrições abertas para mais de 2.600 vagas...	Link
2017	Processo Seletivo 2017 – Divulgado o resultado...	Link
2018	Processo Seletivo 2018 UNIR divulga edital de...	Link
2018	Processo Seletivo 2018 UNIR divulga edital de...	Link
2019	UNIR torna público seu Processo Seletivo...	Link
2019	Inscrições para o Processo Seletivo Discente...	Link
2020	UNIR convoca aprovados no Processo Seletivo...	Link
2020	3ª Chamada aos candidatos que manifestaram...	Link
2021	UNIR faz 5ª Chamada do PS 2021	Link
2021	PS UNIR 2021 - Resultado final da seleção...	Link

Relação de notícias referente a imprensa dos processos seletivos da UNIR de 2012 a 2021

2012
Universidade Federal de Rondônia anuncia abertura de inscrições para vestibular 2012
Universidade Federal de Rondônia abre inscrições para o vestibular 2012
2013
Lista de aprovados no Vestibular 2013 da UNIR pode ser conferida
Inscrições para o Processo Seletivo Unir 2013

ANEXO G – Resposta da DTI/PROPLAN-UNIR

Solicitação do banco de dados do questionário com perfil socioeconômico dos candidatos nos processos seletivos de graduação da UNIR - Pedido 23546080265202316

12/09/2023 - Acesso Concedido

Dados do Pedido

Órgão Destinatário: UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia

Especificação da decisão: Informações enviadas por e-mail

Assunto do pedido: Acesso à informação

Subassunto do pedido:

Pergunta 12/09/2023	Ilmo(a). Sr(a). Coordenador(a) de Processo Seletivo de Discente - CPSD Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Considerando a pesquisa para o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede – PROFAP/UNIR, realizada por este requerente sob a orientação da Profa. Dra. Walterlina Brasil, sob título (apresentado à Banca de Qualificação) "Análise das Ações para a Divulgação do Processo Seletivo de Discentes Sob o Aspecto Da Matriz OCC na Universidade Federal De Rondônia" (https://profiap.unir.br/noticia/exibir/27439), para o devido embasamento do estudo. Solicita, encarecidamente, de V.Sª. as seguintes informações, que podem ser consideradas de acesso público (pois não há a necessidade de identificação, somente dados quantitativos), porém não encontram-se disponíveis (na forma que se pretende) nos portais institucionais da UNIR ou da Transparência do Governo Federal: • Banco de dados, com quantitativos finais em cada pergunta e respostas, do questionário com perfil socioeconômico dos candidatos nos processos seletivos de graduação da UNIR de todos os anos, no período de 2012 a 2021, sem a identificação dos respondentes. Caso, ainda, seja possível a disponibilização desses dados em planilha Excel (ou
------------------------	--

gov.br



Busca de Pedidos e Respostas

Lei de Acesso à Informação

Mestrado em Administração Pública - PROFAP/UNIR - Edital 2021/2022
Tel./Whatsapp: 69 98116-0530

Resposta 28/11/2023	Prezado Usuário, Sua demanda foi encaminhada à Unidade responsável pela guarda dos dados relativos aos questionário sócio-econômicos preenchidos por ocasião dos processos seletivos listados a partir do ano 2015. Não foi possível extrair os dados relativos aos anos 2010 a 2014, em razão da estruturação dos formulários da época. Apesar de ser possível verificar respostas oferecidas, não é possível identificar as perguntas realizadas, restando prejudicada as extrações do banco de dados. Ademais os arquivos extraídos, superam a capacidade upload suportada na plataforma Fala.Br pelo que optamos por compartilhar os arquivos via gerenciador Google Drive. Os arquivos foram compartilhados nesta data e ficarão disponíveis por 30 dias para endereço eletrônico jeffersonariques@gmail.com https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1gQ8M_-vK2HZ6HTw7cLmBnboF_z-zA-4s CHARLES DAM SOUZA SILVA Equipe Gestora do Serviço de Informação ao Cidadão
------------------------	---

Anexo Manifestação



23546080265202316_.pdf_1.pdf

gov.br



Acesso à
Informação

ANEXO H – Percentuais de Respostas do Questionário Socioeconômico Aplicado aos Candidatos do PSD-UNIR de 2020. (Obs: único PSD que esses resultados foram publicados)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE APOIO ÀS POLÍTICAS ACADÊMICAS - DAPA
COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO DISCENTE - CPPSD
Processo seletivo discente 2020 Edital 06/GR
QUESTIONÁRIO

1 - INFORME O ESTADO EM QUE VOCÊ RESIDE

RO - Rondônia - 69.61%
AC - Acre - 0.93%
AL - Alagoas - 0.26%
AM - Amazonas - 1.20%
AP - Amapá - 0.42%
BA - Bahia - 1.43%
CE - Ceará - 3.42%
DF - Distrito Federal - 0.75%
ES - Espírito Santo - 0.76%
GO - Goiás - 1.62%
MA - Maranhão - 1.24%
MG - Minas Gerais - 3.52%
MS - Mato Grosso do Sul - 0.74%
MT - Mato Grosso - 2.08%
PA - Pará - 3.14%
PB - Paraíba - 0.64%
PE - Pernambuco - 0.81%
PI - Piauí - 0.78%
PR - Paraná - 0.86%
RJ - Rio de Janeiro - 1.07%
RN - Rio Grande do Norte - 0.90%
RR - Roraima - 0.07%
RS - Rio Grande do Sul - 0.38%
SC - Santa Catarina - 0.26%
SE - Sergipe - 0.16%
SP - São Paulo - 2.39%
TO - Tocantins - 0.54%

Pimenta Bueno - 1.05%
Pimenteira do Oeste - 0.01%
Presidente Médici - 0.92%
Primavera de Rondônia - 0.07%
Rio Crespo - 0.01%
Rolim de Moura - 2.28%
Santa Luzia d'Oeste - 0.15%
São Felipe d'Oeste - 0.08%
São Francisco do Guaporé - 0.21%
São Miguel do Guaporé - 0.14%
Seringueiras - 0.08%
Teixeirópolis - 0.04%
Theobroma - 0.04%
Urupá - 0.08%
Vale do Anari - 0.08%
Vale do Paraíso - 0.12%
Vilhena - 2.30%

3 - INFORME A FAIXA DE IDADE NA QUAL VOCÊ ESTARÁ EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Así 17 años completos - 0.92%
De 18 años completos a 25 años completos - 72.68%
De 26 años completos a 33 años completos - 15.90%
De 34 años completos a 41 años completos - 7.07%
De 42 años completos a 49 años completos - 2.84%
De 50 años completos a 57 años completos - 0.78%
De 58 años completos a 65 años completos - 0.17%
Más de 66 años completos - 0.04%

4 - INFORME O ESTADO CIVIL NO QUAL VOCÊ SE ENCONTRA NO MOMENTO

Casado - 10,06%
Divorciado - 1,75%
Solteiro - 84,76%
União estável - 2,60%
Viuvo - 0,18%

5 - INFORME A ETNIA COM A QUAL VOCÊ SE IDENTIFICA

Amarela - 2.33%
Branca - 27.42%
Indígena - 0.01%
Parda - 55.49%
Preta - 10.99%

EXTERIOR - 0.02%

2 - SE RESIDENTE EM RONDÔNIA, INFORME EM QUE MUNICÍPIO RESIDE

Povo Velho - 0.42.04%
Alta Floresta d'Oeste - 0.43%
Alto Alegre dos Parecis - 0.17%
Alto Paraíso - 0.08%
Alvorada d'Oeste - 0.25%
Arquemes - 1.81%
Buritis - 0.21%
Cabiti - 0.07%
Cacaulândia - 0.05%
Cacoi - 5.13%
Campo Novo de Rondônia - 0.08%
Candeias do Jamari - 0.78%
Castanheiras - 0.09%
Cerejeiras - 0.17%
Chupinguiá - 0.03%
Colorado do Oeste - 0.18%
Corumbiara - 0.02%
Costa Marques - 0.15%
Cujubim - 0.05%
Espigão d'Oeste - 0.67%
Governador Jorge Teixeira - 0.08%
Guajará-Mirim - 3.63%
Itapullá do Oeste - 0.09%
Janu - 0.56%
Ji-Paraná - 3.47%
Machadinho d'Oeste - 0.27%
Ministro Andreazza - 0.18%
Mirante da Serra - 0.17%
Monte Negro - 0.04%
Nova Brasilândia d'Oeste - 0.24%
Nova Mamoré - 0.54%
Nova União - 0.03%
Novo Horizonte do Oeste - 0.15%
Ouro Preto do Oeste - 0.56%
Parecis - 0.05%

Sem declaração - 2,88%

6 - INFORME O GÊNERO COM O QUAL VOCÊ SE IDENTIFICA

Feminino - 59,39%
LBGTQ+ - 2,10%
Masculino - 37,04%
Outros - 0,12%
Sem declaração - 0,76%

7 - INFORME COM QUAL PERFIL DE TRABALHO QUE VOCÊ INVESTE MAIS TEMPO

Agricultor familiar - 1.34%
Aposentado - 0.24%
Artista - 0.43%
Autônomo - 7.21%
Consultor - 0.30%
Desempregado - 19.05%
Empregado da iniciativa privada - 11.08%
Empregado rural - 0.14%
Empresário - 0.31%
Estudante - 43.72%
Mandato eletivo - 0.02%
Militar das Forças Armadas - 0.56%
Militar das Forças Auxiliares - 0.09%
Organização Não Governamental - 0.09%
Outra - 9.54%
Pensionista - 0.21%
Policial - 0.54%
Profissional liberal - 0.49%
Proprietário rural - 0.08%
Servidor público do poder Executivo - 2.65%
Servidor público do poder Judiciário - 0.30%
Servidor público do poder Legislativo - 0.27%
Voluntário não remunerado - 0.72%

8 - SE EXERCE TRABALHO REMUNERADO, INFORME QUANTAS HORAS, EM MÉDIA, VOCÊ TRABALHA POR DIA

Até 4 (quatro) horas por dia - 3.84%
Até 6 (seis) horas por dia - 4.98%
Até 8 (oito) horas por dia - 14.52%
Mais de 8 (oito) horas por dia - 5.42%
Menos de 4 (quatro) horas por dia - 0.38%

Não se aplica - 70.87%

9 - CONTANDO COM VOCÊ, INFORME QUANTAS PESSOAS VIVEM NA MESMA RESIDÊNCIA

1 (uma) pessoa - 5.42%
2 (duas) pessoas - 15.07%
3 (três) pessoas - 25.72%
4 (quatro) pessoas - 30.93%
5 (cinco) pessoas - 15.11%

Mais de 5 (cinco) pessoas - 7.75%

10 - INFORME SOBRE EM QUE CONDIÇÕES VOCÊ MORA

Morada em casa cedida - 10.85%
Mora em casa alugada por seus pais - 11.81%
Mora em casa alugada por você - 8.44%
Mora em casa de parentes ou amigos - 7.05%
Mora em casa própria dos pais quitada ou financiada - 46.74%
Mora em casa própria, quitada ou financiada - 11.83%
Mora em casa situada em área de invasão - 1.26%
Mora em quarto ou cômodo - 0.83%
Mora em república, casa de estudante, pensão, pensionato - 0.47%

11 - INFORME QUAL A RENDA PER CAPITA, NOS TERMOS DA LEI, CONSIDERANDO TODAS AS PESSOAS QUE VIVEM NA MESMA RESIDÊNCIA DIVIDINDO AS DESPESAS, INCLUINDO VOCÊ

Até 1,5 (um e meio) salário-mínimo - 49.61%

Maiores que 1,5 (um e meio) salário-mínimo e até 3 (três) salários-mínimos - 26.55%

Maiores que 3 (três) salários-mínimos e até 5 (cinco) salários-mínimos - 12.40%

Maiores que 5 (cinco) salários-mínimos e até 7 (sete) salários-mínimos - 5.27%

Maiores que 7 (sete) salários-mínimos e até 10 (dez) salários-mínimos - 2.92%

Maiores que 10 (dez) salários-mínimos e até 20 (vinte) salários-mínimos - 2.56%

Maiores que 20 (vinte) salários-mínimos e até 30 (trinta) salários-mínimos - 0.53%

Maiores que 30 (trinta) salários-mínimos - 0.15%

12 - INFORME QUEM É (SÃO) O(S) PRINCIPAL(ES) RESPONSÁVEL(ES) PELO SUSTENTO DAS PESSOAS QUE VIVEM NESTA RESIDÊNCIA

A mãe - 22.11%

A mãe e o pai - 24.52%

O cônjuge - 7.52%

O pai - 17.74%

Outro(s) - 6.05%

Um amigo - 0.26%

Um parente - 4.44%

Você - 17.36%

13 - INFORME SE VOCÊ RECEBE ALGUM TIPO DE BENEFÍCIO

Sim, Bolsa Família - 5.66%

Sim, aposentadoria - 0.40%

Sim, pensão por morte - 1.31%

Sim, pensão alimentícia - 3.17%

Sim, auxílio-doença - 0.36%

Não se aplica - 86.41%

Outro - 2.69%

14 - INFORME QUAL A PRINCIPAL OCUPAÇÃO DO(S) PRINCIPAL(ES) RESPONSÁVEL(ES) PELO SUSTENTO DAS PESSOAS QUE VIVEM NESTA RESIDÊNCIA

Agricultor familiar - 3.36%

Aposentado - 9.13%

Artista - 0.07%

Autônomo - 18.08%

Consultor - 0.33%

Desempregado - 3.39%

Empregado da iniciativa privada - 19.02%

Empregado rural - 0.56%

Empresário - 2.69%

Estudante - 1.04%

Mandato eletivo - 0.07%

Militar das Forças Auxiliares - 0.90%

Militar das Forças Armadas - 1.32%

Organização não Governamental - 0.11%

Pensionista - 1.55%

Policial - 1.97%

Profissional liberal - 1.70%

Proprietário rural - 0.64%

Servidor público do poder Executivo - 9.11%

Servidor público do poder Judiciário - 1.48%

Servidor público do poder Legislativo - 1.12%

Voluntário - 0.14%

Outra - 22.15%

15 - INFORME SE POSSUI DEFICIÊNCIA COMPROVADA POR LAUDO MÉDICO OU PARECER MÉDICO QUE CARACTERIZE CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD), NOS TERMOS DA LEI

Não se aplica - 97.63%

Sim, Deficiência física - 0.92%

Sim, Deficiência Auditiva - 0.29%

Sim, Deficiência Visual - 0.59%

Sim, Deficiência mental - 0.22%

Sim, Deficiência múltipla - 0.04%

16 - INFORME EM QUE ESTADO O CONCLUÍU O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

RO - Rondônia - 65.16%

AC - Acre - 1.60%

AL - Alagoas - 0.25%

AP - Amapá - 0.45%

AM - Amazonas - 2.15%

BA - Bahia - 1.55%

CE - Ceará - 3.55%

DF - Distrito Federal - 0.86%

ES - Espírito Santo - 0.86%

GO - Goiás - 1.70%

MA - Maranhão - 1.55%

MG - Minas Gerais - 3.68%

MS - Mato Grosso do Sul - 0.78%

MT - Mato Grosso - 2.43%

PA - Pará - 3.53%

PB - Paraíba - 0.71%

PE - Pernambuco - 0.95%

PI - Piauí - 0.87%

PR - Paraná - 0.90%

RJ - Rio de Janeiro - 1.25%

RN - Rio Grande do Norte - 0.86%

RR - Roraima - 0.13%

RS - Rio Grande do Sul - 0.49%

SC - Santa Catarina - 0.20%

SE - Sergipe - 0.17%

SP - São Paulo - 2.61%

TO - Tocantins - 0.56%

EXTERIOR - 0.16%

17 - INFORME EM QUE TIPO DE ESTABELECIMENTO VOCÊ CURSOU O ENSINO FUNDAMENTAL

Principalmente em escola comunitária - 0.17%

Principalmente em escola privada - 7.89%

Principalmente em escola pública - 14.47%

Totalmente em escola comunitária - 0.13%

Totalmente em escola privada - 15.38%

Totalmente em escola pública - 61.96%

18 - INFORME EM QUE TURNO VOCÊ CURSOU O ENSINO FUNDAMENTAL

Principalmente diurno - 32.32%

Principalmente integral - 1.87%

Principalmente noturno - 1.47%

Totalmente diurno - 61.13%

Totalmente integral - 1.48%

Totalmente noturno - 1.72%

19 - INFORME EM QUE TIPO DE ESTABELECIMENTO VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO

Principalmente em escola comunitária - 0.14%

Principalmente em escola privada - 4.74%

Principalmente em escola pública - 8.12%

Totalmente em escola comunitária - 0.15%

Totalmente em escola privada - 15.95%

Totalmente em escola pública - 70.90%

20 - INFORME EM QUE ESTADO VOCÊ CONCLUÍU O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

RO - Rondônia - 65.62%

AC - Acre - 1.50%

AL - Alagoas - 0.27%

AP - Amapá - 0.44%

AM - Amazonas - 2.02%

BA - Bahia - 1.49%

CE - Ceará - 3.59%

DF - Distrito Federal - 0.74%

ES - Espírito Santo - 0.85%

GO - Goiás - 1.68%

MA - Maranhão - 1.34%

MG - Minas Gerais - 3.68%

MS - Mato Grosso do Sul - 0.77%

MT - Mato Grosso - 2.30%

PA - Pará - 3.39%

PB - Paraíba - 0.73%

PE - Pernambuco - 0.91%

PI - Piauí - 0.85%

PR - Paraná - 0.99%

RJ - Rio de Janeiro - 1.34%

RN - Rio Grande do Norte - 0.91%

RR - Roraima - 0.13%

RS - Rio Grande do Sul - 0.49%

SC - Santa Catarina - 0.25%

SE - Sergipe - 0.16%
SP - São Paulo - 2.06%
TO - Tocantins - 0.59%
EXTERIOR - 0.09%
21 - INFORME EM QUE TURNO VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO
Principalmente diurno - 22.43%
Principalmente integral - 5.78%
Principalmente noturno - 8.21%
Totalmente diurno - 44.34%
Totalmente integral - 8.37%
Totalmente noturno - 10.87%
22 - INFORME QUAL TIPO DE CURSO DE ENSINO MÉDIO VOCÊ CONCLUIU
Regular - 73.36%
Profissional técnica - 10.63%
Educação de jovens e adultos - 12.34%
Outro - 3.66%
24 - INFORME SE VOCÊ JÁ INICIOU ALGUM CURSO DE NÍVEL SUPERIOR
Sim, mas o abandonei - 13.92%
Sim, mas o estou cursando - 10.08%
Sim e já o concluí - 9.05%
Sim, já o concluí e estou cursando outro - 0.52%
Sim, já o concluí e abandonei outro - 0.31%
Não - 66.12%
25 - SE SIM, INFORME EM QUAL INSTITUIÇÃO VOCÊ O INICIOU
Na UNIR - 6.13%
Em outra instituição em Rondônia - 15.30%
Em instituição localizada em outro estado - 11.28%
No exterior - 0.35%
Não se aplica - 66.94%
26 - INFORME O NÍVEL DE INSTRUÇÃO PATERNA
Não alfabetizado - 5.90%
Lê, mas não teve instrução formal - 2.18%
Lê e escreve, mas não teve instrução formal - 3.18%
Ensino Fundamental incompleto - 24.24%
Ensino Fundamental completo - 5.23%
Ensino Médio incompleto - 5.88%
Ensino Médio completo - 23.89%
Ensino Superior incompleto - 3.49%
Ensino Superior completo - 12.73%

Especialização - 3.49%
Mestrado - 0.93%
Doutorado - 0.31%
Estágio pós-doutoral - 0.12%
Desconheço - 4.54%
Não se aplica - 3.87%
27 - INFORME O NÍVEL DE INSTRUÇÃO MATERNA
Não alfabetizada - 4.11%
Lê, mas não teve instrução formal - 1.78%
Lê e escreve, mas não teve instrução formal - 2.13%
Ensino Fundamental incompleto - 17.93%
Ensino Fundamental completo - 4.52%
Ensino Médio incompleto - 6.21%
Ensino Médio completo - 28.11%
Ensino Superior incompleto - 4.77%
Ensino Superior completo - 19.39%
Especialização - 7.46%
Mestrado - 1.18%
Doutorado - 0.22%
Estágio pós-doutoral - 0.04%
Desconheço - 0.86%
Não se aplica - 1.29%
28 - INFORME SE VOCÊ FREQUENTA OU FREQUENTOU CURSO PRÉ-VESTIBULAR, SEJA ONLINE OU PRESENCIAL
Sim, por menos de 6 (seis) meses - 6.24%
Sim, por mais de 6 (seis) meses - 4.15%
Sim, por 1 (um) ano - 8.62%
Sim, por mais de 1 (um) ano - 14.29%
Não se aplica - 66.70%
29 - INFORME QUAL O MEIO DE INFORMAÇÃO VOCÊ MAIS UTILIZA
Conversas com outras pessoas - 2.87%
Internet - 88.77%
Jornal impresso - 0.20%
Rádio - 0.47%
Revista - 0.12%
Televisão - 5.68%
Outros - 1.91%

30 - INFORME QUAL O MEIO DE TRANSPORTE VOCÊ MAIS UTILIZA
Automóvel - 23.70%
Bicicleta - 11.86%
Deslocamento a pé - 11.32%
Embarcação - 0.05%
Motocicleta - 18.89%
Mototáxi - 0.30%
Táxi ou lotação - 0.21%
Transporte coletivo - 28.35%
Transporte Intermunicipal - 0.04%
Uber ou similar - 2.26%
Outros - 2.36%
31 - INFORME COM QUAIS ATIVIDADES CULTURAIS VOCÊ INVESTE MAIS TEMPO
Artesanato - 1.66%
Cinema - 4.87%
Dança - 2.25%
Esportes - 14.74%
Filantropia - 0.42%
Jogos eletrônicos - 3.82%
Leitura - 24.46%
Música - 12.44%
Netflix - 8.19%
Religião - 7.76%
Teatro - 0.24%
Televisão - 6.58%
Outros - 12.56%
32 - INFORME SE VOCÊ UTILIZA COMPUTADOR
Sim, diariamente - 36.41%
Sim, eventualmente - 30.12%
Sim, raramente - 18.22%
Não - 15.25%
33 - INFORME SE VOCÊ TEM ACESSO À INTERNET
Sim, diariamente - 84.63%
Sim, eventualmente - 10.18%
Sim, raramente - 3.25%
Não - 1.94%

34 - COM RELAÇÃO AO DOMÍNIO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, INFORME EM QUE SITUAÇÃO VOCÊ SE ENQUADRA MELHOR
Domínio completamente uma ou mais línguas estrangeiras - 5.70%
Domínio razoavelmente uma ou mais línguas estrangeiras - 30.77%
Não possui domínio algum, mas gostaria de aprender línguas estrangeiras - 60.28%
Não possui domínio algum e não sinto necessidade de aprender - 3.26%
35 - INFORME QUAL A PRINCIPAL FONTE PELA QUAL VOCÊ OBTVE INFORMAÇÃO SOBRE ESTE PROCESSO SELETIVO
Cartaz, folder ou pôster - 0.73%
Curso pré-vestibular - 2.92%
Durante conversas com outras pessoas - 23.98%
Escola - 6.10%
Internet - 57.72%
Jornal impresso - 0.08%
Televisão - 2.76%
Rádio - 0.33%
Outros - 5.38%
36 - INFORME QUAL O MOTIVO PRINCIPAL QUE O LEVOU A OPTAR PELA UNIR
Porque é a minha única opção de cursar uma Instituição de Ensino Superior - 12.53%
Porque, para efeitos de locomoção ou proximidade, é a de mais fácil acesso - 2.98%
Porque acredito que tenho mais chance de ser aprovado no curso escolhido - 11.24%
Porque me oferece acessibilidade adequada diante de minhas deficiências - 1.20%
Na verdade, gostaria de estudar em outra Instituição de Ensino Superior - 0.77%
Porque oferece curso gratuito pelo qual não preciso pagar mensalidade - 22.18%
Porque é a instituição que oferece o melhor curso de minha escolha - 16.83%
Pela riqueza cultural de que vida universitária pode proporcionar - 4.76%
Pelo prestígio de que a instituição desfruta como universidade - 10.48%
Pela possibilidade de acesso a uma carreira científica - 4.38%
Pela possibilidade de acesso a uma carreira artística - 0.16%
Pela possibilidade de acesso a uma carreira técnica - 1.05%
Porque é a escolhida pela maioria dos meus amigos - 0.21%
Pela dificuldade de estudar em outras instituições - 2.45%
Por outro motivo - 8.80%
37 - INFORME O QUE VOCÊ ESPERA ESPECIALMENTE DE UM CURSO DE NÍVEL SUPERIOR
Formação acadêmica para melhorar a atividade prática que já estou desempenhando - 8.98%
Aquisição de conhecimentos que me permitam compreender melhor o mundo - 12.56%
Aquisição de conhecimentos que permitam melhorar meu nível de instrução - 14.87%
Formação profissional, voltada para o trabalho - 55.23%
Formação teórica, voltada para a pesquisa - 2.42%
Formação teórica, voltada para a arte - 0.12%
Apenas o diploma de curso universitário - 0.30%

